

CRISTIANO SANTOS RODRIGUES

**AS FRONTEIRAS ENTRE RAÇA E GÊNERO NA CENA PÚBLICA
BRASILEIRA: UM ESTUDO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA
DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

2006

CRISTIANO SANTOS RODRIGUES

**AS FRONTEIRAS ENTRE RAÇA E GÊNERO NA CENA PÚBLICA
BRASILEIRA: UM ESTUDO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA
DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia (MESTRADO) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Doutor Marco Aurélio Máximo Prado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

2006

“No meio do caminho tinha uma pedra”

***Mas a ousada esperança
De quem marcha cordilheiras
Triturando todas as pedras
Da primeira à derradeira
De quem banha a vida toda
No unguento da coragem
E da luta cotidiana
Faz do sumo beberagem
Topa a pedra-pesadelo
É ali que faz parada
Para o salto e não recuo
Não estanca os seus sonhos
Lá no fundo da memória,
Pedra, pau, espinho e grade
São da vida um desafio
E se cai, nunca se perdem
Os seus sonhos esparramados
Adubam a vida, multiplicam
São motivos de viagem***

***(Conceição Evaristo,
Cadernos Negros, 15, p. 21)***

Dedico este trabalho

*À D. Anita, que me criou e amou como a um filho,
e por quem eu tenho um amor e agradecimento eternos.*

*À minha mãe Isabel, e meu padrasto Ribeiro,
por terem compreendido, ainda que com ressalvas,
o meu desejo de trilhar outros caminhos, sem nunca exigir
que eu me adaptasse aos limites de seus sonhos.*

*Ao meu pai, Geraldo, que se foi tão cedo, mas
me nutriu com seu amor pela educação e pelo conhecimento.
São os seus passos que eu sigo incansavelmente.*

*Aos negros e negras deste país,
que são meus irmãos em
“todas as lutas inglórias,
que através da nossa história,
não esquecemos jamais”.*

AGRADECIMENTOS

Não há nada passível de ser descrito com palavras que seja o bastante para dizer o quanto me sinto honrado por ter conhecido tão boas pessoas ao longo da vida e, se neste espaço não é possível falar a todas elas, quero ao menos deixar claro o meu agradecimento às pequenas e grandes coisas que têm feito por mim.

Primeiramente gostaria de agradecer à professora Lúcia Afonso, minha orientadora durante a graduação, pela presença, ensinamentos e respeito que jamais julguei ser digno de merecer. Sinto-me eternamente em falta.

Ao meu orientador, Marco Aurélio Máximo Prado, que foi sempre tão paciente, atencioso, e me ofereceu todas as possibilidades para que desenvolvesse o melhor trabalho possível. E, ainda que eu não tenha conseguido, nunca vou esquecer a possibilidade de interlocução acadêmica que transformou esta dissertação em um trabalho coletivo. Espero que este seja o primeiro de muitos e profícuos espaços de interlocução acadêmica e pessoal. MUITO OBRIGADO.

Aos meus colegas do Núcleo de Psicologia Política da UFMG pelos excelentes momentos de discussão acadêmica e não-acadêmica também, em especial Otacílio Oliveira Jr. e Cássia Reis Donato, que, enquanto bolsistas de iniciação científica, contribuíram enormemente para este trabalho. Também agradeço a Frederico Viana, Frederico Costa, Rafael Prosdocimi, Júlia Machado e Júlia Mesquita, pois cada um, a sua maneira, foi importante em muitos momentos de escrita desta dissertação e também pela amizade cultivada nos anos de universidade.

Aos colegas do Núcleo de Psicologia Política da PUC-SP que sempre foram muito atenciosos comigo e me possibilitaram um excelente espaço de interlocução intelectual no período de “intercâmbio” acadêmico em São Paulo. Em especial ao Professor Salvador Sandoval, que me ofereceu ótimas dicas e propiciou muitas reflexões sobre meu projeto de pesquisa; ao Dreyf Gonçalves, que, além das ótimas discussões teórico-metodológicas sobre a Psicologia Social, me hospedou em sua casa no período em que estive em São Paulo, e Alessandro Soares, que me ajudou muito na construção do meu primeiro roteiro de entrevistas com as militantes e também me hospedou em sua casa nos diversos momentos em que fui a São Paulo realizar meu trabalho de campo.

Aos professores do Mestrado em Psicologia, em especial Cornelis Johannes van Stralen e Vanessa Andrade de Barros, pelas oportunidades de aprendizado e convívio ao longo desses anos.

A Nilza Iraci, Edna Roland, Vânia Diniz, Ana Maria Soares, Ângela Maria Gomes, Rosa Margarida de Carvalho e Luiza Bairros, por terem disponibilizado tempo para participarem desta pesquisa, espero fazer jus à trajetória de luta e dedicação de vocês a uma causa tão nobre.

Aos grandes amigos que me acompanharam nesta trajetória acadêmica e que se fizeram tão presentes nos momentos bons e ruins da minha vida desde então. Em São João Del Rei, Magali Silva, Aline Lemos e, em especial, Marcionília Amaral. Em Belo Horizonte, Regina Lapate, Nádia Fagundes, Carina Reis, Flávia Machado, João Marcelo Rocha, Kelma Medrado, Daniela Carvalho, Daniel Silva. Amo muito vocês e espero tê-los por perto por muitos e muitos anos.

Aos meus amigos de sempre, que cresceram comigo e estão sempre ao meu lado, Fabiano Pires, Celsiane Araújo, Vicente Sobrinho e Érica Januário.

Aos meus colegas de moradia, com os quais vivi muitos momentos de alegria, dificuldades e as angústias habituais da vida em coletividade, em especial a Renildo, Gustavo, Alexandre, Cleiton e Moisés.

A Cláudia Mayorga, Luciana Kind e Cássia Beatriz Batista pelos ótimos papos, pela presença constante e amizade que estabelecemos nesses anos.

À FUMP, que financiou a minha permanência na Universidade, me oferecendo todas as condições necessárias para que eu pudesse concluir a graduação.

À UFMG. Que o sonho de uma universidade pública e de qualidade perdure, e sejamos capazes de retribuir à sociedade tanto privilégio.

Ao CNPq, pela concessão de bolsa de pesquisa sem a qual não teria sido possível concluir o Mestrado.

Aos meus alunos, que sempre me incentivam a aprender mais e mais.

Sou muito grato aos meus familiares pelo profundo respeito e admiração que têm por mim e por essa trajetória que, enfim, é uma vitória nossa.

E ao Carlos, por tudo que vivemos juntos, na esperança de que a vida nos reserve outras possibilidades de encontro.

AS FRONTEIRAS ENTRE RAÇA E GÊNERO NA CENA PÚBLICA BRASILEIRA: UM ESTUDO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

A presente dissertação é o resultado de uma pesquisa junto ao Movimento de Mulheres Negras brasileiro (MMN) e teve como objetivo principal compreender como as articulações em torno das categorias raça e gênero confluem para a construção da mulher negra enquanto sujeito coletivo de direitos na cena pública brasileira.

Através de entrevistas com ativistas, do levantamento de fontes documentais e de uma revisão bibliográfica das teorias sociológicas e psicossociais de interpretação dos movimentos sociais, analisou-se a constituição da identidade coletiva do Movimento de Mulheres Negras. O foco central de análise deste trabalho está no estudo dos processos mediacionais da produção das identidades coletivas no MMN a partir de uma perspectiva da Psicologia Social, a qual nos permitiu enfatizar a forma de organização nacional do MMN e seus conflitos internos, as relações com o movimento feminista e negro e os momentos de continuidade e descontinuidade dessas relações, o acesso a espaços político-institucionais e o impacto da emergência do sujeito coletivo mulheres negras, bem como a produção teórico-prática e acadêmica do movimento que ainda tem ficado em grande medida a cargo das ativistas.

Palavras-chave: movimentos sociais; Movimento de Mulheres Negras; psicossociologia dos movimentos sociais; mobilização política; identidade coletiva.

THE FRONTIERS BETWEEN RACE AND GENDER AT THE BRAZILIAN PUBLIC SPHERE: A STUDY OF AFRO-BRAZILIAN WOMEN'S MOVEMENT

This dissertation reports the results of a study investigating the social psychological process of collective identity building among women engaged in the “Afro-Brazilian Women’s Movement”. Analyses were based on structured interviews with active members of the movement, primary documental sources, and a literature review of various sociological and psycho-sociological models of social movements. The dissertation discusses the construction of the movement at the national level, its internal conflicts and networks with other social movements such as the anti-racist and the feminist movements, its impact at the institutional political level, and finally, the activists’ academic production and involvement in social practical action.

Key-words: social movements; Afro-Brazilian Women Social Movement; social psychology of social movements; political mobilization; collective identity.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	9
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	17
APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E DISCUSSÃO METODOLÓGICA	17
I.1 – OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA	27
I.2 – JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	31
I.3 – O CAMPO DE PESQUISA	32
I.4 – DISCUSSÃO METODOLÓGICA	36
1.4.1 – <i>Procedimentos metodológicos</i>	38
1.4.1.1 – <i>Documentos</i>	39
1.4.1.2 – <i>Entrevistas</i>	47
1.4.1.2.1 – <i>Descrição das entrevistas</i>	48
CAPÍTULO II	50
MOVIMENTOS E MOMENTOS	50
II.1 – MUITO ANTES DE 1975 – MULHERES, MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISMOS AO LONGO DE SÉCULO XX	53
II.2 – O MESTRE SALA DOS MARES – MOVIMENTO NEGRO E POLÍTICA RACIAL NO BRASIL	60
II.3 – OS MOVIMENTOS NEGRO E FEMINISTA NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1970	67
II.4 – A DÉCADA DA MULHER: 1975-1985	68
II.5 – DA PASSAGEM DE UMA IDENTIDADE FEMINISTA FORJADA NO SINGULAR PARA UMA PLURALIZAÇÃO DE FORMAS DE AÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES BRASILEIRAS	73
II.6 – ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS	78
II.7 – QUADRO COMPARATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	85
CAPÍTULO III	89
MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS DINÂMICOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS	89
III.1 – TEORIA DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	93
III.1.1 – <i>Críticas à Teoria da Mobilização de Recursos</i>	94
III.2 – MODELO DE PROCESSOS POLÍTICOS	97
III.3 – CONSTRUINDO SIGNIFICADOS NA AÇÃO – FRAMES	103
III.4 – PARADIGMAS PSICOSSOCIOLÓGICOS E ANÁLISE DE MOVIMENTOS SOCIAIS	110
III.4.1 – <i>A Guinada psicossocial</i>	122
III.5 – IDENTIDADE COLETIVA E IDENTIFICAÇÃO DE UM CAMPO DE DISPUTA POLÍTICA	127
III.6 – EM BUSCA DE NOVAS SÍNTESES: CATEGORIAS TEÓRICAS PARA ANÁLISE DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS	138
CAPÍTULO IV	150
FRONTEIRAS ENTRE RAÇA E GÊNERO: IDENTIDADE COLETIVA NO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS	150
IV.1 – ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS	153

IV.2 – REDES SUBMERSAS E PRIMEIRAS ARTICULAÇÕES ENTRE GÊNERO E RAÇA.....	160
IV.2.1 – <i>Gênero e raça como legitimação pública de um espaço de disputa política</i>	164
IV.3 – DE BERTIOGA A BEIJING : CONSCIÊNCIA POLÍTICA E CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS	173
IV.3.1 – <i>Autonomia, a que será que se destina?</i>	177
IV.3.2 – <i>Itapecerica da Serra</i>	182
IV.3.3 – <i>O Processo de Beijing e as novas articulações entre gênero e raça</i>	185
IV.4 – ARTICULANDO POLÍTICAS DE REPARAÇÃO: MARCHA ZUMBI DOS PALMARES E CONFERÊNCIA DE DURBAN	190
IV.4.1 – <i>O Processo de Durban</i>	192
IV.4.1.1 – <i>Atividades de Monitoramento pós-Durban e Estatuto da Igualdade Racial</i>	197
IV.5 – DILEMAS, AVANÇOS E CONQUISTAS DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS	201
IV.5.1 – <i>Principais dilemas do Movimento de Mulheres Negras</i>	201
IV.5.2 – <i>Articulação e Fórum de Mulheres Negras</i>	206
IV.6 – <i>Avanços e Conquistas do Movimento de Mulheres Negras</i>	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social
- ALAPSO – Associação Latino-Americana de Psicologia Social
- AVEPSO – Associação Venezuelana de Psicologia Social
- CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas/RJ
- CEDAW – Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
- CECF – Conselho Estadual da Condição Feminina/SP
- CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- COMACON – Coordenadoria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte
- FNB – Frente Negra Brasileira
- GTI – Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra
- III CMR – III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas
- IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
- MMN – Movimento de Mulheres Negras
- MNU – Movimento Negro Unificado
- MN – Movimento Negro
- MR – Mobilização de Recursos
- MS – Movimentos Sociais
- NMS – Novos Movimentos Sociais
- ONG's – Organizações Não-Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- QCMM – Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher
- SINBA – Sociedade de Intercâmbio Brasil-África
- TEN – Teatro Experimental do Negro
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados da pesquisa realizada junto ao Movimento de Mulheres Negras brasileiro (MMN), com o objetivo de se deter sobre suas reivindicações que, estando na transversalidade entre as agendas do Movimento Negro e do Movimento Feminista, buscam, a partir da delimitação de um campo de especificidades e articulações em torno das categorias de raça e gênero, trazer à tona a importância de se trabalharem as questões da mulher negra enquanto sujeito que carrega consigo uma identidade coletiva marcada por relações próprias de opressão ocasionadas pelo racismo, sexismo e, inúmeras vezes, pela pobreza.

Detivemo-nos em compreender, a partir de uma perspectiva psicossociológica, os significados das ações coletivas, as redes de solidariedade e o impacto das reivindicações do Movimento de Mulheres Negras junto aos sistemas político-institucionais como forma de analisar o desenvolvimento de sua identidade coletiva no intento de elaborar uma síntese teórica de perspectivas mais sociológicas (Mobilização de Recursos, Oportunidades Políticas) e perspectivas mais psicossociológicas (*Frames*, Identidade Coletiva) no campo de estudos sobre movimentos sociais. Assim, ao analisar experiências que, aparentemente, se colocam em campos reivindicatórios bastante divergentes, uma vez que cabe às mulheres negras proceder a uma articulação entre gênero e raça enquanto modos específicos de opressão, lutando tanto por reivindicações no plano mais econômico-estrutural quanto no simbólico-cultural, contribuir para rever as concepções que têm atribuído aos fenômenos coletivos, no âmbito da cultura, formas

identitárias e, aos vinculados ao âmbito do econômico, formas menos identitárias e mais estruturalistas, somente vinculadas à redistribuição econômica.

Para tanto, o presente trabalho procura apresentar nossa implicação pessoal e acadêmica para com o objeto de pesquisa em questão e os objetivos e procedimentos metodológicos adotados na pesquisa; realizar uma breve discussão sobre a história dos movimentos negro, feminista e de mulheres negras ao longo do século XX; promover um debate teórico entre algumas perspectivas sobre movimentos sociais, a importância da dimensão psicossocial neste campo de estudos; e, por fim, uma análise do nosso campo de pesquisa e a consolidação de uma identidade coletiva no Movimento de Mulheres Negras.

O Capítulo I – Apresentação da Pesquisa e Discussão Metodológica – inicia-se com uma apresentação do pesquisador, como forma de situar a escolha do objeto de pesquisa em sua trajetória pessoal e acadêmica, acentuando a relevância social e científica da temática. Em seguida passa-se à apresentação do objeto, objetivos e justificativas da pesquisa, e à delimitação do campo de pesquisa e uma discussão metodológica.

No Capítulo II – Movimentos e momentos – apresentamos uma breve revisão da literatura sobre as formas de ação política de mulheres e negros ao longo do século XX, procurando demonstrar como os movimentos negro e feminista, que emergem na década de 70, apresentam tanto continuidades quanto discontinuidades com as formas de mobilização política que os precederam em outros momentos da história do país. Nesse capítulo também é discutida, ainda que brevemente, a emergência do Movimento de Mulheres

Negras na cena pública brasileira, estabelecendo um espaço de conflitos e solidariedades com os movimentos negros e feministas. Terminamos o capítulo com um quadro em que apresentamos algumas similaridades e diferenças no modo como esses movimentos sociais se institucionalizaram entre os anos 70 e 80 do século passado.

No Capítulo III – Movimentos sociais e processos dinâmicos de democratização das relações sociais – apresentamos uma revisão da literatura concernente a teorias sobre a participação política e ação coletiva nas sociedades contemporâneas. Uma síntese teórica é proposta como subsídio para o estudo de caso do Movimento de Mulheres Negras, tomado aqui como nosso objeto de estudo, evidenciando a necessidade e importância de enfoques interdisciplinares ao estudo de movimentos sociais. Iniciamos nos detendo nas perspectivas norte-americanas da Mobilização de Recursos e no modelo de Processos Políticos. A primeira dessas perspectivas nega qualquer dimensão psicossociológica às ações coletivas por considerar o sujeito coletivo como completamente racional, enquanto o modelo de Processos Políticos acena com um certo nível de ruptura ao procurar entender os processos mediacionais entre o indivíduo e a constituição de uma identidade coletiva. Pensando a necessidade de articular a Psicologia Social aos estudos sobre movimentos sociais, discutimos a perspectiva dos *frames*, que representa uma retomada de vertentes psicossociológicas dentro do campo de movimentos sociais e aponta para uma ruptura com os modelos unitários de sujeito coletivo baseados na racionalidade instrumental.

Também nos concentramos em discutir a retomada dos estudos psicossociológicos, a partir de proposições teóricas que “descentralizam” o

sujeito racional e apresentam o político como espaço de antagonismos plurais. Essa retomada representa uma reaproximação entre Psicologia Social e Sociologia expressa no trinômio *indivíduo - ator social - ator coletivo*. Essa reaproximação conduz a mudanças teóricas e acena para a centralidade da constituição de um “NÓS”, ainda que precário e contingente, como essencial na produção de sujeitos coletivos políticos.

Terminamos o capítulo III propondo um diagrama contendo os principais conceitos, retirados dessas diferentes perspectivas teóricas, que servirão de base para analisarmos o Movimento de Mulheres Negras em suas diferentes facetas ao longo das últimas duas décadas.

No Capítulo IV – Fronteiras entre raça e gênero: identidade coletiva no Movimento de Mulheres Negras brasileiro – procuramos analisar, a partir do referencial teórico discutido nos capítulos precedentes, como o Movimento de Mulheres Negras tem conseguido se inserir na cena pública brasileira, e responder a questões tais como: quais foram as mudanças nas estruturas de oportunidades políticas que contribuíram para a emergência desse sujeito coletivo? Quais organizações e redes de solidariedade permitiram a eclosão e a manutenção do movimento? Como o MMN se relaciona com as instituições políticas e com a sociedade civil? Como tem sido construída e transformada a identidade coletiva desse sujeito coletivo? E quais são os avanços, conquistas e conflitos vividos pelo Movimento?

Concluimos com algumas reflexões sobre os processos de constituição da identidade coletiva no Movimento de Mulheres Negras, procurando compreender como esse movimento social pôde sustentar a emergência de novos sujeitos políticos, denunciando novas formas de opressão e novos

projetos emancipatórios, promovendo círculos de reciprocidade/solidariedade e desenvolvendo formas de identificação coletiva entre a exigência do reconhecimento e o imperativo da redistribuição (FRASER, 2002).

Sabemos que nosso percurso teórico contém muitas imprecisões e limites, mas, ainda assim, esperamos que ele possa suscitar o interesse para novas reflexões e pesquisas; e que as militantes vejam, ainda que em parte, representada aqui a riqueza de sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e capaz de reconhecer seus cidadãos e suas cidadãs na plenitude de suas diversidades.

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E DISCUSSÃO METODOLÓGICA

Como psicólogos sociais temos que ter em conta estes processos de desumanização e de despersonalização dos outros. Se muitos de nós preferem ignorá-los e têm todo o direito de o fazer, o que não temos o direito é insinuar, nas conclusões que extraímos do trabalho, que a nossa equitável e confortável interindividualidade pode ultrapassar a visão parcial da realidade social, que seleccionamos para o nosso estudo (Henri Tajfel).

Certa vez ouvi um famoso escritor dizendo que escrever é dar-se a conhecer. No caso específico desta apresentação dar-se a conhecer encerra uma duplicidade implícita no fato de que escreverei sobre mim como forma de dizer do que estudo, e escreverei sobre o que estudo como forma de dizer quem fui ontem, quem sou hoje e quem pretendo ser amanhã.

Obviamente que essa tarefa é complicada, sobretudo em se tratando de um trabalho acadêmico do qual se espera certa assepsia teórica e metodológica, mas procurarei manter-me fiel a minha parcialidade, porém sem abrir mão da relevância científica do problema de pesquisa a que me propus estudar.

Estudar movimentos sociais, raça e gênero provavelmente não foi escolha que fiz conscientemente, ou melhor, deliberadamente. Ter nascido negro, numa sociedade como a brasileira, já me destinou determinados lugares sociais, determinadas falas e determinadas ações às quais eu não poderia recusar.

Nasci em uma família muito semelhante a outras milhões de famílias negras brasileiras: pobre, favelada, com pais semi-alfabetizados e poucas

perspectivas de um futuro melhor, pois a convergência entre raça, classe e educação não deixa dúvidas sobre nossas possibilidades de romper as barreiras sociais.

Minha mãe trabalhava como doméstica e meu pai recolhia ferro velho para vender. Eu acompanhava o trabalho de ambos e aprendi a conviver desde cedo com certo grau de humilhação e desprezo pelos seres humanos que éramos, afinal meus pais viviam de trabalhos considerados indignos e eram negros. Até entrar na escola, aos sete anos, observava cotidianamente o modo como minha mãe era tratada pelas patroas para as quais trabalhava. Era sempre a última a se alimentar, de pé na cozinha; chegava cedo ao trabalho, saía tarde; era sempre a primeira suspeita de algum furto. E as patroas ainda diziam: “ela é quase da família”.

Fui acostumado a não ter luz elétrica, água encanada, roupas, calçados; a não pedir presentes no Natal; a ser despejado por falta de pagamento do aluguel e sempre mudar para um bairro pior, pra uma casa pior, pra uma vida pior.

Mas minha família tinha, e ainda tem, uma paixão pelo conhecimento e um orgulho de sua pertença étnico-racial que foram cruciais para a definição de quem sou hoje. Meu pai sempre sonhou com a universidade e que este seria o lugar para que tivéssemos uma vida melhor; que o conhecimento fosse capaz de nos restituir pelo menos um pouco da nossa humanidade.

Entrar na escola foi um marco na minha vida. Nunca um lugar foi tão significativo para mim, tanto em seus aspectos positivos quanto negativos. Foi nas palavras de uma professora que eu descobri que, apesar de ser negro, eu

era inteligente. E se por um lado eu sofria discriminação por ser negro, por outro eu era incentivado, tinha minha inteligência e meu esforço ressaltados.

Foi na escola que primeiro descobri que queria ser escritor, depois que queria ser engenheiro e por fim que seria psicólogo. Foi também na escola que descobri que, a despeito de ser inteligente e dedicado, eu seria identificado prioritariamente como o negro, o preto, o mussum, o filho do lixeiro.

E foi procurando nas tradições da minha família, no Congado, nas festas de Nossa Senhora do Rosário, no dia de São Cosme e São Damião, nas músicas e em tantas outras formas de expressão cultural que encontrei uma maneira de ser negro que fosse motivo de orgulho e que me oferecesse ferramentas para, dia-a-dia, enfrentar o preconceito e a discriminação.

Conviver cotidianamente com o racismo, especialmente com a forma perversa com a qual ele nos é apresentado no Brasil, significou e significa pra mim ter uma percepção de que não há nada que eu possa fazer para evitá-lo, pois as formas de preconceito e discriminação estarão sempre à espreita de um erro, de uma frase mal dita, de uma atitude inesperada, para se revelarem em frases e gestos que me restituam ao meu “lugar de negro”.

Tomar consciência disso chamou minha atenção para o fato de que, sem nunca pretender ter sido, me tornei um militante. Em todos os lugares a que vou, as coisas que eu falo, o modo como ajo são tomados sempre a partir do meu “lugar de negro” e não de pessoa singular e idiossincrática. E é preciso tomar um cuidado redobrado pra não naturalizar as expressões de racismo, para nunca perder a capacidade de me indignar em relação ao que acontece a mim e a tantos outros negros e negras, e também para não culpabilizar a mim e ao meu grupo por situações que são exteriores a nós.

Lançando mão de uma metáfora, penso que a luta contra o racismo no Brasil é como um jogo de xadrez com a morte. Nós negros estamos o tempo todo adiando o término do jogo, procurando trapacear a morte, a morte de nossa dignidade, de nossa humanidade, procurando revolucionar a gramática do jogo e nos inscrever como sujeitos nessa gramática. Porém, esse adiamento não é eterno, mas está circunscrito à duração do próprio jogo. E, mesmo sendo impossível desconhecemos as estruturas de dominação e opressão em nossa sociedade, ainda assim procuramos modificar essa história.

Entrar na universidade foi, nesse contexto, um salto qualitativo sem precedentes na história da minha vida e da minha família. Era a concretização de um sonho que se imaginava impossível. E a universidade, assim como a escola, foi, ao mesmo tempo, um lugar de orgulho e de decepção. Orgulho por estar na Universidade Federal de Minas Gerais, sendo o primeiro membro da família a chegar tão longe e ter chances, ainda que limitadas, de romper um ciclo de pobreza e humilhação. A decepção veio ao perceber que a universidade em nada, ou quase nada, se distinguia dos outros espaços sociais a que nós negros temos acesso.

O racismo e a discriminação se expressam aqui tal qual se expressam extramuros. A diferença talvez esteja na maior sutileza das expressões racistas com as quais a Universidade nos brinda. Aqui o discurso e a prática racistas podem se tornar muito mais facilmente “científicos” ou ser dotados de uma defesa da “meritocracia”. Isso sem falar do processo de cooptação para que nós negros nos desvinculemos de nossa pertença étnico-racial sem, contudo, sermos completamente aceitos dentro do espaço acadêmico.

De tanto ouvir frases como “você é bastante diferente da maioria dos negros”, “você é muito inteligente”, comecei a desconfiar dessas assertivas. De forma alguma elogiar a inteligência ou denotar uma diferença se constituem, *per si*, num problema, mas a veemência, a necessidade constante de fazer com que eu parecesse excepcional me fez pensar na perversidade encoberta sob uma pretensa neutralidade. Ser diferente e inteligente, nesse caso, significava ser menos negro ou até mesmo não ser negro. Significava ser usado como exemplo da “democracia racial brasileira”, algo como “se você conseguiu chegar aqui qualquer um consegue, basta se esforçar”.

E foi a partir dessas inquietações que senti necessidade de estudar a trajetória de negros e negras em ascensão social por via do acesso à universidade. À época eu estava no 3º período e era voluntário no LabGrupo da FAFICH-UFMG, quando propus à professora Lúcia Afonso que me orientasse naquele estudo. E assim começava a trajetória acadêmica que me conduziu até a presente pesquisa de mestrado.

No ano de 2001 fui bolsista de iniciação científica com a pesquisa “Identidade étnica e ascensão social: um estudo com estudantes universitários negros e a construção de sua identidade étnica”. Essa pesquisa foi realizada com estudantes negros da UFMG procurando, a partir de suas experiências de vida, compreender o processo de constituição de suas identidades relacionado à dimensão do pertencimento étnico-racial e aos projetos de ascensão social. O nosso foco de interesse era compreender quais os conflitos e os impasses envolvidos nesse processo.

Nessa pesquisa, foi possível perceber a relação conflituosa dos sujeitos com seu pertencimento étnico/racial, de gênero e classe social, trazendo

significativas implicações no modo como estes estabelecem uma narrativa sobre si, apresentando tanto continuidades quanto descontinuidades com o valor social dado ao(s) seu(s) grupo(s) de pertença. E algo que me chamou atenção e que, de certa forma, funcionou como pontapé inicial para a pesquisa de mestrado que desenvolvi, relacionava-se ao fato de que os sujeitos que apresentavam um movimento de reapropriação e produção de novos sentidos sobre suas identidades, percebendo-as como produtos da ação social e buscando reivindicar e defender uma positividade de seu(s) pertencimento(s), estavam ou estiveram, de alguma maneira, vinculados a movimentos sociais (RODRIGUES; AFONSO, 2002).

Abaixo, reproduzo falas de duas entrevistadas, naquela pesquisa, que relatam o impacto da participação em ações coletivas sobre a constituição de suas identidades e da dimensão de gênero como uma forma de opressão que acentua ainda mais os processos de exclusão a que estão submetidas.

“Aí quando tava no curso superior já, eu tinha uns 18 anos, ia ter o seminário nacional de universitários negros, aí eu resolvi ir. Aí eu resolvi ir em Salvador... eu acho que eu me percebia, mas ainda não tava totalmente convicta. E assim, acho que foi muito bom esse seminário, porque nesse seminário eu vi o quanto que os modelos de beleza são construídos. Que essa coisa, o branco, alto, loiro dos olhos azuis que é o modelo de beleza, não, isso não cai do céu, como uma coisa natural. Tem toda uma ideologia por trás que serve a algum grupo de pessoas. E assim, muitas das vezes a menina negra, o menino negro, a família negra se acham feios, se acham menos inteligentes e uma série de coisas, e perdem a noção de que isso foi produzido. E que isso interessa a uma classe, interessa a um *status quo*, que a coisa não é de graça assim. Então, eu acho que tomar consciência disso contribuiu pra muita coisa, sabe?” (Luciana, estudante de Medicina. Apud. RODRIGUES; AFONSO, 2002:21-2).

“Pois é, isso é engraçado porque a minha mãe veio da Umbanda, e aí depois que ela se converteu ao catolicismo. E quando ela se converteu ao catolicismo, foi que ela tomou essa consciência. Que acho que deveria... que acho que a gente busca é o contrário um pouco disso, né? De ir buscar um pouco dessas raízes negras dentro das religiões

que a gente acha que estão mais associadas não só ao movimento negro, mas à raça negra, né? Candomblé, Umbanda, sei lá, povo de Maomé. [...] Mas o pai sempre foi católico, desses devotos de Nossa Senhora Aparecida, e aí de quem falar do Papa. Agora mãe não, então a entrada pra mãe na Igreja Católica já foi já com a perda da inocência. Ela não foi pra uma fé inocente não, e já foi de movimento social. Por causa da cidade de origem da gente e da comunidade, era de uma paróquia já envolvida em movimento social. Então ela já foi entrando participando de grupos de reflexões que se formavam, que iam em passeata protestar pela água que não tinha no bairro, essas coisas assim.

E aí, eu por ser a mais velha acompanhava. Era quem acompanhava e quando eu me vi eu já tava dando catequese e preparando pessoas pra crisma, e tava em grupo de jovens. E tudo isso lendo documento de Puebla, coisa que a Igreja nos mandava e fazendo cursos assim. Que teve esse lado do despertar da consciência social muito grande e no momento propício assim, que é nessa de adolescência, que a gente tá começando a perceber coisas, e de estar no interior, que não tinha muitos outros atrativos, né? Era um cinema, não tem um *shopping*, não tem nem nada disso. Então ou você vai pra igreja ou pai e mãe leva pra um sítio, pra uma fazenda, né? Por causa do contraste do interior de onde eu morava, quem era pobre era muito pobre e quem era rico era muito rico, né? E eu tava nessa família do pobre muito pobre. Bem dependurado na pirâmide social. Aí a Igreja me despertou isso, né? E eu fui buscando um monte de outras coisas” (Érica, estudante de Filosofia. Ibidem, 2002:30-1).

“Eu tenho um colega, da minha sala, e a gente tem até, acho que desde o primeiro período, não sei porque a gente tem um nível de competição, a gente é colega, mas tem um nível de competição. E ele é loiro dos olhos verdes e é homem. Ele fala assim... um dia ele falou comigo, acho até que é uma forma de... assim: ‘é Luciana’... – a gente tava conversando coisas normais, nem tinha essa intenção, mas acho que ele não perdeu a oportunidade e falou comigo assim: ‘é, Luciana, eu como maior de idade, homem, branco vou ter muito mais vantagens do que você’. Quer dizer, ele já falou: mesmo a gente competindo aqui eu já vou sair na frente. E assim, eu sei disso” (Luciana, estudante de Medicina. Ibidem, 2002:25-6).

“Sabe que eu pensava pra minha vida, que seria muito isso mesmo? De ser negra, mulher, que eu ia casar cedo, ter um monte de filho e ser babá de um monte de outros filhos, de outras pessoas. E me assumir como mulher veio quase que paralelamente com me assumir como negra, só que como negra foi mais forte, porque eu venho de uma família de muitas mulheres, de muitas mulheres, os homens são quatro apenas. O resto tudo mulher, né? E mulher que tá sempre nessa condição. Tem as irmãs mais velhas, filhas de meu pai, que seguiram essa trajetória de mulher que precisa estar sob jugo do marido, ou de ser casada, ter um filho, dois, três, cinco e de tá convivendo com isso sem buscar essa outra beleza do ser mulher. E assumir, inclusive, que sim, eu vou ter que trabalhar pra ajudar dentro de casa. Trabalhar pra fora, eu vou voltar à noite pra estudar e quando chegar em casa vai estar a minha roupa pra eu lavar, ou pra passar. O que não significa

necessariamente que a gente seja inferior ou superior aos homens. Mas assumir como negra e mulher sem cair nessa coisa de ser a mulata do Sargentelli, né? Isso é muito complicado, ainda mais depois dessa cultura que a gente tá tendo agora da exposição de uma beleza negra, no sentido de ser a beleza desejável, sexual, apetecível, que desperta a libido” (Érica, estudante de Filosofia. Ibidem, 2002:36).

Ainda que longos, esses relatos revelam a importância das ações coletivas tanto para lutarem por mudanças macroestruturais quanto para propiciarem um movimento de reflexão dos próprios sujeitos sobre sua condição. Nos trechos apresentados, as dimensões de raça e gênero encontram-se articuladas na busca de novos significados, pois para os grupos oprimidos da sociedade não há a facilidade dos discursos sociais prontos, nos quais os sujeitos possam se referenciar positivamente.

Em continuidade a esse estudo, em 2002 fui bolsista da pesquisa: “Profissionais negros: representações, interações e construção de subjetividades na vida profissional”. Essa pesquisa foi realizada com profissionais negros de nível superior egressos da UFMG e que se encontravam inseridos no mercado de trabalho há menos de cinco anos.

Os dados obtidos com a pesquisa revelaram, conjuntamente com a pesquisa anterior, que a trajetória educacional desses negros e negras, melhor sucedida que a da maioria dos negros brasileiros, potencializava vantagens, mas também conflitos associados à sua mudança de *status* social. O processo de ascensão social colocava aos indivíduos estigmatizados uma condição duplamente conflituosa: tanto se afastavam culturalmente de seu grupo social quanto não necessariamente passavam a integrar o grupo social dominante. Para uma outra entrevistada tal fato equivaleria a estar no meio do caminho:

“[...] eu acho que tô no meio do caminho aí, né? Porque é muito diferente as coisas que eu presenciei, que eu vi, que eu vivi e as coisas que os meu colegas de universidade, as pessoas que estudam comigo viveram. Eu tô no meio do caminho, não consigo me identificar nem com o pessoal lá do bairro nem com o pessoal que eu convivo na escola. [...] É estranho, né? Você fica no meio do caminho e acaba não convivendo com nenhum dos dois, né? Porque é diferente de todo mundo, acaba ficando sozinho. Então é difícil” (Heloísa, estudante de Enfermagem. Ibidem, 2002:65).

Esse “meio do caminho” representa as contradições vividas na esfera social. Ao buscar novos significados e vencer a exclusão social os sujeitos se vêem excluídos de seus pares e de seus sistemas de afeto e significação. Ao romper uma identificação negativa com sua pertença étnico-racial e de gênero, essas mulheres buscam transformar as relações de opressão ainda que, num primeiro momento, apenas no âmbito emocional e intersubjetivo.

Assim, faz-se mister lembrar que a identidade não é apenas uma forma de incorporação social, mas igualmente um conjunto de condições para a luta social, que pode ser potencializado pela passagem de uma percepção de isolamento, de “solidão”, para a constituição de um sentimento de NÓS. Ao construir a noção de identidade nos próprios domínios da ação coletiva, os movimentos sociais tanto refletem sobre “que são” para que possam se situar nas tramas das relações sociais e políticas, quanto fortalecem o exercício da cidadania legitimando-se como sujeitos coletivos de direitos.

Em 2003 iniciei minha participação junto ao Núcleo de Psicologia Política da FAFICH, exatamente pela necessidade de incorporar uma dimensão mais política aos estudos que vinha empreendendo enquanto bolsista de iniciação científica. Ao longo das discussões de textos, projetos e da minha participação junto a outras pesquisas no decorrer daquele ano, o projeto de pesquisa sobre o Movimento de Mulheres Negras foi se delineando.

Juntamente com a professora Lúcia Afonso, eu escrevi o artigo “Políticas de reconhecimento e ação afirmativa”, publicado na Revista Psicologia Política, volume 3, número 6. Esse artigo representava mais um esforço de aproximação entre Psicologia e Política. O artigo aborda a viabilidade das propostas de ação afirmativa com base na discussão das principais críticas dirigidas a tais políticas. Tomando o princípio de indissociabilidade do binômio reconhecimento-redistribuição, o artigo aponta para o fato de que sobre os afro-descendentes recai uma opressão que é tanto socioeconômica quanto de dominação cultural, sendo indispensável o entrelaçamento de políticas redistributivas e de reconhecimento visando sua igualdade social (AFONSO; RODRIGUES, 2003).

Dessa forma, o projeto de pesquisa materializado nesta dissertação de mestrado é fruto dessa trajetória pessoal e acadêmica, mas também de sua relevância social e científica.

Ao longo do curso de Pós-graduação, dos espaços de interlocução acadêmica dentro do Núcleo de Psicologia Política da UFMG, do Núcleo de Psicologia Política da PUC-SP e nas diversas disciplinas e contatos formais e informais que estabeleci nos programas de pós-graduação em Comunicação Social, Ciência Política, Sociologia e Educação da UFMG fui delimitando melhor o meu objeto de pesquisa, suas referências teóricas e os procedimentos metodológicos necessários para me aproximar dos objetivos propostos para a pesquisa.

Construí esta pesquisa a partir de um lugar de “estrangeiro”, compartilhando os dilemas, as conquistas e embates políticos vividos pelas mulheres negras militantes, mas sem, no entanto, poder de fato me constituir

em parte desse movimento. Esse olhar estrangeiro tem suas vantagens, por estar menos contaminado pela experiência política desses sujeitos coletivos, mas também apresenta desvantagens, exigindo de mim um esforço muito grande para não apresentar conclusões precipitadas e ingênuas a uma realidade que é muito maior e infinitamente mais complexa que o meu olhar de “estrangeiro” é capaz de acompanhar e delimitar.

1.1 – Objeto e objetivos da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa foi, a partir de uma perspectiva psicossociológica, compreender como se tem desenvolvido a identidade coletiva do Movimento de Mulheres Negras no intento de, ao propor um estudo que focaliza sua atenção a essa forma coletiva e suas maneiras de articulação, mobilização, reivindicação e demandas discursivas, elaborar uma síntese teórica de perspectivas mais sociológicas (Mobilização de Recursos, Oportunidades Políticas) e outras mais psicossociológicas (*Frames*, Identidade Coletiva) no campo de estudos sobre movimentos sociais.

Nesse sentido, ao analisar experiências de mobilização política que, aparentemente, se colocam em campos reivindicatórios bastante divergentes, uma vez que cabe às mulheres negras proceder a uma articulação entre gênero e raça enquanto modos específicos de opressão, lutando tanto por reivindicações no plano mais econômico-estrutural quanto no simbólico-cultural, procura-se contribuir para se reverem as concepções que têm atribuído aos fenômenos coletivos, no âmbito da cultura, formas identitárias; e aos vinculados ao âmbito econômico, formas menos identitárias e mais estruturalistas, somente vinculadas à redistribuição econômica.

Embora esteja distante de se constituir em um movimento de massa, o Movimento de Mulheres Negras tem se revelado uma importante ação coletiva de cunho político, enquanto instrumento de participação social e política de mulheres negras na sociedade contemporânea. Quanto ao sistema de organização, o MMN começou a se institucionalizar no início dos anos 1980, a partir de grupos autônomos ou que se constituíram no interior do movimento feminista ou do movimento negro. Posteriormente, mas ainda na década de 80, o movimento foi construindo sua autonomia política em relação aos movimentos feminista e negro. Atualmente várias ONGs, grupos e organizações fazem parte do MMN e se relacionam através do Fórum de Mulheres Negras e/ou da Articulação de Mulheres Negras.

O MMN é formado por um grupo heterogêneo, de integrantes com concepções diferentes, e às vezes divergentes, de política, de sociedade, de democracia e de direcionamento do movimento. Esse processo de democratização não se faz sem restos, surgindo conflitos e diferenças, que por sua vez geram novas posições de poder e novas alianças políticas. Investigar o surgimento e a solução desses conflitos seria poder observar a gênese e o resultado de um processo de organização política que envolve diversas questões relevantes ao campo teórico e metodológico das ciências humanas. Diante do exposto, faz-se mister compreender e contribuir para as reflexões acerca da identidade coletiva enquanto um processo de identificações políticas.

A escolha desse grupo está relacionada com a escolha de sujeitos coletivos que ocupam uma visibilidade importante no campo político e que se relacionam diretamente com distintas esferas sociais. O Movimento de Mulheres Negras surge na transversalidade das reivindicações dos

movimentos negro e feminista, reclamando pelo reconhecimento da história de subordinação de afro-descendentes e mulheres dentro da sociedade, desvelando um *locus* de antagonismos e disputas em torno da opressão estabelecida pelo racismo e sexismo.

Embora demonstrando certas rupturas com o pensamento do movimento negro e do movimento feminista, o MMN tem ganhado cada vez mais espaço e, com suas formas próprias de organização, seus encontros específicos, constitui-se em outra vertente tanto do movimento de mulheres quanto do movimento negro, mantendo com estes uma relação de elucidamento sobre questões de diferença e igualdade entre mulheres negras e brancas, homens e mulheres negras, introduzindo a necessidade de se trabalharem juntamente as categorias raça e gênero, para se compreender a realidade das mulheres brasileiras (SOARES, 1994, PACHECO, 2002).

Ao propor uma investigação a partir desse grupo, esta pesquisa buscou acompanhar o processo de constituição identitária em âmbitos que, aparentemente, parecem exigir ações, discursos, estratégias totalmente diferenciadas cuja compreensão, possivelmente, os dados empíricos auxiliam. A partir desse objetivo, podem-se traçar algumas especificidades relacionadas a ele:

- a) Pesquisar o processo de constituição da identidade coletiva, no sentido de pensar esse processo na elaboração de diferentes discursos e práticas sociais coletivas, de forma que os princípios de equivalência e de diferença (LACLAU; MOUFFE, 1985) sejam considerados. Partir dessa experiência coletiva pode nos permitir apontar quais as relações existentes entre

equivalência de direitos e reivindicação da diferença na constituição da identidade coletiva e pessoal;

- b) Contribuir para as reflexões e para os processos sociais junto à experiência de campo citada, no sentido de compreender os componentes psicossociais que contribuem na participação social e nas mudanças sociais. É importante explicitar, nesses objetivos, que a compreensão desses componentes na constituição de uma unidade “NÓS”, implica uma reconstrução do processo histórico desse movimento, já que estamos partindo, conforme buscamos explicitar acima, da noção de que esta unidade, o “NÓS”, na identidade coletiva, é um processo de construção, contradição, negociação e conflito, de maneira que a figura do NÓS como unidade é somente uma “porta de entrada” para a reconstrução do campo discursivo que detona o processo identitário e as mudanças sociais recorrentes;
- c) Contribuir para a compreensão dos movimentos sociais e grupos de ação coletiva, especialmente no que diz respeito ao estudo dos fenômenos psicossociais que incidem sobre a influência social e as relações entre minorias sociais;
- d) Contribuir para o processo de elucidamento que os movimentos sociais, em especial o Movimento de Mulheres Negras, podem trazer para a questão das desigualdades de gênero e raça na sociedade brasileira, colaborando para a superação do racismo, compreendido aqui como mecanismo básico de opressão, exclusão e violência social a que estão submetidos negras e negros brasileiros.

1.2 – Justificativa e relevância da pesquisa

Ao me debruçar sobre essas questões penso que há, no mínimo, dois âmbitos de justificativas e relevâncias: uma da realidade social e outra do campo científico.

No âmbito da realidade social, compreender essas políticas identitárias pode propiciar um melhor entendimento dos processos discursivos e estratégicos que são base para a articulação de um sujeito político coletivo na contemporaneidade. Isso significaria dizer que nessa dimensão a contribuição se dá identificando os fatores psicossociológicos do processo identitário que se constituem na articulação de um NÓS, contextualizado no cenário brasileiro contemporâneo.

No âmbito científico, compreender a articulação entre o campo político e o campo psicológico pode nos permitir uma interpretação que colabore com a Psicologia Social, especialmente com os estudos sobre minorias e influência social, bem como nos estudos sobre identidade coletiva e comportamento político, no aprofundamento de questões teóricas extremamente complexas, como a relativa à passagem de uma identidade individual a uma identidade coletiva. Assim, buscamos contribuir com o campo interdisciplinar de estudos da Psicologia Social dos grupos e movimentos sociais.

Ainda outra justificativa deve ser notada no campo da análise teórica dos movimentos sociais. Tradicionalmente, as teorias têm considerado que os movimentos sociais contemporâneos possuem características organizadas em torno de questões identitárias e/ou da ordem do reconhecimento social, ou seja, seriam movimentos sociais que enfrentam, em certa medida, questões e demandas mais vinculadas à injustiça cultural e simbólica do que econômica e

estrutural. Escolhemos um movimento que articula demandas por redistribuição social a demandas por reconhecimento social – o de mulheres negras – que tem se organizado em torno de injustiças socioeconômicas e culturais, buscando o entrelaçamento de políticas de redistribuição e reconhecimento como forma de promover a igualdade social em grupos socialmente discriminados (FRASER, 2002).

A escolha desse grupo de ação coletiva busca trazer à tona o debate entre estruturas e atores, sistemas e ações, de forma a considerar o estudo dos processos de formação da identidade coletiva nesse grupo. Compreender a relação entre sistemas e atores na configuração de uma identidade coletiva nos permitirá fomentar o debate entre os estudos sobre movimentos sociais que abarcam tanto características econômicas e políticas como também simbólicas e culturais (MORRIS; MUELLER, 1992; COHEN; ARATO, 2000; FRASER, 2002).

1.3 – O campo de pesquisa

O Movimento de Mulheres Negras é um movimento social composto por dezenas de grupos e ONG's ao longo de todo o território nacional. Há poucos dados sobre quantas são essas organizações, que tipo de mobilizações e em que ramo de atuação política agem. De um modo geral, como já dito, tais grupos se organizam em torno ou do Fórum de Mulheres Negras, que congrega entidades e grupos de mulheres negras participantes de quaisquer movimentos sociais, aí incluídas as organizações negras mistas (compostas por homens e mulheres, como o Movimento Negro Unificado, por exemplo); ou

da Articulação de Mulheres Negras, da qual fazem parte apenas os grupos e ONG's autônomos de mulheres negras.

Além dessas formas mais explícitas de organização das mulheres negras, há também a participação de mulheres negras em grupos/entidades do movimento feminista, do sindicalismo, em organismos internacionais de regulação, em partidos políticos, em órgãos governamentais ligados à proposição e implementação de políticas públicas de gênero e raça e em centros universitários de pesquisa. Muitas dessas mulheres se consideram e são consideradas militantes do Movimento de Mulheres Negras brasileiro e dentro desses espaços exteriores ao movimento propriamente dito buscam pensar políticas que articulem gênero e raça, falando e agindo em nome do Movimento.

Diante disso, o campo de pesquisa escolhido é bastante complexo, tanto em termos de sua abrangência nacional e conseqüentes especificidades regionais quanto em relação às formas de fazer política e ao impacto que diferentes organizações com distintas visões sobre o direcionamento do Movimento têm sobre a sociedade e sobre os caminhos dele próprio.

Assim, procuramos nesta pesquisa congregar procedimentos metodológicos que nos propiciassem uma visão do movimento tanto em nível local quanto nacional. Em Belo Horizonte há poucas organizações propriamente vinculadas ao Movimento de Mulheres Negras, com destaque para o N'zinga, Coletivo de Mulheres Negras, criado em 1987. No entanto, há uma ampla participação de mulheres negras junto ao movimento negro, ao movimento feminista e em órgãos governamentais.

É importante ressaltar que a Secretaria Executiva e a Secretaria Adjunta da Rede Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos são comandadas por mulheres negras belorizontinas vindas do MMN. Também a COMACON, Coordenadoria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra, tem sido historicamente coordenada por mulheres negras. Isso faz com que, em certa medida, as reivindicações e pautas de luta do Movimento de Mulheres Negras ressoe sobre essas organizações. Belo Horizonte também foi sede de duas importantes reuniões nacionais do MMN nos anos de 1997 e 2001.

De um modo geral, procuramos, ao longo desta pesquisa, estabelecer uma relação com o campo local, com a participação em alguns encontros promovidos por ocasião da preparação estadual da Marcha Zumbi + 10 e realizando entrevistas com ativistas negras de Belo Horizonte, participantes dessas diferentes faces do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro em Belo Horizonte. Também pretendíamos fazer uma pesquisa participante junto a uma ONG de mulheres negras da cidade, mas tal objetivo não se concretizou em decorrência das dificuldades de contato com suas coordenadoras para que permitissem nosso acesso às reuniões, atividades e documentos históricos do movimento.

Em nível nacional, realizamos entrevistas com militantes históricas do movimento, mulheres que representam as principais organizações do Movimento de Mulheres Negras e estiveram presentes no momento de formação do movimento ainda na década de 80 e têm, entre si, perspectivas diferentes e, por vezes, divergentes sobre os direcionamentos do movimento, o que nos permite fazer uma análise mais ampliada sobre os dilemas internos e externos vividos pelo MMN ao longo dessas duas décadas de existência.

Também tivemos acesso a alguns documentos do MMN em nível nacional, que se constituíram em importantes objetos de análise.

1.4 – Discussão metodológica

Não buscamos os saberes comandados pelo falocentrismo (saudades da palavra única e verdadeira) e pela visão incorpórea, mas aqueles comandados pela visão parcial e pela voz limitada. Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. (Donna Haraway)

Os movimentos sociais são formas complexas, contraditórias, inacabadas e em permanente transformação a que atores sociais, em diferentes contextos, se engajam num processo heterogêneo de identificações sociais, coletivas e políticas, aliadas às oportunidades políticas e aos procedimentos de conscientização social dos participantes.

A busca pela compreensão desses fenômenos, dada a sua complexidade intrínseca, exige uma variedade de perspectivas teóricas e formas metodológicas. Assim, Klandermans, Staggenborg e Tarrow (2002) apontam para a importância de múltiplas abordagens metodológicas nesse campo de estudo.

Historicamente, o estudo de movimentos sociais e participação coletiva tem, em diferentes perspectivas teóricas, lançado mão de ferramentas metodológicas tais como *surveys*, observação participante, estudos de caso, entrevistas abertas, grupos focais, análise histórica, entre outros, na tentativa de captar um fenômeno complexo e multifacetado.

Klandermans et al. (2002) chamam a atenção para uma “triangulação” de diferentes procedimentos metodológicos a fim de se compreenderem os movimentos sociais em sua dinâmica externa e interna. Dessa forma, tanto os elementos de análise cultural como psicossocial são decisivos na ênfase ao

desenvolvimento de desenhos metodológicos variados, pois introduzem uma complexidade entre os aspectos estruturais e motivacionais da participação social.

Segundo Mendes (2003), a utilização de múltiplas técnicas metodológicas permite variações em termos de escala e perspectiva na medida em que, enquanto procedimentos perspectivais, as ferramentas metodológicas esclarecem determinados aspectos e, concomitantemente, ocultam outros. Nesse sentido, a apreensão que se tem a partir de um único procedimento metodológico é limitada e parcial.

Porém, uma perspectiva de triangulação de ferramentas metodológicas não se propõe universal e totalizante. O que se pretende com a triangulação é tão somente uma maior aproximação possível ao nosso objeto de estudo sem, no entanto, ignorar que tal aproximação se trata de um saber localizado, implicado na busca de tradução de diferentes conhecimentos entre comunidades muito diferentes e diferenciadas em termos de poder.

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento 'objetivo' (HARAWAY, 1995:36).

Nossa proposta de pesquisa se insere no campo teórico-metodológico que compreende a formação dos atores sociais, suas formas de mobilização de recursos materiais e simbólicos, suas formas de instalação de redes relacionais e as significações atribuídas à realidade social.

Privilegiando tanto os aspectos relacionados à dinâmica externa quanto os relativos à dinâmica interna da formação dos atores sociais, o objetivo do

uso dos procedimentos metodológicos não é apenas observar e perguntar, mas, sobretudo, interpretar e procurar traduzir um conhecimento parcialmente compreendido. Trata-se de um fazer científico dotado de um posicionamento crítico em um espaço social heterogêneo, contraditório e marcado por relações de poder (HARAWAY, 1995, MENDES, 2003, SANTOS, 2002).

1.4.1 – Procedimentos metodológicos

Para realização da pesquisa de campo fizemos, em um primeiro momento, o mapeamento e a caracterização dos principais grupos vinculados ao Movimento de Mulheres Negras, o levantamento histórico do movimento e a inserção em campo com os membros do movimento em nível local (na cidade de Belo Horizonte) e em nível nacional. Ao longo do trabalho de campo também procuramos realizar uma compilação de documentos históricos relativos ao Movimento de Mulheres Negras que nos possibilitassem uma análise, ainda que sintética, da história das ações coletivas desenvolvidas e da trajetória do Movimento.

Um outro procedimento metodológico esteve relacionado à coleta de dados sobre as formas de participação, de organização e de relações internas e externas do movimento. Era necessário, além dos documentos, escutar as militantes para compreender a construção das ações mobilizatórias e as formas de pertencimento grupal que o MMN foi criando ao longo de sua história. Desse modo, o recurso de entrevistas semi-estruturadas foi bastante útil, pois se revelou em um espaço de interlocução focado no tema, mas que, ainda assim, permitia acompanhar a construção da reflexão pela entrevistada e os argumentos utilizados para tal reflexão. Assim, realizamos entrevistas semi-

estruturadas abertas individuais com lideranças do movimento em nível nacional e local e que tivessem participado do processo de construção do movimento pelo menos desde meados da década de 80. As lideranças entrevistadas foram definidas pela representatividade que têm junto ao movimento e em relação a outras esferas de participação social - governo, organismos internacionais, universidades, iniciativa privada, partidos políticos e outros movimentos sociais (BLEE; TAYLOR, 2002).

A comparação entre as entrevistas realizadas com lideranças nacionais, com lideranças locais e a análise de materiais (documentos históricos) produzidos por grupos ligados ao movimento como jornais, relatórios de encontros, declarações públicas, cartilhas e outros que podem ser classificados como material de produção simbólica (SOUZA, 2002) foi fundamental para estabelecer uma conexão entre os significados produzidos pelas ações coletivas e uma caracterização próxima da realidade dos participantes, das formas de participação, dos significados da mobilização coletiva e dos ganhos da participação coletiva.

1.4.1.1 – Documentos

Os documentos escolhidos e recolhidos para esta pesquisa trazem à tona os principais debates internos e externos com que o Movimento de Mulheres Negras tem se defrontado ao longo de quase duas décadas de institucionalização. Tais documentos foram encontrados ao longo do trabalho de campo, sendo que alguns foram fornecidos ao pesquisador pelas entrevistadas, outros o acesso foi via internet, em *sites* de organizações do Movimento de Mulheres Negras e há alguns que foram recolhidos junto à

Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra da cidade de Belo Horizonte.

Juntamente com as entrevistas, os documentos fornecem a possibilidade de se reconstruir a história desse movimento, seus embates políticos, sua relação com o Estado e os traços que constituem a identidade coletiva das mulheres negras brasileiras.

Apresentamos, a seguir, os documentos que foram utilizados na pesquisa. Escritos em momentos distintos, em situações políticas também as mais diversas. Esses documentos retratam não somente as questões internas ao Movimento de Mulheres Negras como também os dilemas próprios do Movimento Negro como um todo, sobretudo em momentos marcantes como a Marcha Zumbi dos Palmares, em comemoração aos trezentos anos da morte de Zumbi e durante os preparativos para a III Conferência Mundial contra o Racismo, ocorrida em Durban, África do Sul, no ano de 2001.

- 1. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira** – trata-se de um dos primeiros textos discutindo a relação entre racismo e sexismo para a compreensão dos processos de opressão a que estão submetidas as mulheres negras. De autoria de Lélia Gonzalez, uma importante militante do Movimento Negro, esse texto serviu de referência para que, na década de 80, as militantes negras iniciassem uma discussão dentro das organizações negras sobre o papel central que tanto racismo quanto desigualdades de gênero têm na conformação do lugar social da mulher negra. Apoiando-se em teorizações da psicanálise, Gonzalez afirma que racismo e sexismo são operadores simbólicos do modo como as mulheres negras são vistas pela sociedade. Para a autora, é na medida

em que se compreendem os fenômenos do racismo e do sexismo como correlatos que se pode estabelecer, por exemplo, por que mulheres negras de diferentes classes sociais passam por situações de violência e discriminação social tão semelhantes. Segundo Luiza Bairros, esse texto é fundamental, pois Lélia era a pessoa que, na época, dentro do MNU levantava essas questões relativas à mulher negra “[...] e nós reuníamos as mulheres para ler aquele texto, para discutir aquele texto e depois foi o seguinte: a gente tentar trabalhá-lo no conjunto da entidade”.

- 2. Lélia Gonzalez – uma mulher de luta** – entrevista concedida por Lélia Gonzalez ao Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado, em maio de 1991. Nessa entrevista Lélia faz um panorama das principais conquistas do movimento na década de 80 e pensa os rumos para o mesmo nos anos 90, sobretudo em sua relação com o movimento feminista e com o processo de autonomização do movimento de mulheres negras.
- 3. Declaração de Itapecerica da Serra** – trata-se do primeiro documento propriamente político do Movimento de Mulheres Negras. Entre os dias 21 e 22 de agosto de 1993 foi organizado pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra de São Paulo, o Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos do qual originou a emblemática Declaração de Itapecerica da Serra acusando o Estado de atuar basicamente no sentido de tratar a reprodução como questão pública e os meios de manutenção da vida como questão privada (RIBEIRO, 1995). Essa declaração é considerada um marco para o MMN na medida em que foi assinado por praticamente

todas as forças políticas atuantes do movimento. O MMN adotou, nessa declaração, uma postura política que divergia amplamente da posição do Movimento Negro em relação aos direitos reprodutivos. Para o Movimento Negro a esterilização representaria uma estratégia estatal de genocídio da população negra; para as militantes do MMN, deveria ser oportunizado às mulheres o direito de decidirem sobre o direcionamento de sua vida sexual e reprodutiva. De acordo com Roland (2000:247), esse debate político acerca da esterilização, que não foi consensual no interior do movimento de mulheres negras, constitui, talvez, um debate “embrionário acerca das possibilidades de o movimento de mulheres negras vir a ser um sujeito em si, capaz de produzir uma visão própria, diferenciada das matrizes teóricas tanto do Movimento Negro quanto do Movimento Feminista”. Nesse sentido, a Declaração de Itapeçerica da Serra é fundamental por três motivos: 1) por se tratar da primeira experiência de posicionamento político do MMN; 2) por abrir um debate sobre as questões relativas à saúde da mulher negra, que se tornariam centrais daí por diante e, por fim, 3) ao abrir espaço para participação de uma militante negra na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento, ocorrida no Cairo, abrindo as portas, dessa forma, para um processo de ampla participação de mulheres negras nos organismos internacionais de regulação, com uma atuação expressiva a partir da Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, no ano de 1994 e culminando com o protagonismo das mulheres negras durante os encontros preparatórios para a III Conferência Mundial contra o Racismo - CMR, ocorrida em 2001.

4. Marcha Zumbi dos Palmares – 1995 foi um ano muito importante para o Movimento Negro de um modo geral. Nesse ano se organizou a Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e a vida, que contou com a participação de mais de vinte mil pessoas em Brasília, no dia 20 de novembro, para homenagear os trezentos anos de morte de Zumbi dos Palmares. Juntamente com as festividades e comemorações, as entidades do Movimento Negro produziram um documento que foi entregue ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com as principais reivindicações do movimento. Um dos impactos políticos desse documento foi a Criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI). O GTI foi responsável por institucionalizar dentro do governo federal os debates sobre políticas de ação afirmativa para a população afro-descendente na educação, no mercado de trabalho e no serviço público. Como fruto dessas discussões temos as primeiras experiências de políticas de ação afirmativa, por volta do ano 2000, e o compromisso assumido pelo governo federal na III CMR de Durban de implementar políticas reparatórias para a população afro-descendente no Brasil.

5. Carta Aberta Fórum de Mulheres Negras de Belo Horizonte - trata-se de um relatório de uma reunião preparatória para a II Reunião Nacional de Mulheres Negras, definindo suas principais diretrizes políticas e organizativas, além de discutir a indicação de representantes brasileiras para a participação na Regional Brasil da Rede de Mulheres Afro-caribenhas e Afro-latinoamericanas.

- 6. Relatório Final da Reunião Nacional de Mulheres Negras** – documento com as principais questões tratadas durante a II Reunião Nacional de Mulheres Negras, ocorrida em Belo Horizonte, em setembro de 1997. Apresenta ainda as decisões tomadas acerca da possibilidade de se constituir uma Rede Nacional de Mulheres Negras, que congregasse todas as entidades, grupos e ONGs que trabalham com mulheres negras no Brasil.
- 7. III Encontro Nacional de Mulheres Negras** – documento preparatório para o III ENMN, que também ocorreu em Belo Horizonte, no ano de 2001. Trata-se das principais questões relativas à organização do evento, quem seriam as convidadas, discussões políticas a serem realizadas e o tema central do encontro.
- 8. Pró III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo** – documento que marca o nascimento da Articulação de ONG's de Mulheres Negras. O encontro foi realizado no Rio de Janeiro, contando com a participação de 13 entidades vinculadas ao MMN, que resultou numa declaração com os principais pontos levantados pelas mulheres negras a serem levados para a III CMR em Durban e do qual se tirou um primeiro esboço da Articulação de Mulheres Negras.
- 9. Carta do Rio** – documento elaborado a partir da realização da Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, último evento realizado no Brasil antes da III CMR. Contém os principais pontos levados pelos representantes brasileiros e que deveriam constar na Declaração final de Durban.

- 10. Declaração de Durban** – documento oficial da ONU contendo todos os pontos discutidos na III CMR e um programa de ação a ser implementado pelos países signatários do documento.
- 11. Projeto Articulação de Organizações de Mulheres Negras** – documento da articulação de mulheres negras em que são apresentados seus principais objetivos e delimitadas propostas de atuação e fortalecimento da articulação para o biênio 2002-2004.
- 12. Estado e Sociedade promovendo a igualdade racial** – documento da I Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, dividido em três eixos temáticos: 1 – reflexão sobre a sociedade brasileira e os processos de reprodução do racismo, da discriminação e das desigualdades sociais; 2 – propostas de promoção da igualdade racial em todas as instâncias governamentais (municipal, estadual e federal), bem como o cumprimento dos compromissos internacionais objeto de acordos, tratados e convenções; 3 – proposição de diretrizes para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Étnica considerando as perspectivas de gênero, cultura e religião.

Movimento de Mulheres Negras – Documentos Coligidos

	Data		Título	Tipo	Origem/Autora
	Mês	Ano			
1	Out.	1980	Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira	Artigo	Lélia Gonzalez
2	Maio	1991	Lélia Gonzalez – uma mulher de luta	Entrevista	Jornal do MNU
3	Ago.	1993	Declaração de Itapecerica da Serra	Relatório de seminário e proposta política do Movimento	Geledés – Instituto da Mulher Negra
4	Nov.	1995	Marcha Zumbi dos Palmares	Proposta de políticas públicas encaminhada à Presidência da República	Secretaria Nacional da Marcha Zumbi dos Palmares
5	Set.	1997	Fórum de Mulheres Negras de Belo Horizonte	Carta aberta	Fátima Oliveira
6	Set.	1997	Relatório Final da Reunião Nacional de Mulheres Negras	Relatório final de encontro	Benilda Brito, Edna Roland, Fátima Oliveira, Jurema Werneck.
7	Jun.	1998	III Encontro Nacional de Mulheres Negras	Relatório de preparação para o III Encontro Nacional de Mulheres Negras	
8	Set.	2000	Pró III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (III CMR).	Proposta política do MMN para a Conferência de Durban	Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
9	Jul.	2001	Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Intolerância – Carta do Rio	Declaração e propostas a serem levadas para III CMR	Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância
10	Set.	2001	Declaração de Durban	Declaração e programa de ação da III CMR	ONU
11		2002	Projeto Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, 2002 - 2004.	Proposta de atuação política da articulação de ONGs de mulheres negras para o biênio 2002-2004	Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
12	Mar.	2005	Estado e Sociedade promovendo a igualdade racial	Documento base para discussão e aprovação da lei do estatuto da igualdade racial	SEPPPIR, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

1.4.1.2 – Entrevistas

A entrevista é tomada aqui como uma técnica de fundamental importância para a compreensão dos significados atribuídos pelos atores coletivos às ações e transformações empreendidas pelo movimento social de que fazem parte. Como afirma Mendes (2003), a entrevista capta não o indivíduo, mas sua localização social e, assim, favorece o estudo de realidades sociais e simbólicas que vão para além de suas ancoragens locais.

Ao optar por entrevistar mulheres que ocupam posições de destaque dentro do Movimento de Mulheres Negras, sendo reconhecidas como lideranças históricas do mesmo, partimos do princípio de que, devido à mobilidade e as redes de relações que tais mulheres estabelecem com outros segmentos da Sociedade Civil e do Estado, elas se constituíram em informantes primordiais sobre os processos de transformação e reconfiguração de identidades coletivas e políticas das mulheres negras brasileiras em seu esforço de se situarem como sujeitos políticos capazes de produzir uma visão própria de si, diferenciada política e ideologicamente das matrizes do pensamento do movimento negro e feminista.

Enquanto situação interacional, a entrevista se constitui num jogo de negociações em que, antes de simplesmente informar significados, o entrevistado negocia suas identidades, obrigando o entrevistador a também alterar as dele. Nesse sentido, tanto entrevistado quanto entrevistador se constroem e se reconfiguram na situação de entrevista. Sendo assim, ainda que baseada em um roteiro prévio, cada situação de entrevista é única, que precisa ser analisada à luz das relações de poder, das formas discursivas e dos imprevistos vividos em cada entrevista em particular.

Uma idéia presente nas afirmações de Mendes (2003:11) e que é fundamental para a compreensão das entrevistas da presente pesquisa é a seguinte:

Os relatos produzidos pelos indivíduos têm sempre presente o que está em jogo, isto é, a forma como os interesses de diferentes colectividades e agentes interferem com as suas ações. Daí que os discursos, devido ao seu caráter performativo, têm que ser justificáveis (accountable). E mesmo que se proceda ao relato de factos ocorridos, assiste-se a uma produção avaliativa, embebida em diálogos reais e imaginários saturados de posicionamentos ideológicos.

1.4.1.2.1 – Descrição das entrevistas

Para esta pesquisa foram realizadas sete entrevistas, sendo quatro com militantes da cidade de Belo Horizonte e três com militantes estabelecidas em outras capitais brasileiras. As entrevistas foram conduzidas ou pelo pesquisador (em três delas), conjuntamente com um bolsista de iniciação científica que desenvolvia sua pesquisa em co-parceria com a pesquisa que resultou nesta dissertação (em uma delas), ou exclusivamente por este último (em três delas).

Todas as entrevistadas foram contatadas primeiramente por correio eletrônico ou telefone e, por ocasião do primeiro contato, eram informadas sobre o objetivo da pesquisa e os motivos da escolha de seu nome para participar. Também lhes era pedido que nos informassem os nomes de outras militantes que consideravam importantes de serem entrevistadas, pelo seu histórico de participação no movimento e influência nos direcionamentos do mesmo. Dessas indicações foram retirados mais ou menos quinze nomes. Porém, pelas distâncias geográficas ou por dificuldades de agenda e ainda em

decorrência do tempo exíguo para realização do trabalho de campo, não foi possível entrevistar todas.

As entrevistas podem ser divididas em dois grandes eixos: um de caracterização pessoal e histórico de militância; e outro contendo informações sobre o Movimento de Mulheres Negras, seu histórico, conflitos, relação com o Estado, dilemas internos, avanços e retrocessos.

Entre as entrevistadas estão representadas as principais correntes do MMN, desde mulheres mais vinculadas ao Movimento Negro, passando por mulheres ligadas mais ao Movimento Feminista e mulheres inseridas em órgãos governamentais até representantes das principais ONG's de mulheres negras do Brasil.

A seguir apresentamos um quadro com as entrevistadas e suas respectivas vinculações institucionais:

	Nome	Cidade	Vinculação institucional
1	Nilza Iraci	São Paulo	Coordenadora de Comunicação do GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra
2	Luiza Bairros	Salvador	Assessora do PNUD. Foi coordenadora Geral do MNU. Professora Universitária.
3	Edna Roland	São Paulo	Presidente de Honra da FALA PRETA! Organização de Mulheres Negras. Assessora da Prefeitura de Guarulhos para a temática de gênero e raça. Membro do Grupo de Experts Eminentes das Nações Unidas para implementação da Declaração e do Programa de Ação de Durban.
4	Ana Maria Silva Soares	Belo Horizonte	Secretária Adjunta da Rede Feminista de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – REDESAÚDE Psicóloga do Hospital Sofia Feldman Integrante da ONG Mulheres União
5	Ângela Maria Silva Gomes	Belo Horizonte	Integrante do Movimento Negro Unificado Professora Universitária
6	Vânia Diniz	Belo Horizonte	Ex- Coordenadora da COMACON – Coordenadoria para Assuntos da Comunidade Negra da Prefeitura de Belo Horizonte
7	Rosa Margarida de Carvalho	Belo Horizonte	Consultora da Secretaria Estadual de Educação

CAPÍTULO II

MOVIMENTOS E MOMENTOS

A proposta do presente capítulo é apresentar um panorama sucinto dos principais momentos em que, no último século, questões relativas à emancipação das mulheres e dos negros tomaram a cena pública brasileira e, em seguida, pormenorizar a emergência do sujeito coletivo mulheres negras a partir dos embates políticos vividos entre estas e determinados segmentos do movimento feminista e do movimento negro de finais de 1970 e início dos anos oitenta.

A experiência de luta e reivindicação de direitos de mulheres e negros remonta ao período do Brasil Colônia. No entanto, a intensificação, institucionalização e massificação desses processos se verificam a partir de meados do século XIX, quando o sistema escravocrata vai perdendo aos poucos sua legitimidade, e o país passa a se alinhar a um novo tipo de formação hegemônica instaurada no ocidente a partir da Revolução Francesa, dando condições para a emergência de novos antagonismos sociais. Tais antagonismos, de acordo com Mouffe (1988:92), afloram num “contexto de dissolução de todas as relações baseadas na hierarquia e isto, é claro, está ligado ao desenvolvimento do capitalismo que destrói todas essas relações e as substitui por relações de mercadorização (*commodity*)”. A autora observa que, mesmo existindo antes do capitalismo, lutas promovidas contra o racismo e o sexismo somente puderam se desenvolver plenamente em resposta a essa nova formação hegemônica.

Os embriões do que, na década de 70, eclodiria como Movimento Feminista e Movimento Negro, foram as lutas de setores da sociedade, ainda escravagista, pelo voto e educação feminina e pela libertação dos escravos. Segundo Guimarães (2002), esses momentos de ruptura com uma dada formação hegemônica sobre as questões raciais e de gênero no país ocorrem em situações de baixa coesão social, nas quais o sistema político pôde ser abalado e reestruturado a partir das reivindicações de grupos oprimidos na sociedade. Porém, isso não significa afirmar que tais grupos sejam emancipatórios e libertários por princípio, na medida em que os movimentos sociais também são, em grande medida, informados e conformados pela sociedade da qual fazem parte. Só assim podemos entender como, por exemplo, as primeiras experiências reivindicativas de mulheres e negros na sociedade brasileira estavam mais interessadas em “integrá-los” à sociedade do que em reordenar o sistema social para que este os visse como sujeitos plenos de direitos.

Grosso modo, podemos afirmar que, para negros e mulheres, as décadas de 20 e 30, a curta experiência democrática de 1945 a 1960 e as lutas por redemocratização do país no fim dos anos 70 são marcos de eclosão de movimentos insurgentes com características que, por vezes, é espelhada na hegemonia política sobre as questões de gênero e raça, mas que também trazem consigo rupturas fundamentais para se pensar a participação desses segmentos populacionais no projeto de nação.

No Brasil dos anos 70 há uma explosão de “novos movimentos sociais” – negros, de mulheres, indígenas, homossexuais, ecológicos – inscrevendo novos desafios à agenda política nacional. Um laço que unifica tais movimentos

é a sua (re)emergência a partir das organizações de esquerda e do engajamento político de seus militantes na luta pela restituição da democracia ao país. No entanto, os movimentos de esquerda divergiam profundamente sobre a condução específica da luta de mulheres e negros, fazendo com que os mesmos passassem a se organizar de forma autônoma.

A volta de várias mulheres do exílio no período da Anistia consolidou o processo de organização do Movimento de Mulheres que emergiu nessa conjuntura com uma forte visão classista. Dessa maneira, tal movimento obscureceu a complexidade de nossas relações sociais, não incorporando temas, tais como o racismo, no centro de suas lutas, dificultando, assim, nesse primeiro momento, a identificação das mulheres negras com suas causas (SOARES, 2000).

Nesse mesmo período, emerge um Movimento Negro denunciando casos de discriminação racial e questionando o mito da democracia racial. Dessa maneira, o advento do Movimento Negro Unificado constitui no mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade negra na década de 70. Suas principais pautas de luta estavam voltadas, sobretudo, para a denúncia do caráter racialmente desigual de nossa sociedade, relacionando as más condições sociais do negro ao racismo estruturador de tais condições. É nesse contexto de denúncias das desigualdades raciais que as mulheres negras se organizam. Inicialmente não como um movimento autônomo, mas no interior dos movimentos feministas e negros.

Então, o Movimento de Mulheres Negras emerge na transversalidade em relação às agendas e estratégias político-organizativas do Movimento Feminista e do Movimento Negro. Para compreendermos o que vem a ser

essa transversalidade, suas características e dilemas, faremos uma breve reconstrução histórica dos momentos de ruptura de certas hegemonias sociopolíticas no tocante às desigualdades de gênero e raça, acompanhados dos movimentos mais organizados que surgem no bojo dessas rupturas e lutam pela emancipação social, econômica e cultural de negros e mulheres na sociedade brasileira.

II.1 – Muito antes de 1975 – mulheres, movimento de mulheres e feminismos ao longo de século XX

O título acima é uma provocação ao que é apontado por alguns teóricos como sendo o ano de emergência do Movimento Feminista no Brasil, ou pelo menos de sua face mais contemporânea e alinhada a projetos políticos da nova esquerda e de reivindicações pela redemocratização do país (RIBEIRO, 1995, SOARES, 1994).

O ano de 1975 é, comumente, representado como o ano de reaparecimento de organizações feministas no Brasil em decorrência de a ONU haver proposto o início da Década da Mulher, inaugurando, assim, a série de Conferências Mundiais sobre Mulheres. A primeira ocorreu na Cidade do México e trouxe como consequência um grande momento de ruptura em relação às lógicas de dominação por gênero, em que as mulheres passam a se organizar para exigir do Estado e de Organismos Internacionais de Regulação a incorporação de políticas públicas específicas para mulheres, e que coíbam formas de violência, discriminação e exploração.

No entanto, esse momento histórico, acompanhado de inúmeros outros fatores, que procuraremos trabalhar mais adiante, é apenas a ponta de um *iceberg*, uma vez que as mulheres, mesmo que não organizadas formalmente, procuraram ao longo da história do país promover ações políticas que visassem sua emancipação e inclusão na sociedade enquanto sujeitos coletivos de direitos.

Até o século XIX, porém, não se tem registro de formas organizativas femininas. Mas, a partir de então, começa a haver as primeiras experiências organizativas de mulheres no país, com caráter que podemos denominar sufragista, advindo de reivindicações a favor da educação e do voto feminino e, mais tarde, com o processo de industrialização do início do século XX, tais organizações se relacionam cada vez mais com as lutas operárias.¹

Esse primeiro momento das lutas femininas se concentrou em exigir igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. Segundo Goldberg (1989), nessa fase ainda não há uma ruptura com as normas hegemônicas sociais, e a militância se caracteriza por um caráter mais “liberal” e individualizante.

Nas duas primeiras décadas do século XX as mudanças de costume dentro da sociedade brasileira e a crescente participação das mulheres como mão-de-obra nos parques industriais produziram os primeiros protestos contra

¹ Internacionalmente se tem referido ao feminismo como podendo ser dividido, grosso modo, em três grandes “ondas”. A primeira tem como marco a Revolução Francesa e os primeiros movimentos de mulheres por igualdade de direitos baseados no próprio ideário da Revolução propondo, portanto, igualdade a todos, aí incluídas as mulheres. A segunda onda se caracterizaria por seu alinhamento com o socialismo e a luta operária e tem, internacionalmente, como marco a Revolução Russa de 1917 em que, pela primeira vez, são abolidas leis que conferiam às mulheres uma cidadania de segunda classe. Já a terceira onda coincide com as mudanças vividas nas sociedades ocidentais pós 2ª Guerra Mundial e tem como um de seus marcos a Revolução Sexual dos anos sessenta, com o advento da pílula. Essa terceira onda difere tanto qualitativa quanto quantitativamente das anteriores, havendo uma pluralização de práticas feministas e de feminismos (SMIGAY, 2005, ALVAREZ, 2000, SOARES, 1994).

injustiças sociais e por reivindicações de direitos sociais e políticos, das então chamadas *agitadoras*.

Em 1917, operárias (das fábricas Matarazzo, Ligas Peterson, Cia. Têxtil Rio Grandense, entre outras) promovem uma greve geral para reivindicar melhores condições de trabalho e salário idêntico ao dos homens (CNDM, 1986). Na esteira dessas grandes transformações, em 1919, Bertha Lutz cria, no Rio de Janeiro, a Liga pela Emancipação da Mulher. No ano seguinte é constituído o Movimento Emancipador da Mulher. Esses movimentos, além do caráter sufragista, foram os responsáveis pela institucionalização do dia das mães.

As décadas de 20 e 30 acompanharam a crescente integração das mulheres no campo das artes, cultura, literatura. A Semana de Arte Moderna de São Paulo revelou importantes figuras femininas e feministas como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e, principalmente, Patrícia Galvão, a Pagu. Em 1932 o governo Getúlio Vargas promulgou a lei que permitiu o voto feminino.

Em decorrência de fatores políticos internos, como a Ditadura Vargas, e externos, como a Segunda Guerra Mundial, essa primeira geração se desarticula, sobretudo a partir dos anos 1940. Também as constituições federais de 1937 e 1946 representam um retrocesso em relação ao posicionamento das mulheres enquanto cidadãs de direito na sociedade brasileira. É importante lembrar que não se extinguiram as mobilizações políticas de mulheres, mas passou-se a contar com ações cada vez mais pontuais como, por exemplo, as passeatas contra o alto custo de vida. Houve, inclusive, em alguns momentos, uma manipulação dessas mobilizações em favor de políticas excludentes, como no caso do período do Golpe Militar, em

que ocorreram manifestações de mulheres de cunho reacionário, como a Marcha Com Deus e pela Família que antecedeu ao golpe, em São Paulo.

Influenciado pelas novas formas de protesto experimentadas nos EUA e Europa, como o Movimento por Direitos Civis, o Movimento Estudantil e os movimentos de contracultura e pelas lutas por redemocratização dos países da América Latina, emerge, nos anos 1970, um segundo grande momento do feminismo brasileiro. A diferença em relação à primeira leva feminista consiste em que essa nova geração se propõe ir além das reivindicações pela igualdade jurídica dos direitos (SARDENBERG; COSTA, 1994, SMIGAY, 2005).

As organizações femininas emergentes nesse período trazem à cena política questões até então entendidas como particulares e privadas, como sexualidade, livre orientação sexual, creche, relações familiares; e relacionadas a lutas por igualdade salarial, acesso profissional, políticas públicas para mulheres e representação política (RIBEIRO, 1995; SOARES, 1994).

A inovação política do Movimento Feminista emergente nos anos 70 está na recusa de se ligar aos partidos políticos constituídos, compreendidos enquanto espaços de machismo, com suas formas tradicionais de fazer política. A própria esquerda e a intelectualidade eram, àquele momento, consideradas sexistas (SMIGAY, 2005).

No Brasil, as lutas feministas² após a década de 60 estiverem diretamente vinculadas ao combate à ditadura militar, à construção de um projeto democrático para o país e contaram como interlocutoras de peso um

² Há aqui que se fazer uma distinção, como a tem feito cientistas sociais e militantes, acerca do quem vem a ser organizações “feministas” e organizações “femininas” e/ou de mulheres. Singer afirma que “as lutas contra a alta do custo da vida ou por escolas, creches, etc., assim como medidas específicas para proteger a mulher que trabalha, interessam intimamente às mulheres e é possível assim considerá-las reivindicações femininas. Mas elas não são feministas no sentido de que não questionam a maneira como as mulheres estão inseridas no contexto social” (SINGER, 1981: 116-17).

amplo movimento de mulheres, não necessariamente feministas, mas que nas periferias dos grandes centros reivindicavam melhores condições de vida, transporte e moradia para a população mais pobre. Assim, os movimentos de mulheres transitam e constroem suas pautas político-reivindicativas em esferas não-tradicionais de organização, tornando visíveis as ações políticas de amplos setores, antes marginalizados da vida social, trazendo à luz aspectos da vida cotidiana e dos conflitos sociais até então obscurecidos, ao mesmo tempo em que questionam as velhas formas do fazer político. Essas inovações permitem uma maior aproximação entre os movimentos de mulheres de outros movimentos sociais, sobretudo os vinculados à sexualidade e raça/etnia.

Acompanhando o pensamento de Bandeira (2000), podemos pensar em três grandes rupturas levadas a cabo pelos contemporâneos movimentos de mulheres. A primeira é com a noção de sujeito único, trazendo à tona a questão da diferença. O movimento feminista que emerge a partir dos anos 1960 e 1970 centrou sua luta numa participação social feminina mais ativa, com a definição e projeção de uma identidade própria às mulheres, promovendo seus direitos jurídicos, sociais e políticos. Tratava-se de se deter nos processos de democratização das relações intergênero, retirando as mulheres da invisibilidade social e reconhecendo no modelo patriarcal em que se assentam as sociedades ocidentais as formas de opressão a que estão submetidas as mulheres.

Ao descortinar esse novo sujeito social, os movimentos feministas promovem um amplo processo de mudanças políticas e culturais, no sentido de ampliar as oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo e a promoção dos direitos de cidadania das mulheres, deixando clara a articulação entre a

dimensão da identidade coletiva e o reconhecimento social. Pois, para que mulheres e afro-descendentes possam ter condições efetivas de se livrarem de um sistema social que os discrimina e inferioriza em todas as esferas da vida, desde os planos econômico e profissional até as relações de intimidade, é preciso que as condições para a autodefinição individual sejam sustentadas pelas instituições democráticas, bem como pelas relações que têm lugar nos mais diversos ambientes da sociedade, sejam eles públicos ou privados (AFONSO; RODRIGUES, 2003).

A segunda ruptura é de caráter epistemológico. A partir da expressão política das mulheres, emergem novos campos científicos e políticos, rompem-se as fronteiras da invisibilidade na teoria social e as ciências sociais vão tomando as mulheres tanto como sujeitos quanto como objetos de estudo, dando origem inicialmente aos estudos sobre mulheres e ao que, na década de 80, se consolida como estudos de gênero. A intersecção entre os campos científico e político-militante promove uma mudança sem precedentes nas relações entre homens e mulheres, nos mais diferentes âmbitos das relações sociais e de poder que estabelecem dentro da sociedade.

A terceira ruptura é pela equidade. A centralidade dos estudos sobre mulheres (*Women's Studies*) cede lugar aos estudos de gênero, cujo pressuposto básico consiste em afirmar que as diferenças entre homens e mulheres são construções sociais:

No contexto das relações de gênero o sujeito masculino tende a fazer parte constitutiva e definitiva da categoria gênero [...] Passa-se a falar mais de relações, de desigualdades, de diversidades, de diferenças, de heterogeneidades do que propriamente de direitos das mulheres; no campo intelectual tendem a ser desprezadas as expressões polares deixando lugar às relações ou às mediações (BANDEIRA, 2000:37).

Dessa forma, pode-se concluir que o sujeito político mulheres tomou de vez a cena pública, impactando a sociedade de modo intenso e teve como um dos seus principais méritos, representado pelo conjunto das rupturas descritas acima, propiciar uma reconstrução da concepção de político – a partir da demonstração das imbricadas redes de relação estabelecidas entre a esfera privada e a esfera pública – para além das concepções institucionais e jurídicas de igualdade, não só presentes na primeira fase do feminismo como na ordenação política institucional de um modo geral. Essa mudança de conceitualização do campo político permite explicar o caráter subjetivo da opressão de gênero, os aspectos emocionais da consciência e reconhece a extensão da ordem patriarcal sobre as diversas instâncias que regem as relações sociais/sexuais (SARDENBERG; COSTA, 1994). Como veremos mais adiante, permite, também, através dos conflitos internos subjacentes à consolidação dos movimentos feministas e de mulheres, a constituição de antagonismos e conflitos internos que levaram a uma pluralização crescente das formas de fazer política das mulheres, com a emergência de novas questões que foram ou esquecidas ou negligenciadas pelas feministas dos anos 1970. É nas lutas e disputas internas ao Movimento Feminista que se constrói, por exemplo, o Movimento de Mulheres Negras, conforme veremos mais adiante.

II.2 – O Mestre Sala dos Mares³ – Movimento Negro e política racial no Brasil



Assim como ocorre em relação ao Movimento Feminista, ou às múltiplas facetas das ações políticas empreendidas pelas mulheres, o Movimento Negro também costuma ser retratado como se tivesse se instituído, no Brasil, apenas a partir dos anos 70. No entanto, uma série de movimentos e lutas foi levada a

³ Alusão à Revolta das Chibatas e, também, à música de João Bosco e Aldir Blanc baseada no episódio.

O Almirante Negro (letra original)

Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar apareceu
Na figura de um bravo marinheiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como almirante negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala
E ao acenar pelo mar, na alegria das regatas
Foi saudado no porto
Pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mulatas

Rubras cascatas
Jorravam das costas dos negros
Entre cantos e chibatas
Inundando o coração
Do pessoal do porão
Que a exemplo do marinheiro gritava, então:

Glória aos piratas, às mulatas, às sereias,
Glória à farofa, à cachaça, às baleias,
Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esqueceram jamais

Salve o almirante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

(Mas, salve...)

Salve o almirante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

O Mestre-sala dos Mares (Letra autorizada)

Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo feiticeiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como navegante negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala
E ao acenar pelo mar, na alegria das regatas
Foi saudado no porto
Pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mulatas

Rubras cascatas
Jorravam das costas dos santos
Entre cantos e chibatas
Inundando o coração
Do pessoal do porão
Que a exemplo do feiticeiro gritava, então:

Glória aos piratas, às mulatas, às sereias,
Glória à farofa, à cachaça, às baleias,
Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esqueceram jamais

Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

(Mas, salve...)

Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

cabo no Brasil em torno de questões vinculadas à emancipação da população negra ao longo dos séculos.

O século XIX, sobretudo a partir de sua segunda metade, demarca uma grande ruptura em relação ao sistema escravista, advinda tanto de pressões políticas externas como de dilemas internos ao sistema, havendo a constituição de uma imprensa abolicionista e de um movimento pró-libertação dos escravos, além de grandes levantes de negros ao longo do século. Datam deste período a Revolta dos Escravos (1807-1835), na Bahia; o Ajuntamento dos Pretos (1815), em Olinda; a Balaiada (1830-41), no Maranhão; a Cabanagem (1835), no Pará; a Revolta dos Malés (1835), na Bahia; a Greve dos Escravos-Operários (1857), no Rio de Janeiro, entre outras manifestações políticas de negros libertos e escravos. Essas lutas escravas precederam e propiciaram o aparecimento do Movimento Abolicionista a partir de 1880. Segundo Gohn (2001), a questão abolicionista se generalizou a tal ponto no fim do século XIX que se constituiu num verdadeiro movimento social. A luta pela abolição contou com a influência/interferência externa, advinda especialmente a partir da proibição, pela Inglaterra, do tráfico de escravos; das camadas médias urbanas brasileiras, ganhando força entre os militares e, por fim, com grande apoio das camadas populares.

O início do século XX demarca o surgimento do movimento negro como herdeiro das lutas quilombolas ao longo do processo de escravidão e do movimento abolicionista do século XIX. Figuras como Luis Gama, José do Patrocínio, os irmãos Rebouças, entre outros, demarcam as novas fronteiras políticas do protesto afro-brasileiro em finais do século XIX e início do século XX.

Um capítulo emblemático na história brasileira, sobre o modo como os protestos e insurreições de afro-brasileiros são relegados ao esquecimento pela elite política e intelectual, é o referente à Revolta das Chibatas. Ocorrida em 1910, no Rio de Janeiro, teve como articulador e principal líder o marinheiro João Cândido. Tal revolta eclodiu no convés do navio Minas Gerais quando os marinheiros foram obrigados a se enfileirar para acompanhar o castigo de um colega. Ela se constituiu em uma revolta de negros, pois apesar de a escravidão já ter acabado, os marujos, em sua maioria negros, ainda eram chicoteados, submetidos à palmatória, ferros, tronco, e alimentados a pão e água. Muitos marinheiros morreram ao receberem de setecentas a novecentas chibatadas. A rebelião se estendeu para outros estados brasileiros e durou quatro dias e, ao final da Revolta, seus líderes foram presos e alguns fuzilados. Mais de dois mil marinheiros que participaram do levante foram expulsos da Marinha.⁴

Essa revolta foi fortemente ocultada pela história oficial, e um exemplo dessa política de esquecimento é o fato de a música hoje conhecida como *Mestre-sala dos Mares*, composta por João Bosco e Aldir Blanc, durante o período militar ter sido censurada exatamente por se referir a esse episódio. Originalmente a música tinha como título *O Almirante Negro*, uma inequívoca referência a João Cândido e, em decorrência da censura, o título e a palavra almirante foram trocados ao longo da letra da canção.

Diante desse discurso escamoteador das lutas empreendidas por afro-brasileiros prevalece a imagem de uma comunidade negra com pouca tradição

⁴ Para maiores detalhes sobre a Revolta das Chibatas ver o livro que retrata esse período e que também foi usado como base por João Bosco e Aldir Blanc na composição da música *o mestre-sala dos mares*: MOREL, Edmar (1979). *A revolta da chibata*. Levante da esquadra pelo marinheiro João Cândido. Rio de Janeiro: Graal.

de luta anti-racista, tanto entre os partidários da tese da democracia racial quanto entre a intelectualidade (NASCIMENTO, 2000).

O século XX também demarca o surgimento de organizações e de uma imprensa negra que estavam interessadas em denunciar o “preconceito de cor” e promover ações que superassem a exclusão dos negros do mercado de trabalho, do sistema educacional e do sistema político.

Para Florestan Fernandes (1964), essas organizações do movimento negro conseguiram três grandes feitos. Primeiro, por suscitarem o debate em torno da igualdade de direitos entre brancos e negros; segundo, por proporem um esclarecimento dos negros sobre a questão racial brasileira, chamando-os a tomarem consciência de sua situação de opressão; e, terceiro, por tornarem os negros sujeitos de sua própria história, capazes de se mobilizarem para resolução dos dilemas que os afligiam em todas as esferas da vida social. Para Fernandes esses três elementos já são, por si só, revolucionários.

Para Guimarães (2002), as tensões raciais no Brasil, ao longo de século XX, têm crescido nos momentos de menor coesão social. E os anos 1930 representam um desses momentos de ruptura, pois a coesão dos grupos étnicos vindos para o Brasil através do incentivo estatal à emigração europeia faz eclodir sentimentos de cunho separatista entre os brasileiros. É nessa época que surge a Frente Negra Brasileira (FNB), uma organização que se baseava em critérios de cor ou raça, e não por princípios de tradições culturais. Sua ênfase estava em afirmar o negro como brasileiro, denunciando o “preconceito de cor” como fato que alijava os negros do mercado de trabalho e da educação.

Se comparada à postura das entidades e imprensa negras já existentes à época, a proposta da Frente Negra Brasileira não era necessariamente inovadora e poderia ser resumida a partir de seu lema principal “congregar, orientar e educar” (NASCIMENTO, 2000).

Ainda que contando com dissidentes socialistas, na política a FNB era majoritariamente de direita, de caráter fascista. Em 1932 a FNB sofre um racha, quando alguns de seus militantes desejam apoiar o movimento constitucionalista paulista e outros preferem se manter “neutros”. Em 1936 a FNB se torna um partido político e em 1937 apóia o golpe de Getúlio Vargas que, em alguma medida, implementa medidas que representavam o anseio dessa organização. No entanto, a ditadura Vargas prescindia de qualquer organização da sociedade civil, e a FNB, assim como outros partidos, sindicatos, etc., são legalmente extintos e confinados à clandestinidade. E o protesto negro só emerge com renovada força a partir de 1945, após a ditadura Vargas.

Segundo Moura (1989), a partir de 1945 emerge o *Renascimento Negro*, com o surgimento de grupos de discussão e ação contra a discriminação racial e o racismo. Lutavam também pelo “alevantamento moral da gente negra”, entendido como medidas que pretendiam possibilitar a ascensão social dos negros e a quebra de teorias que apregoavam a inferioridade racial dos afro-descendentes. Entre os dias 10 e 12 de novembro de 1945 aconteceu a Convenção Nacional do Negro, em São Paulo, que objetivava construir uma plataforma de ação para a constituinte que se realizaria em seguida.

Ainda nesse momento de abertura política, na cidade de São Paulo, são criados a Cruzada Social e Cultural do Preto Brasileiro, o Centro de Cultura

Luiz Gama, a Frente Negra Trabalhista e a Associação do Negro Brasileiro. Esta última foi objeto de estudo de Florestan Fernandes para o projeto UNESCO.

No Rio de Janeiro houve a criação e/ou consolidação de organizações como o Grupo de Afoxé Associação Recreativa Filhos de Gandhi, o Teatro Experimental do Negro (TEN), a União dos Homens de Cor (UHC), a União Cultural dos Homens de Cor, o Teatro Popular Brasileiro (TPB), o Clube Renascença e a Orquestra Afro-Brasileira. E em Belo Horizonte havia o Grêmio Libertário Cruz e Souza, a Turma Auri-verde e a Associação José do Patrocínio.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi, nesse período, a principal organização negra do Brasil. Seu objetivo inicial era eminentemente cultural, mas foi se consolidando em agência de formação profissional, política e de recuperação da auto-estima do negro brasileiro. Os objetivos centrais do TEN estão expressos na declaração “NOSSO PROGRAMA”, publicado no jornal *Quilombo*, meio de divulgação da entidade. Eram cinco os seus objetivos, que reproduzimos abaixo:

NOSSO PROGRAMA

Trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico.

Para atingir esses objetivos QUILOMBO propõe-se:

1. colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores e nem servidão natural, conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência;
2. esclarecer ao negro que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constituir motivos para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso;

3. lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares;
4. combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição;
5. pleitear para que seja previsto e definido crime de discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez em alguns Estados da Norte-América e na Constituição Cubana de 1940 (NASCIMENTO, 2000: 252-53).

Os principais intelectuais do TEN, Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, radicalizaram uma postura crítica em relação ao imperialismo estadunidense, propondo um projeto de construção nacional que contemplasse o negro como o “povo brasileiro” e não como minoria estrangeira.

A partir de 1960, com o golpe militar, essas organizações são formalmente banidas e alguns de seus líderes exilados. Os protestos negros passam a estar circunscritos em espaços como os clubes recreativos, os bailes *soul* do Rio de Janeiro, os terreiros e os blocos de afoxé, como os de Salvador, e que funcionam como uma espécie de rede submersa que permite a re-emergência do movimento negro em finais da década de 70, com características que são ao mesmo tempo inovadoras e herdeiras de uma longa história de luta pela emancipação dos negros brasileiros.

II.3 – Os movimentos Negro e Feminista no Brasil a partir da década de 1970

Embora marcados por inúmeras diferenças, o Movimento Feminista e o Movimento Negro ressurgem nos anos 1970, ainda marcados pela ditadura militar, sendo pautados por uma luta pela redemocratização, extinção das desigualdades sociais e em busca da cidadania.

Pode-se apresentar o ano de 1975⁵ como o marco de reaparecimento de organizações feministas no Brasil. E no ano de 1978 é criado o Movimento Negro Unificado (MNU)⁶, em São Paulo, como reação à discriminação sofrida por quatro atletas negros no Clube Tietê e à morte de um operário negro, Robson Silveira da Luz, devido a torturas policiais. O primeiro ato público do MNU ocorreu em 7 de julho de 1978, em frente ao Teatro Municipal, em São Paulo. O MNU reivindica melhores condições de vida, denuncia o racismo e as dificuldades encontradas pelos negros no acesso ao mercado de trabalho, a violência policial e o desemprego (SINGER, 1981; SILVA, 1988).

Mas, segundo a crítica de algumas militantes, em ambos os movimentos as mulheres negras são consideradas apenas como “sujeitos implícitos”. Tais movimentos institucionalizaram-se partilhando uma idéia de igualdade: entre as mulheres a questão racial não é fundamental; e entre os negros diferenças entre homens e mulheres são desconsideradas (RIBEIRO, 1995; BAIROS, 1995, CARNEIRO, 2003).

⁵ Nesse ano a ONU propõe o início da Década da Mulher, havendo também muitas comemorações públicas em torno do Dia Internacional da Mulher. Esses fatos contribuíram para o reaparecimento de organizações feministas nos principais centros urbanos brasileiros.

⁶ De fato o MNU primeiro surgiu com o nome de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), em uma assembléia ocorrida em São Paulo, mas contando com a participação de 25 entidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e moções de apoio vindas de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia.

Desse modo, esses movimentos acabaram produzindo formas de opressão internas, na medida em que silenciaram diante de formas de opressão que articulassem racismo e sexismo, posicionando as mulheres negras em uma situação bastante desfavorável.

A suposta igualdade preconizada dentro dos movimentos Negro e Feminista levou as mulheres negras a lutarem por suas especificidades, gerando conflitos e rupturas nas formas incipientes em que tais movimentos se apresentavam nas décadas de 70 e 80. A seguir nos deteremos sobre a literatura que tematiza esses conflitos e a participação das mulheres negras nos movimentos sociais.

II.4 – A Década da Mulher: 1975-1985

O ano de 1985 marca o encerramento da década da mulher, período em que inúmeras produções teóricas foram levadas a cabo procurando apresentar a atividade científica e militante em torno das relações de gênero e se constituindo, ao mesmo tempo, em uma reflexão política e epistemológica. Assim, pode-se destacar a publicação, em 1981, do primeiro volume da coleção *Perspectivas Antropológicas da Mulher* e do livro *Espelho de Vênus: identidade sexual e social da mulher*.

De um modo geral, esses trabalhos se detêm sobre os processos que constituíram o movimento feminista brasileiro, com especial ênfase sobre a variável classe e seu papel na determinação das relações de gênero e no estudo da identidade feminina, por via do registro de vivências e experiências de mulheres de distintas gerações e origens. Mas raça não se apresenta

como categoria analítica em nenhum dos artigos que são apresentados nessas publicações. Nem mesmo quando o foco está em compreender a identidade de mulheres pobres ou nas relações entre patroa e empregada.

Diante dessa invisibilização da categoria “raça” nos estudos e nas ações do nascente movimento de mulheres e da não atenção às relações de gênero no movimento negro, mulheres negras militantes em tais organizações se propõem a questionar essas práticas excludentes. Segundo Carneiro (2003), as mulheres negras tiveram que “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro, promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, tanto afirmando novos sujeitos políticos quanto exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos.

Revendo a bibliografia sobre gênero e raça no Brasil, com especial atenção aos movimentos sociais, vemos se repetirem em dezenas de artigos publicados nas décadas de 1980 e 1990 os nomes de Luiza Bairros, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Edna Roland, Nilza Iraci e Matilde Ribeiro. Essas e outras tantas mulheres negras estiveram presentes e foram participantes fundamentais na formatação dos movimentos Negro e Feminista, contribuindo para o aprofundamento dos debates internos sobre a importância de se pensar gênero articulado ao pertencimento racial, apontando que racismo e sexismo devem ser trabalhados juntos, “[...] tanto para a definição de políticas contra as discriminações sociais, como para a própria redefinição do conceito e da ação para a cidadania” (RIBEIRO, 1995).

Os primeiros trabalhos acadêmicos que vão tratar das especificidades das mulheres negras aparecem durante a década da mulher, sendo fruto da

dedicação das militantes negras. O primeiro deles, apresentado em 1980 numa reunião da ANPOCS, foi escrito por Lélia Gonzalez e se chama *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Posteriormente esse texto foi publicado na coletânea *Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos*, de 1983. Nele, Gonzalez (1983) se interessa em pensar de que forma a articulação entre sexismo e racismo funciona como um dos operadores simbólicos do modo como as mulheres negras são vistas e tratadas no país. Para a autora, racismo e sexismo engendram a violência contra as mulheres negras e explicam o fato de que mesmo mulheres negras da classe média sejam vítimas de discriminação. Ou seja, não se podem compreender as discriminações e a opressão sofridas pelas mulheres apenas pelos vieses de gênero e classe social.

Outro importante artigo de Gonzalez encontra-se no livro *O lugar da mulher*, publicado em 1982. Aqui, a autora centra sua análise no fato de que, em não se dando atenção à questão racial, demarca-se a cumplicidade das mulheres brancas para com a dominação das mulheres negras. Assim, detendo-se apenas nas categorias gênero e classe, os estudos sobre mulheres brasileiras contribuem para a naturalização das desigualdades raciais. Para Gonzalez, as mulheres negras são vítimas de uma tripla opressão: de raça, gênero e classe social.

Nessa obra, Gonzalez também analisa o Encontro Nacional de Mulheres, ocorrido no Rio de Janeiro em 1979. Sobre esse Encontro a autora aponta a falta de consenso em torno das questões raciais, mesmo havendo unanimidade em outras questões fundamentais para o movimento de mulheres. Para ela, o Encontro pode ser compreendido a partir de dois eixos

fundamentais: um se detendo no atraso político e outro na necessidade de se negar o racismo e a dominação das mulheres negras pelas mulheres brancas. Para a autora, mesmo mulheres brancas de orientações políticas mais progressistas negavam a importância da raça e suas implicações nas vivências das mulheres negras, sendo tal hesitação fruto de seu próprio privilégio advindo do racismo.

Dessa forma, uma união entre mulheres negras e brancas contra a opressão sexual era apenas aparente, pois suas experiências e lugares sociais distintos causavam fissuras e conflitos no interior do movimento feminista:

[...] enquanto buscavam no feminismo um alívio para o sexismo que encontravam em organizações negras, várias negras brasileiras logo perceberam que a raça provocava uma fissura que impedia a união de negras e brancas numa luta supostamente fraterna por uma causa comum (CALDWELL, 1999: 26).

A Década da Mulher se encerra com a publicação do livro *Mulher Negra*, de Sueli Carneiro e Thereza Santos, que, ainda hoje, continua sendo uma das obras mais completas sobre a condição social das mulheres negras no Brasil. As autoras afirmam que mesmo diante dos muitos estudos sobre a condição da mulher no Brasil durante a Década da Mulher a “[...] variável cor não foi incorporada de maneira sistemática nesta produção teórica de forma a que as mulheres negras pudessem se beneficiar largamente dos estudos em questão” (CARNEIRO; SANTOS, 1985).

Assentadas sobre dados estatísticos colhidos a partir dos censos de 1950 a 1980, as autoras demonstram a posição socioeconômica desprivilegiada das mulheres negras diante dos homens e mulheres brancas, e fornecem também a base para se compreenderem os conflitos e tensões existentes entre mulheres negras e brancas dentro do movimento feminista.

Para elas, as mulheres brancas foram as grandes beneficiadas pela diversificação educacional e profissional ocorrida entre os anos 1960 e 1980, conseguindo vantagens em termos de acesso à educação e ao mercado de trabalho e remuneração. Assim, “as desigualdades apontadas entre negras e brancas antecipam por si só as tensões que política e ideologicamente acarretam, colocando na maioria das vezes brancas e negras em contradição politicamente, malgrado a condição feminina” (Ibidem: 40).

As autoras também se referem ao Movimento Negro como marcado pelo sexismo. Nesse sentido, a ideologia machista age como um espaço de solidariedade, talvez o único, entre homens brancos e negros, aumentando a exploração sobre as mulheres negras, pois é somente diante delas que os homens negros se beneficiam dessa solidariedade, na medida em que em uma sociedade racista estes não desfrutam plenamente os privilégios da condição masculina. E o Movimento Negro, embora se constituindo em espaço de livre expressão de pessoas negras, mantém o exercício de um sexismo impensável em outras esferas da sociedade (BAIRROS, 1995; CARNEIRO; SANTOS, 1985; PACHECO, 2002).

Diante do exposto, Carneiro e Santos (1985) estabelecem que para as mulheres negras cabe uma dupla militância, em que a interseção de raça, gênero e classe como forma específica de opressão deve ser considerada em sua totalidade, e sua atuação dentro dos movimentos negro e feminista objetiva “[...] sensibilizá-los para o combate ao sexismo e ao racismo como elementos estruturantes na definição de um projeto de uma sociedade justa e igualitária” (RIBEIRO, 1995:451).

II.5 – Da passagem de uma identidade feminista forjada no singular para uma pluralização de formas de ação política das mulheres brasileiras

Segundo Bandeira (2000), o movimento feminista dos anos 1970, ao se deter nos processos de democratização das relações intergênero, se viu prisioneiro da *tentação da igualdade*. Cristalizou-se uma certa forma de “ser mulher” (ocidental, branca, heterossexual, classe média) e, a partir dessa mulher definida no singular, defendeu uma solidariedade intragênero baseada, exclusivamente, numa identidade biológica comum, esquecendo-se das diferenças e desigualdades entre mulheres de distintos lugares sociais, experiências religiosas, pertença racial, orientação sexual, etc.

É contra essa *tentação de igualdade* que se insurgem as mulheres negras no interior do Movimento Feminista, pois a luta pela democratização das relações sociais vai além da igualdade entre sexos, como se essa igualdade por si só assegurasse também a “irmandade” entre mulheres. A luta contra diversas formas de opressão deve vir acompanhada de um projeto de desconstrução de identidades essencialistas, que encerram mulheres e homens, brancas(os) ou não, em um sistema rigoroso de representações cujo resultado final é a opressão de todos, tendo em vista a multiplicidade de posições que os sujeitos sociais podem ocupar no decorrer de sua interação na sociedade.

Para Mouffe (1996:105-105), a desconstrução de identidades essencialistas é parte fundamental de um projeto político de uma democracia radical.

[...] defenderei que, para as feministas empenhadas numa política democrática radical, a desconstrução das identidades essenciais deve ser vista como condição necessária para uma compreensão adequada da diversidade de relações sociais a que os princípios da liberdade e da igualdade devem aplicar-se. Só quando afastarmos a concepção do sujeito como um agente simultaneamente racional e transparente do conjunto das suas posições estaremos em posição de teorizarmos a multiplicidade das relações de subordinação. Um único indivíduo pode ser portador desta multiplicidade e ser dominante numa relação ao mesmo tempo em que é subordinado noutra. Assim, podemos conceber o agente social como sendo constituído por um conjunto de 'posições de sujeito', que nunca podem ser totalmente fixas num sistema fechado de diferenças, composto por uma diversidade de discursos, entre os quais não existe uma relação necessária, mas antes um constante movimento de sobredeterminação e deslocamento.

É a essas diferentes posições de sujeito que as mulheres negras chamam a atenção, sobretudo ao fato de que, ao proporem uma unidade entre as mulheres contra a opressão do modelo patriarcal da sociedade ocidental, as mulheres brancas se “esquecem” de que elas próprias oprimem outras mulheres, ou seja, ao mesmo tempo em que são subordinadas numa dada situação social pelos homens, também oprimem mulheres negras e de extratos sociais inferiores. Isso fica evidente na crítica que militantes negras fizeram ao fato de que a emancipação econômica e educacional vivida pelas mulheres de classe média a partir dos anos 1960 se deveu, em grande medida, à exploração do trabalho doméstico de mulheres negras e pobres (GONZALEZ, 1982, BAIRROS, 1991, BENTO, 1995, LIMA, 1995)⁷.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra automaticamente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à

⁷ Cabe lembrar que, diferentemente das mulheres brancas, as mulheres negras sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho, primeiramente enquanto escravas e, após a abolição, foram elas as principais responsáveis pela manutenção das famílias negras trabalhando como empregadas domésticas. Esse fato (associado a outros) impediu, e ainda impede, que as mulheres negras alcancem uma educação de qualidade e consigam desfrutar plenamente da expansão do mercado de trabalho a que as mulheres brancas puderam alcançar. Estudos revelam que, até finais de 1990, cerca de 48% das mulheres negras desempenhavam atividades remuneradas junto aos serviços domésticos (LIMA, 1995).

solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros (CARNEIRO, 2003:120. Grifos no original).

A noção de *posições de sujeito* proposta por Mouffe (1996) nos ajuda a pensar nos antagonismos internos aos movimentos negro e feminista no tocante à centralidade das questões de gênero e raça. Pensar a partir de *posições subjetivas* implica admitir que as identidades coletivas são precárias e contingentes. Isso não impede, em definitivo, a existência de um “NÓS”, mas, ao contrário, mostra a impossibilidade de completa realização de uma identidade coletiva, na medida em que esta se constitui a partir de relações antagônicas e se modifica num processo de identificações políticas que se cristaliza em identidades ou posições subjetivas temporárias.

Essa identificação a um “NÓS”, tal como proposta por Mouffe, encontra-se possível pela descentralização do sujeito, que não é mais “plasmado” à estrutura social e à possibilidade da existência de fixações parciais, sendo o consenso, nessa perspectiva, sempre incompleto e temporário.

A ‘identidade’ de um sujeito tão múltiplo e contraditório é, portanto, sempre contingente e precária, temporariamente fixa na intersecção dessas posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação. Por isso, é impossível falarmos do agente social como se estivéssemos a lidar com uma entidade unificada e homogênea. Em vez disso, teremos de abordá-lo como uma pluralidade, dependente das várias posições de sujeito através das quais se constitui em várias formações discursivas, e de reconhecer que não existe qualquer relação prévia e necessária entre os discursos que constituem as suas diferentes posições de sujeito (MOUFFE, 1996:105).

Essa multiplicidade de posições identitárias permite uma constante subversão e sobredeterminação de umas pelas outras em um campo político

aberto. Nesse sentido, as mulheres negras puderam, a partir da criação de uma cadeia de equivalências de suas posições subjetivas ligadas por sua inscrição nas relações sociais, que até então eram tidas como apolíticas, transformá-las em fonte de conflito e antagonismo e, assim, politizar o que antes era “naturalizado” (MOUFFE, 1988, 1996).

Dessa forma, sempre houve divergências políticas e ideológicas entre as militantes negras e os movimentos feministas e negros. As mulheres negras viram suas questões, a especificidade deste pertencimento e, conseqüentemente, o atendimento adequado às suas reivindicações serem tratados sempre como subtemas dentro de ambos os movimentos.

As militantes negras estavam comprometidas num processo de “enegrecimento” e “sexualização” das agendas e ações desses movimentos sociais. Dentro do movimento negro muitos grupos de mulheres foram organizados no interior das entidades, questionando o machismo e, concomitantemente, no interior do movimento feminista, reclamando a ausência do debate racial (CARNEIRO, 2003, PACHECO, 2002, ROLAND, 2000).

Esse processo de “enegrecimento” e “sexualização” dos movimentos feminista e negro pode ser entendido, acompanhando o pensamento de Mouffe (1996), como a formação de práticas articulatórias que estabelecem uma ligação contingencial entre vários significados de elementos disponíveis em uma dada realidade social de forma a transformar a identidade desses elementos como um resultado do próprio processo articulatório.

O atual movimento de mulheres negras ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis raça, classe e

gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do nosso país, enegrecendo de um lado as reivindicações das mulheres e, por outro, promovendo a feminização das reivindicações e propostas do movimento negro (CARNEIRO, 1997).

O debate sobre formas de diferenciação ou homogeneização social que tem lugar nas ações e discursos dos movimentos sociais passa, necessariamente, pela compreensão dessas práticas articulatórias e, por essa razão, as posições de sujeito são constituídas dentro de estruturas essencialmente instáveis, uma vez que várias práticas articulatórias podem subverter e transformar essas posições subjetivas. Já no Congresso de Mulheres Brasileiras, ocorrido em julho de 1975, observava-se a primeira divisão formal entre as mulheres por conta do pertencimento racial. Nessa ocasião foi apresentado o *Manifesto das Mulheres Negras*, chamando atenção para as especificidades dessas mulheres no que concerne às experiências de vida, identidades sociais e o impacto da opressão racial. Pontuava também o quanto a opressão racial era marcada pelo gênero e vice-versa (GONZALEZ, 1983, 1984, CALDWELL, 1999).

As feministas negras também salientaram o quanto a liberação das mulheres brancas estava diretamente relacionada à subordinação sistemática das mulheres negras, e ao fato daquelas não assumirem que ser branca numa sociedade racista e eurocêntrica denota certos privilégios que, mesmo no contexto das relações igualitárias intra e intergênero, devem ser rejeitados (SOARES, 2000).

II.6 – Organização das mulheres negras

O Movimento de Mulheres Negras se estruturou a partir dos encontros feministas, mas também a partir de rupturas, ainda que em menor grau, em relação ao movimento negro. Os primeiros grupos de mulheres negras surgiram autonomamente no interior dos movimentos negro e feminista, no início dos anos 1980 em diversos lugares do país.

O tipo de disputa que as mulheres negras tinham com as mulheres brancas e com os homens negros era de ordens distintas, talvez isso explique o porquê de ter havido uma ruptura maior com o movimento feminista. Em relação aos homens, o que se disputava, mais que a complementariedade das questões de gênero e raça, eram os espaços de poder dentro do movimento, ao passo que a disputa com as mulheres se concentrava muito mais na centralidade dada ao patriarcado, pelas mulheres brancas e ao racismo, pelas mulheres negras, como sistema primordial de explicação da opressão a que eram submetidas.

Em São Paulo, após a primeira eleição direta para Governador no período da ditadura, foram constituídos os primeiros conselhos de gestão com participação da sociedade civil. Assim, em 1983 foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF). Porém, nenhuma das trinta integrantes do conselho era negra e esse fato levou a uma intensa mobilização de mulheres do movimento negro que teve como resultados a criação do *Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo* e a indicação de duas negras para o CECF.

Segundo Roland (2000:238), a emergência desse coletivo de mulheres negras coloca intrigantes questões e dilemas para o Movimento de Mulheres Negras, pois:

(a) o Coletivo foi criado principalmente a partir de mulheres militantes oriundas do *movimento negro*; (b) o fato que as mobiliza ocorre no âmbito da *questão de gênero*, mas configurando *discriminação racial*; (c) por sua *condição de gênero*, fato que as coloca na mesma categoria que as demais mulheres, as mulheres negras, a partir de uma demanda de representação, abrem o diálogo com o Estado antes que os homens negros; (d) as relações com as mulheres brancas e com o movimento feminista se dão a princípio num clima de grande tensão, freqüentemente substituído por uma postura paternalista (Grifos no original).

Além do Coletivo de São Paulo, os seguintes grupos de mulheres negras também surgiram nos anos 80 e formaram a base do MMN:

- Aqualtune (RJ) – fundado em 1978 e vinculado ao IPCN, Instituto de Pesquisa da Cultura Negra.
- Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (RJ) – criado em 1983, constituiu-se no primeiro grupo autônomo de mulheres negras. Lélia Gonzalez fazia parte deste grupo que ajudou a organizar o I Encontro Nacional de Mulheres Negras.
- Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/ Casa de Cultura da Mulher Negra – fundado em 1986 por mulheres oriundas do movimento de mulheres, partidos políticos e casas de candomblé. Ainda é atualmente uma das principais organizações do MMN.
- Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa – fundado em 1986 no Maranhão, por mulheres que participaram do II Encontro de Negros do Norte/Nordeste. Ainda é atuante dentro do MMN.

- Centro de Mulheres de Favela e Periferia – fundado em 1986, no Rio de Janeiro, após a realização do 1º e 2º Encontros de Mulheres de Favela e Periferia.
- Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo – existiu entre 1987 e 1992 e participou do I Encontro Nacional de Mulheres Negras.
- Maria Mulher – criado em 1987, no Rio Grande do Sul. Ainda atuante no MMN.
- Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte – criado em 1987 por mulheres de diversas organizações negras e mulheres independentes. Em 1993 passou a se chamar Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte. Ainda atuante no MMN.
- Geledés – Instituto da Mulher Negra – criado em 1988 por mulheres que fizeram parte do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. Primeiro grupo a se constituir formalmente como organização não governamental e a criar um programa de saúde. Um dos principais grupos que formam o MMN atualmente.
- Comissão de Mulheres Negras de Campinas – fundado em 1989 por mulheres que militavam no movimento negro, no movimento feminista, sindical, dos sem-teto e partidos políticos.
- Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal – surgiu em 1990 após a participação de mulheres do DF no I Encontro Nacional de Mulheres Negras.
- Coletivo de Mulheres Negras de Salvador – participou da organização do II Encontro Nacional de Mulheres Negras.

- Criola – fundado em 1992, no Rio de Janeiro, por mulheres que pertenceram anteriormente ao Programa de Mulheres do CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas). Também é uma importante organização do MMN atualmente.

Além desses grupos, outros foram surgindo e se integrando ao Movimento de Mulheres Negras. Em alguns estados foram constituídos fóruns estaduais de mulheres negras, que realizaram seminários voltados para a delimitação da agenda do movimento e para a exigência de políticas públicas para a população negra.

O II Encontro Nacional de Mulheres Negras aconteceu em Salvador (BA), em 1991, e contou com a participação de 430 mulheres de dezessete estados do país. Se no primeiro encontro o foco central estava na estruturação, na definição de uma plataforma e na interface com os demais movimentos sociais, neste as questões fundamentais estavam relacionadas à organização, estratégias e perspectivas do Movimento de Mulheres Negras (RIBEIRO, 1995).

O saldo desse encontro revelou certa dificuldade do Movimento de Mulheres Negras em definir conceitos e estabelecer diretrizes acerca da organização de mulheres negras ao nível nacional. O encontro não conseguiu trabalhar com a heterogeneidade de perspectivas acerca da condução do movimento, acabando por impor um modelo que universalizava todos os sujeitos que o movimento julgava representar. Assim, o encontro revelou uma faceta do MMN muito próxima à postura que suas militantes criticaram duramente no movimento negro e feminista, na medida em que tomaram a questão de forma essencialista, universalizando um tipo de mulher negra e

subordinando aquelas que não se adequavam ao modelo universalizado, pois como alerta Mouffe (1996:17),

Um processo democrático saudável exige um choque vibrante de posições políticas e um conflito aberto de interesses. Quando isto falta, poderá ser demasiado facilmente substituído por uma confrontação entre valores morais não negociáveis e identidades essencialistas.

O II Encontro foi realizado em condições bastante desfavoráveis, reflexo da crise pela qual passava o Movimento de Mulheres Negras: a desproporcionalidade das participantes em relação aos Estados, as lutas internas, a falta de diretrizes estabelecidas dentro de uma prática democrática melhor definida, a escassez de recursos mínimos para as entidades, enfim, uma série de fatores que apontavam para a necessidade de reavaliar o próprio movimento no sentido de garantir maior mobilização e participação das mulheres negras de todo o país.

O movimento passa então por um estágio de reflexão. As militantes negras começam a perceber que posições antagônicas são formas democráticas de se buscar um ideal de relações baseadas na liberdade e igualdade, portanto, necessárias à existência social, na sua dimensão política.

Após esse segundo encontro foi realizada uma série de seminários regionais e estaduais que pretendiam aprofundar as discussões dos rumos da organização do movimento e dos encontros nacionais. Também foi realizada em Belo Horizonte a Reunião Nacional de Mulheres Negras, em 1997, contando com a participação de 69 mulheres.

A realização dos Encontros Nacionais de Mulheres Negras trouxe muitas dificuldades para a efetivação da agenda do movimento, sendo que a Reunião ocorrida em Belo Horizonte, convocada especificamente para articular

formas de organização nacional do movimento, não conseguiu estabelecer um consenso político sobre o formato que o movimento deveria tomar em nível nacional (ROLAND, 2000).

Segundo a autora, a conjugação de três dimensões distintas, mas correlatas, fizeram com que não fosse possível uma maior clareza na definição do formato nacional do MMN. Assim, há setores que ainda não incorporaram a dimensão de gênero e propõem que o movimento de mulheres negras seja tutelado pelo movimento negro, e outros setores que propõem sua incorporação por redes feministas gerais e outros que não apóiam a autonomia do MMN em função de disputas políticas internas:

[...] a visão que considera a mulher negra uma questão 'específica' acaba por se constituir num obstáculo para o processo de organização das mulheres negras, pois tal visão parte da premissa de que existiria uma questão geral, seja ela *os negros* ou *as mulheres*, da qual as mulheres negras são parte. Tal visão impede o movimento de mulheres negras de se perceber e se construir enquanto um sujeito político em si e para si, capaz de pensar os problemas e as soluções a partir de suas necessidades (2000:253. Grifos no original).

Diante desses conflitos internos, alguns setores do movimento de mulheres negras legitimaram duas formas de organização do movimento com diferentes concepções acerca do direcionamento do mesmo, mas procurando resguardar sua autonomia política e fortalecer suas reivindicações. Dessa forma, atualmente coexistem no Movimento o Fórum de Mulheres Negras e a Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras.

Para melhor ilustrar o processo de constituição do movimento de mulheres negras e sua relação com os movimentos feminista e negro na década de 80, apresentamos o quadro seguinte como uma tentativa de articular diferentes aspectos relacionados tanto à estrutura quanto à agência,

que se mostram extremamente relevantes no entendimento desses movimentos sociais, procurando observar suas similaridades, controvérsias e o campo cultural e político no qual emergiram.

Porém, cabe ressaltar que tal quadro comparativo não pretende esgotar a complexidade dos processos envolvidos na formação e desenvolvimento dos movimentos sociais, nem tampouco apresentá-los de maneira estática ou acabada. A sua função é meramente ilustrativa dos momentos que precedem e acompanham o surgimento do Movimento de Mulheres Negras na cena pública brasileira.

II.7 – Quadro comparativo dos movimentos sociais

	MOVIMENTO FEMINISTA	MOVIMENTO NEGRO	MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS
Contexto de surgimento e oportunidades políticas	<p>Processo de luta pela redemocratização política do país.</p> <p>Maior acesso de mulheres das classes médias urbanas ao mercado de trabalho e à educação.</p> <p>Repercussão mundial do Movimento Feminista americano.</p> <p>1975 é declarado pela ONU como ano internacional da mulher e início da década da mulher.</p> <p>I Conferência Internacional da Mulher, ocorrida na Cidade do México, em 1975, procurando sensibilizar os governos para discutir a situação da mulher.</p> <p>Surgimento, em 1976, do Movimento Feminino pela Anistia.</p> <p>Publicação dos jornais <i>Nós, mulheres</i> e <i>Brasil mulher</i>.</p> <p>Realização do I Encontro Feminista em Valinhos, SP.</p>	<p>Processo de luta pela redemocratização política do país.</p> <p>A partir da década de 50, com apoio da UNESCO, várias pesquisas são realizadas procurando demonstrar o <i>status</i> inferior de negros e mestiços no país.</p> <p>Repercussão mundial do Movimento por Direito Cívico Americano.</p> <p>Assassinato de um operário negro devido a torturas policiais e discriminação de quatro atletas negros no Clube de Regatas Tietê.</p> <p>Em junho de 1978 é fundado o Movimento Negro Unificado, tendo seu primeiro ato público em 7 de julho do mesmo ano.</p> <p>Retorno ao Brasil de militantes negros exilados durante o golpe militar e que nos EUA e na Europa conheceram e participaram de movimentos sociais anti-racismo</p>	<p>Redemocratização e abertura política do país.</p> <p>Crise dos modelos marxistas de explicação da realidade social.</p> <p>Emergência da mulher como sujeito político na cena pública brasileira.</p> <p>Participação de mulheres negras nos movimentos de Mulheres e Negro.</p> <p>Surgimento das primeiras organizações de mulheres negras autônomas ou no interior de organizações negras.</p> <p>“Racha” das mulheres negras com as brancas, durante o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga, SP, em 1985.</p> <p>1988, em Valença, RJ, ocorre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras.</p>

	MOVIMENTO FEMINISTA	MOVIMENTO NEGRO	MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS
Condições culturais e mudanças de valores sociais	<p>Ruptura com a noção de sujeito coletivo único.</p> <p>Advento de modernos métodos contraceptivos (pílula, DIU).</p> <p>Discurso sobre liberdade sexual e direito ao prazer.</p> <p>Em 1977 a lei que permitia o divórcio foi aprovada no Brasil.</p> <p>Surgimento de programas televisivos abordando temáticas femininas (Malu Mulher, TV Mulher, e outros).</p> <p>Fundação de núcleos de estudo e pesquisa sobre a mulher dentro das universidades</p>	<p>Ruptura com a noção de sujeito coletivo único.</p> <p>Luta de vários segmentos negros e não negros para acabar com o mito da democracia racial brasileira.</p> <p>Discussão mais ampliada dentro da sociedade sobre direitos humanos e cidadania.</p> <p>“Valorização” crescente de certas manifestações culturais afro-brasileiras (carnaval, samba) que são mercadorizadas e alçadas a condição de identidade nacional.</p>	<p>Ruptura com a noção de sujeito coletivo único.</p> <p>Crítica a modelos essencialistas e emergência de perspectivas multiculturalistas.</p> <p>As lutas feministas e anti-racistas permitem o desvelamento do parentesco entre racismo e sexismo e de formas múltiplas de opressão.</p> <p>Em 08 de março de 1988, Dia Internacional da Mulher, as mulheres negras ganham o direito de abrirem a passeata na cidade de São Paulo.</p>
Relação com o Estado	<p>Criação do Primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), no Governo Franco Montoro, em SP, em 1983.</p> <p>Criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams) (A primeira em SP, em 1985).</p> <p>Aprovação de legislações sobre direito sexual e reprodutivo</p>	<p>Criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em SP, em 1984.</p> <p>Núcleos de negros no PMDB, PT e PDT. Denúncia de racismo por parte do Estado</p> <p>Participação de um integrante do Movimento Negro na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, de 1986 a 1988.</p> <p>Criação da Fundação Palmares, 1986</p>	<p>Participação de duas mulheres negras junto ao CECF de São Paulo, através da Comissão da Mulher Negra.</p> <p>Este mesmo conselho publicou um diagnóstico sobre a situação da mulher no Brasil, em 1985, contando com o estudo <i>Mulher Negra</i>, de Sueli Carneiro e Thereza Santos.</p> <p>Criação do Programa da Mulher Negra junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1988.</p>

	MOVIMENTO FEMINISTA	MOVIMENTO NEGRO	MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS
Identidade coletiva	<p>As mulheres enquanto grupo oprimido.</p> <p>Princípio de sororidade entre as mulheres.</p> <p>Modo feminino de ser.</p> <p>Princípio da igualdade entre os sexos.</p>	<p>Definição de negro, próxima à bipolaridade.</p> <p>Recuperação da herança africana no Brasil.</p> <p>Sentido de um "NÓS" baseado na herança africana, como vítimas de preconceito e discriminação e guardando inúmeras especificidades em relação à população branca.</p>	<p>Especificidade da identidade social da mulher negra.</p> <p>Recuperação da história de participação das mulheres negras na construção do país.</p> <p>A experiência de ser mulher negra como diferenciada em relação às mulheres brancas, em decorrência dos processos históricos distintos e dos privilégios que as brancas têm, e reforçam, sobre as negras.</p>
Formas de opressão identificadas	<p>Divisão sexual do trabalho.</p> <p>Enclausuramento da mulher no espaço privado.</p> <p>Desvalorização do trabalho feminino.</p> <p>Dupla jornada de trabalho.</p> <p>Meios de comunicação de massa que vulgarizam a imagem da mulher e reproduzem estereótipos.</p> <p>Violência doméstica e sexual contra as mulheres.</p> <p>Educação diferenciada para homens e mulheres, reforçando nestas um papel de passividade e resignação.</p>	<p>Mito da democracia racial que impede a constituição de uma identidade racial positiva, pois nega a existência de preconceito e discriminação enquanto práticas recorrentes na sociedade brasileira.</p> <p>Formas de discriminação racial nas esferas pública e privada, indo do mercado de trabalho, educação, acesso à saúde, até as relações de intimidade.</p> <p>Exclusão do negro nos espaços de poder político e econômico do país.</p> <p>Maneira estereotipada com que negros e negras são apresentados na mídia, nos livros didáticos e nos livros de história.</p> <p>Esterilização cirúrgica em massa das mulheres negras como uma forma de genocídio da população negra.</p>	<p>Divisão "racial" do trabalho ao lado de uma divisão "social" do trabalho e de uma divisão sexual do trabalho.</p> <p>Opressão racial intragênero.</p> <p>Opressão por parte dos homens brancos e dos homens negros.</p> <p>Exploração sexual da mulher negra.</p> <p>Exclusão das mulheres negras nos espaços de decisão política e econômica do país.</p> <p>Violência doméstica e baixa escolaridade.</p> <p>Invisibilidade e distorção da imagem da mulher negra nos meios de comunicação de massa.</p>

	MOVIMENTO FEMINISTA	MOVIMENTO NEGRO	MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS
Adversários	<p>Estado patriarcal.</p> <p>Instituições e valores patriarcais.</p> <p>Modo masculino de ser.</p> <p>Modo tradicional de se fazer política, com distinções estanques entre o público e o privado.</p> <p>Formas de alienação da identidade feminina.</p>	<p>Racismo institucionalizado.</p> <p>Mito da democracia racial.</p> <p>Neutralidade estatal frente à desigualdade racial.</p> <p>Opressão e violência policial.</p> <p>Formas de mercadorização da cultura negra.</p> <p>Formas de marginalização política e econômica da população negra.</p>	<p>Racismo e sexismo institucionalizados.</p> <p>Opressão intragênero e intraétnica.</p> <p>Luta contra o mito da democracia racial.</p> <p>Exploração sexual da mulher negra.</p> <p>Exploração no mercado de trabalho.</p>
Objetivos	<p>Eliminação das hierarquias de gênero.</p> <p>Luta contra a dominação patriarcal.</p> <p>Pela defesa dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres.</p> <p>Luta contra todas as formas de discriminação por gênero.</p> <p>Combate à violência, maus-tratos e exploração de mulheres.</p> <p>Luta pela assistência integral à saúde da mulher.</p> <p>Reconstrução da identidade feminina.</p>	<p>Desmascarar o mito da democracia racial.</p> <p>Conquista de melhores oportunidades educacionais, de trabalho, saúde e educação.</p> <p>Valorização da cultura negra e combate à sua mercadorização.</p> <p>Reavaliação do papel do negro na história do país.</p> <p>Extinção das formas de repressão e violência policiais.</p> <p>Processo de luta internacional contra o racismo.</p> <p>Exigência de que o quesito cor fizesse parte em todos os sistemas de classificação do Estado.</p>	<p>Romper com a invisibilidade das mulheres negras dentro do movimento Negro e feminista.</p> <p>Romper com a invisibilidade das mulheres negras nos meios de comunicação.</p> <p>Luta contra a esterilização das mulheres negras e pelo direito de livre escolha sobre ter ou não filhos.</p> <p>Implantação de um Programa de Atenção à Anemia Falciforme</p> <p>Inclusão do quesito cor nos sistemas de classificação da sociedade</p> <p>Luta contra a violência doméstica e sexual de mulheres negras.</p> <p>Fim da discriminação no mercado de trabalho e no acesso à saúde</p>

CAPÍTULO III

MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS DINÂMICOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Apresentamos e discutimos, aqui, as principais perspectivas teóricas sobre movimentos sociais que informam nossa pesquisa e que servirão de base para análise do Movimento de Mulheres Negras, suas articulações, formas de consolidação de uma identidade coletiva, sua dinâmica interna e suas estratégias mobilizatórias e políticas.

Pode-se dizer que as últimas três décadas do século XX foram cruciais para o campo de estudos sobre movimentos sociais, comportamento coletivo e formas de organização da sociedade civil não somente no Brasil, mas em diversos países do mundo. Inicialmente o campo de estudos sobre a categoria “movimentos sociais” foi bastante caro a disciplinas como Sociologia e Política. Porém, dado seu caráter eminentemente interdisciplinar, ele passou a interessar, também, e de forma crescente, a pesquisadores da Educação, Filosofia e Psicologia Social (KLANDERMANS, 1997).

Dessa forma, as pesquisas sobre ações coletivas e movimentos sociais congregam uma ampla diversidade de teorias e abordagens, muitas vezes conflitantes entre si. Segundo Scherer-Warren (1996), tem havido um processo de sistematização acadêmica em que as diversas contribuições teóricas sobre movimentos sociais vêm sendo agrupadas com base em seu enfoque analítico, categorias centrais de análise e na definição do campo de investigação.

De um modo geral, até 1970, havia duas grandes perspectivas teóricas sobre movimentos sociais: de um lado as perspectivas alimentadas pela tradição marxista e de outro aquelas influenciadas pela tradição funcionalista. Para as perspectivas marxistas os sujeitos sociais seriam definidos a partir da estrutura, e as possibilidades de uma luta emancipatória estavam dadas justamente pela existência de contradições inerentes à relação entre sujeitos sociais e sistema. Já para a perspectiva funcionalista, a sociedade é um sistema homeostático, sempre buscando o equilíbrio e, nesse sentido, as ações coletivas representariam uma ruptura circunstancial desse equilíbrio sistêmico.

Com o advento dos chamados “novos” movimentos sociais, nas décadas de 60 e 70, com suas formas inovadoras de fazer política, esses paradigmas começam a entrar em colapso e a passarem por revisões críticas. Trata-se de um momento de transição paradigmática, como a emergência de novas teorias acerca dos movimentos sociais. A dimensão da cultura, a multiplicidade de sujeitos coletivos e as práticas cotidianas de vida em sociedade passam a ser destacadas por essas novas abordagens.

De acordo com Klandermans e Tarrow (1988), esse período de transição possibilitou o desenvolvimento de duas abordagens principais junto ao campo de estudos sobre movimentos sociais. De um lado, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) referente, sobretudo, a uma produção teórica europeia; e de outro a Teoria da Mobilização de Recursos (MR), uma abordagem marcadamente estadunidense. A primeira encontra-se alinhada ao legado marxista no que concerne à importância atribuída aos sujeitos sociais e aos significados e utopias coletivas nos processos de emancipação social. No

entanto, afasta-se do marxismo mais clássico ao propor que existem outros sujeitos coletivos que não a classe social, havendo múltiplas formas de opressão dentro de uma mesma sociedade e que não podem ser reduzidas ao conflito entre classes sociais e, também relacionado a essa ruptura conceitual, apresenta os movimentos sociais como portadores de inovações culturais, conformados por identidades específicas e plurais e muitas vezes tendo um caráter anti-institucional ou de não luta pelo poder de Estado.

A Mobilização de Recursos (MR) é bastante influenciada pelas teorias economicistas que acentuam as relações entre os custos e benefícios de se participar de ações coletivas e reporta-se ainda à tradição funcionalista de análise dos movimentos sociais e à teoria da escolha racional quanto à racionalidade das ações coletivas. O enfoque da MR está na análise das possibilidades de participação e integração político-institucional dos atores coletivos, o caráter instrumental da ação e a funcionalidade da relação entre atores e o sistema estatal.

No entanto, a partir dos anos 1990, vários pesquisadores têm formulado críticas a essas abordagens, na medida em que elas se orientam quase que exclusivamente para os aspectos culturais (NMS) ou para os aspectos institucionais (MR). Segundo Cohen e Arato (2000), há uma falsa dicotomia entre esses modelos teóricos, uma vez que os movimentos sociais lutam tanto por inovações no mundo da cultura, quanto por reivindicação, participação e integração no mundo da política institucional. Assim, diversos estudiosos vêm empreendendo um diálogo entre as duas abordagens, com tentativas de formularem sínteses teóricas que congreguem tais perspectivas

(KLANDERMANS; TARROW, 1988; DIANI, 1992; McADAM; TARROW; TILLY, 1996; COHEN; ARATO, 2000).

Diante do exposto, a partir de uma perspectiva psicossociológica, esforçamos aqui pela elaboração de uma síntese teórica de perspectivas mais econômico-estruturais (Mobilização de Recursos, Oportunidades Políticas) e perspectivas mais simbólico-culturais (*Frames*, Identidade Coletiva), no intento de contribuir para rever as concepções que têm atribuído aos fenômenos coletivos no âmbito da cultura formas identitárias, e aos vinculados ao âmbito do econômico formas menos identitárias e mais estruturalistas, somente vinculadas à redistribuição econômica (FRASER, 2002).

Nesse sentido, faremos uma breve discussão das principais perspectivas teóricas sobre movimentos sociais e procuraremos salientar quais ferramentas analíticas presentes em cada uma das teorias estudadas podem, em conjunto, ser úteis para análise e interpretação do Movimento de Mulheres Negras brasileiro. Sendo assim, iniciaremos nossa discussão com as perspectivas estadunidenses da Mobilização de Recursos e do modelo de Processos Políticos. A primeira dessas perspectivas nega qualquer dimensão psicossociológica às ações coletivas por considerar o sujeito coletivo como completamente racional, enquanto o modelo de Processos Políticos acena com certo nível de ruptura ao procurar entender os processos mediacionais entre o indivíduo e a constituição de uma identidade coletiva.

Procurando acentuar a importância da Psicologia Social junto ao campo de estudos sobre movimentos sociais, discutiremos a perspectiva dos *Frames*, que representa uma primeira retomada de vertentes psicossociológicas dentro

do campo de movimentos sociais e aponta para uma ruptura com os modelos unitários de sujeito coletivo baseados na racionalidade instrumental.

Seguindo nossa proposta de síntese teórica, discutiremos a retomada dos estudos psicossociológicos, a partir de proposições teóricas que “descentralizam” o sujeito racional e apresentam o político como espaço de antagonismos plurais. Essa retomada representa uma reaproximação entre Psicologia Social e Sociologia expressa no trinômio indivíduo - ator social - ator coletivo. Essa reaproximação conduz a mudanças teóricas e acenam para a centralidade da constituição de um “NÓS”, ainda que precário e contingente, como essencial na produção de sujeitos coletivos políticos.

III.1 – Teoria da Mobilização de Recursos

O paradigma da Mobilização de Recursos (MR) se detém sobre os planos individual e grupal, procurando analisar as formas de organização, as motivações individuais para a participação e a relação dos movimentos sociais (MS) com a esfera política institucionalizada. Tal perspectiva emerge, como já apresentado acima, como resposta às insuficiências das teorias anteriores em explicar como os movimentos sociais contemporâneos se constituem, se relacionam com o sistema político-institucional e onde estão as razões de seu sucesso ou insucesso. Para a MR a disponibilidade de recursos (materiais e simbólicos) e o contexto de oportunidades políticas capazes de sustentar as atividades e o protesto coletivo são os aspectos fundamentais para a formação dos MS.

Fortemente influenciada por teorias economicistas da relação custo-benefício e do elitismo democrático, a MR compartilha a visão de que a arena política não se encontra aberta a todos os atores sociais de forma semelhante e se interessa pelos grupos mais poderosos ou capazes de mobilizar recursos suficientes para alcançar o sucesso (McADAM, 1982).

Para a MR as palavras de ordem são organização e racionalidade. Os movimentos sociais não são vistos como disruptivos ou patológicos, havendo poucas diferenças entre eles e os processos políticos institucionalizados, mas como esferas normais do processo democrático, em que os indivíduos se engajam racionalmente, analisando os custos e benefícios que tal engajamento lhes trará. Nesta visão da MR os movimentos sociais são para McAdam um fenômeno político mais que psicológico, e ele acentua que, além de atribuir racionalidade aos atores coletivos, a MR ainda apresenta como pontos fortes a normalização dos MS frente à sociedade, a influência de grupos externos ao movimento e a necessidade de um conjunto de recursos (materiais e/ou simbólicos) que garantam sua sobrevivência ao longo do tempo.

III.1.1 – Críticas à Teoria da Mobilização de Recursos

Embora tenha se tornado um paradigma bastante influente a partir dos anos 70, a MR também tem sido alvo de severas críticas e reformulações. Muitas das críticas recaem sobre o caráter eminentemente político-economicista da teoria e a ênfase exacerbada em grupos/organizações externos ao movimento como fonte de sustentação dos mesmos.

A teoria da MR também foi bastante negligente em relação à ordem estrutural dos conflitos e recursos mobilizados pelos MS, a importância do papel da cultura nas ações coletivas, além de uma sobrevalorização de uma racionalidade-instrumental dos atores sociais e desvalorização do papel auto-organizador dos grupos desfavorecidos.

Ao propor uma “normalização” dos movimentos sociais, postulando que o êxito dos mesmos estaria em se incluir politicamente um grupo social antes desfavorecido ou alcançar maiores benefícios materiais, os teóricos da MR acabam por restringir o campo do político à esfera de sua institucionalização. Atribui-se uma impotência política aos grupos desfavorecidos, como se estes não fossem capazes de gerar um movimento a seu favor.

Segundo McAdam (1982:29), a atribuição de incapacidade política aos grupos desfavorecidos pela MR advém de dois fatores:

Primeiro, [...] tais grupos são desprovidos de recursos organizacionais necessários para gerar e sustentar a insurgência social. Segundo, esses grupos são prejudicados por não terem recursos da política tradicional como votos, dinheiro para campanhas, contribuições, etc. Sem esses recursos políticos convencionais, grupos desfavorecidos são incapazes de exercer a força que os possibilite barganhar efetivamente em fóruns institucionais.

No entanto, como assinalam Cohen e Arato (2000) esse reducionismo da MR ignora o fato de que, inúmeras vezes, os MS não lutam por sua incorporação política, mas sim para influenciar a opinião pública, as elites e os parlamentares a fim de dar visibilidade às suas reivindicações e transformar tanto as relações com a sociedade civil quanto com a sociedade política.

Outro problema que a “normalização” dos MS e seu alinhamento à institucionalização trazem é o silenciamento do espaço político como lugar de

antagonismos e lutas hegemônicas e contra-hegemônicas. Assim, como ressaltam Piven e Cloward (1992), o aspecto da dominação entre os grupos e da subordinação de uns pelos outros é negligenciado. Isso se deve, em parte, pelo próprio fato de, dentro da teoria da MR, não se reconhecer o poder enquanto categoria de diferenciação e opressão social entre grupos. O político enquanto espaço de barganha é aqui acentuado, ou seja, há grupos que pertencem à elite e outros que pertencem à massa, mas a capacidade de ambos para produzir protestos políticos e ações coletivas é considerada praticamente a mesma, desde que assegurados os princípios de racionalidade e a possibilidade de mobilizar recursos a seu favor.

Para Piven e Cloward (1992:323), ao longo de duas décadas teóricos da MR ainda forneciam uma interpretação dos protestos políticos de populações pobres como formas desviantes e marginais de se fazer política. Nesse sentido, se excluem do espaço político grupos minoritários que não sejam capazes de angariar recursos externos para sua ação ou apoio à suas reivindicações. Assim, os MS seriam apenas aqueles aceitos pela elite, ou seja, os que trouxessem menores possibilidades de alteração do *status quo*. Ficariam de fora os movimentos de contracultura, aqueles que acenam com uma contra-institucionalização, entre outros. Além disso, a MR não acentua a emergência de uma cultura própria interna aos MS e a expressão de novos significados/sentidos sociais que podem alterar profundamente as estruturas político-sociais mais amplas.

No que concerne à Psicologia Social, embora muitas das questões sobre as quais a MR se debruçou fossem psicossociológicas, suas respostas se distanciavam bastante da Psicologia Social da época. Não há na MR uma

preocupação com os processos de constituição de identidades coletivas, o papel desempenhado pelos atores sociais e o espaço de mediação entre estes e a ação política (PRADO, 2000). O sujeito social, nessa perspectiva:

[...] não é um sujeito capaz de construir em seu contexto histórico novos projetos políticos ou criar antagonismos, ele é o sujeito que clama pela inclusão em um político homogêneo e institucionalizado. A racionalidade instrumental dos sujeitos está intimamente relacionada com a racionalidade instrumental do sistema burocrático institucional (Ibidem: 189).

As inúmeras críticas que a teoria da MR recebeu provocaram reformulações que, mesmo não abrindo mão da racionalidade, passaram a dialogar com vertentes da Psicologia Social e da Microsociologia, procurando preencher as lacunas apontadas por críticos da sua primeira fase. Dentre os aportes psicossociológicos que ajudaram em revisões da MR, podemos citar a influência de Mead, Goffman, Tajfel, Gamson e Melucci em estudos que pretenderam superar as deficiências de seu modelo. Para o escopo deste trabalho faremos uma breve análise da teoria dos “Processos Políticos” e “*Frames de Ação Coletiva*”.

III.2 – Modelo de Processos Políticos

Para a perspectiva do modelo de processos políticos o foco central está na importância atribuída aos aspectos relacionados com o contexto político na formação e desenvolvimento dos movimentos sociais. Há uma tentativa de analisar a relação entre a ordem política institucionalizada e os movimentos sociais.

Sem abandonar, em definitivo, a noção de racionalidade e a influência das teorias elitistas, a abordagem dos Processos Políticos, nas palavras de McAdam (1982:36) se articula em torno de duas principais diretrizes:

Primeiro, em contraste com as várias formulações clássicas, um movimento social é pensado como sendo, acima de tudo, um fenômeno *político* mais que psicológico. Quer dizer, os fatores formadores dos processos políticos institucionalizados são vistos como de igual utilidade analítica na compreensão das insurgências sociais. Segundo, um movimento representa um contínuo *processo*, desde seu nascimento até seu declínio, mais que uma série de discretos estágios de desenvolvimento (Grifo no original).

McAdam acentua que a proposta de Processos Políticos guarda uma divergência fundamental com o elitismo democrático a respeito das disparidades de poder existentes entre a elite e a massa. Outra perspectiva teórica que fundamenta as proposições desse autor sobre o Processo Político é o marxismo. Essa influência se dá em duas dimensões, a primeira relaciona-se ao papel da ideologia, compreendida no sentido de um processo de conscientização da massa sobre seu papel de explorada, e

Uma segunda influência marxista no modelo discutido aqui diz respeito a importância atribuída aos processos subjetivos na geração da insurgência. Marxistas, muito mais que teóricos da elite, reconhecem que a impotência política da massa pode vir, como frequentemente vem, das percepções compartilhadas de falta de poder, como de qualquer inabilidade objetiva para mobilizar significativamente influência política. Logo, a transformação da consciência é apreciada pelos marxistas, como um processo crucial para a emergência da insurgência. A importância dessa transformação é, dessa forma, apropriada pelo modelo do processo político (Ibidem: 37-38).

A abordagem do Processo Político representa uma continuidade aos estudos da MR, mas apresenta como novidade a possibilidade de se pensar na

constituição dos sujeitos coletivos como um processo político dado por fatores externos e internos aos grupos (PRADO, 2000).

Um conceito fundamental no modelo de Processo Político é o de Estrutura de Oportunidades Políticas, que se refere às possibilidades e limites oferecidos pelo sistema político para o surgimento de ações coletivas e movimentos sociais. Quando há maior abertura e/ou acessibilidade do sistema, também aumentam as possibilidades de êxito das ações coletivas empreendidas (TARROW, 1994). Dentre as características destacadas por Tarrow como cruciais para a emergência dos protestos destacamos três: ausência de repressão, crise política e apoio de aliados influentes.

O estudo de McAdam (1982) sobre desenvolvimento do movimento por direitos civis nos EUA revela que a diminuição dos linchamentos de negros, devido à melhora de seu *status* político e econômico, juntamente com a atuação das autoridades para desvendar os casos ocorridos, foi bastante importante para que o movimento conseguisse atingir seus objetivos. Para o autor, a melhoria das condições socioeconômicas dos negros norte-americanos os levou a ter mais condições de expressarem politicamente seu descontentamento em relação ao tratamento discricionário que lhes era destinado e, ao mesmo tempo, os habilitou para exigirem punição nas situações em que eram tratados de forma desigual. Também no mesmo estudo, ele destaca a importância do apoio do Partido Democrata e de organizações suportivas da comunidade afro-americana, como as igrejas batistas, para o êxito do movimento por direitos civis.

As crises enfrentadas por um dado regime político o tornam pouco eficaz para reprimir os protestos, enquanto que os grupos insurgentes se aproveitam

da vulnerabilidade do sistema para se fazerem visíveis. No caso do Brasil pode-se perceber como o período de transição da ditadura para um regime democrático foi crucial para a emergência de inúmeros movimentos sociais, alguns ainda atuantes hoje em dia.

Para McAdam (1982), além da estrutura de oportunidades políticas, outros dois fatores nos permitem entender como os sujeitos se filiam às ações coletivas: as formas de organização e a liberação cognitiva.

Por formas de organização o autor chama a atenção para o fato de como o MS converte uma estrutura de oportunidade política favorável em uma campanha organizada de protesto social. Para que essa conversão seja possível faz-se importante o modo de recrutamento dos membros, a coerência interna alcançada pelo movimento, as relações de solidariedade estabelecidas entre os membros como forma de mantê-los motivados à ação, as redes de comunicação e o papel desempenhado pelos líderes.

Liberação cognitiva é uma interpretação que McAdam faz das proposições marxistas que estabelecem os processos subjetivos necessários para a formação da ação coletiva. Ele ressalta que a estrutura de oportunidades políticas e as formas organizativas são importantes, mas não suficientes, para a insurgência social, pois “mediados entre oportunidade e ação estão pessoas e os significados subjetivos que elas atribuem para estas situações” (1982:48). No entanto, o autor não explica o processo de formação dessa liberação cognitiva, apenas argumenta que para a emergência do movimento há a necessidade de uma transformação da consciência dentro da população insatisfeita. É necessária a percepção de uma situação como injusta e o entendimento de que as mudanças podem vir a partir de uma ação coletiva.

Porém, essa tomada de consciência deve ocorrer juntamente com as oportunidades políticas e as formas de organização.

As condições políticas em mudança dão os sinais cognitivos capazes de vincular os processos de liberação cognitiva enquanto que organizações consistentes dão aos insurgentes o clima grupal estável dentro do qual este processo tem maior probabilidade de ocorrer (Ibidem, 1982:51).

A importância do modelo de Processo Político está em reintroduzir uma dimensão psicossociológica, ainda que de forma incipiente, aos estudos sobre movimentos sociais, procurando compreender os processos de formação do ator social, as relações face a face e se interessando pela especificação dos processos culturais.

Buscando entender as inter-relações entre identidade coletiva e a dimensão cultural, os teóricos do Modelo de Processo Político se aproximaram da vertente europeia dos Novos Movimentos Sociais (NMS), demonstrando, como assinalam Cohen e Arato (2000), que as abordagens da MR e dos NMS não são incompatíveis. Em seu interesse em articular sua perspectiva estrutural-política com a dimensão da cultura e da subjetividade, estudiosos dessa teoria buscaram subsídios em determinadas proposições goffmanianas. Goffman desenvolveu uma perspectiva psicossociológica preocupada em explicar a ação humana, acentuando que as condições estruturais não predizem, por si próprias, as formas de comportamento dos indivíduos e coletividades. O autor desenvolve uma teoria dramaturgic da vida cotidiana, em que os indivíduos constroem seus valores e representação do mundo em contextos de interação face a face (1959/2002). Nos contextos sociais em que vivem, as ritualizações cumpriram o papel de mediadoras da organização

social. É como se num jogo de “esconde-e-mostra” o pólo subjetivo da vida fosse capaz de clarificar o pólo objetivo, em que formas sociais se materializam por via da introjeção das regras culturais.

Ao descrever a dinâmica social em termos de dramatização, Goffman postula que, à semelhança do teatro, as representações são levadas a cabo por atores interessados em manter uma unidade, procurando contar com a credulidade da platéia para suas ações. Embora essa credulidade seja pressuposta, e não o efeito da representação convincente do ator, a coesão social é fruto dessa unidade conseguida por via da representação e assegura, dessa forma, a interdependência dos participantes.

Para Goffman (1959/2002) a dinâmica da encenação não ocorre no plano pessoal, mas sim entre equipas, o que possibilita a percepção, nas interações face a face, das estruturas de socialização dadas não pela presença de atores individuais a interagirem subjetivamente, mas de equipas nas quais os atores elaboram vínculos fundamentais para a manutenção da encenação e da convivência entre eles.

Para Gohn (1997), no que concerne aos movimentos sociais, as proposições de Goffman permitem a abertura para se entender a trama de processos interativos entre subjetividades coletivas e o contexto de oportunidades coletivas. No entanto, a perspectiva psicossociológica de Goffman não logra maior influência no modelo de Processo Político devido ao fato desta abordagem teórica não valorizar os movimentos sociais enquanto agentes de mudança e transformação social, criativos produtores de novos significados e novas identidades. A dimensão cultural parece, em última instância, mais um dos instrumentos com os quais os MS podem contar em

sua busca por mobilizar recursos e lutar pelo poder, não como uma força transformadora em si mesma.

Para Prado (2000:208-209), a abordagem do Processo Político trouxe para os estudos sobre movimentos sociais importantes questões, das quais ele destaca três;

a) a existência de uma retomada do sujeito da concepção psicossociológica, que aponta para uma identidade enquanto núcleo organizador do conflito interior-exterior [...] aproximando com estes estudos uma perspectiva de ruptura, pois aponta-se, ao mesmo tempo, para uma concepção da MR e para uma outra que se vê totalmente distante desta primeira; b) a questão do político, nesta visão é bastante contraditória, no sentido de que ele assume o espaço institucional do poder, mas também por político se entende o processo de organização da ação coletiva; [...] c) esta proposta teórica [...] vem propondo como conceito mediador da passagem do indivíduo a sujeito coletivo a questão da identidade, mas [...] ainda não há um detalhamento do processo de formação identitária.

Uma melhor conceituação de identidade pode ser encontrada em uma outra retomada da Psicologia Social, com a teoria de *frames* de Goffman, apropriada por teóricos como Gamson (1992), Tarrow (1994), Johnston (1995) e o próprio McAdam (1996a), que discutiremos a seguir.

III.3 – Construindo significados na ação – FRAMES⁸

Frame Analysis, publicado em 1974 é, talvez, o trabalho mais importante de Goffman sobre as relações entre interação e organização da experiência. O conceito de *frame* é central para o entendimento tanto das proposições

⁸ *Frame*, em inglês, comporta múltiplos significados – quadro, moldura, armação, estrutura. Goffman concebe *frame* em uma dupla acepção – tanto é estado, natureza quanto condição criada, fabricada. Para traduzi-la talvez, como sugere Gohn (1997), fosse necessário utilizar uma expressão inteira. Embora pesquisadores ligados à comunicação tenham procurado traduzir *frame* por enquadramento, acreditamos que esse termo não capta o caráter interacional pretendido com o uso da palavra no original.

teóricas precedentes de Goffman (sobretudo em *The presentation of self in everyday life*) quanto para sua retomada por estudiosos de movimentos sociais interessados em estabelecer uma interface entre política e cultura na compreensão dos fenômenos coletivos (GAMSON, 1992, SNOW; BENFORD 1992, McADAM 1996a, KLANDERMANS 1997, TARROW, 1994).

Frame é definido por Goffman da seguinte maneira:

Parto do pressuposto de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que determinam os acontecimentos – pelo menos os acontecimentos sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; *frames* é a palavra que uso para me referir àqueles dentre estes acontecimentos básicos que sou capaz de identificar (1974:10-11).

Nessa obra, Goffman procura se ater a como os sujeitos em um contexto de interação social constroem e compartilham significados para suas ações. A modificação em termos de sua concepção dramaturgica da interação consiste no fato de que agora o interesse não é mais pela representação de papéis, mas sim em como estes interferem na criação de zonas de fachada e fundo. São os *frames* e não as representações que devem ser tomadas como referência.

Na vida cotidiana, os atores sociais são convocados a analisar e avaliar a realidade das atividades em que participam a partir de *primary frameworks*. Esses “contextos de referência primários” servem para atribuir causalidade a fenômenos ou ações, sendo que podem se definir em naturais ou sociais, de acordo com a atribuição empreendida.

Outro conceito importante é o de transformação. Tomando o “contexto primário” como modelo, produzem-se cópias da atividade que podem ser de dois tipos: modalizações e fabricações. Na modalização os atores sociais

reconhecem seu caráter transformado e aderem às atividades dentro dos limites impostos pelo processo de transformação. É possível produzir remodelizações sobre uma atividade cotidiana. Já as fabricações implicam o desconhecimento de um ou mais participantes sobre o caráter fabricado da atividade. Essas fabricações podem ser tanto positivas quanto negativas. No entanto, as fabricações não perduram por muito tempo, já que os participantes tenderão a procurar marcas identificatórias da realidade das atividades em que estão envolvidos.

Essas postulações nos permitem identificar, no caso dos movimentos sociais, por que a mídia ocupa um lugar importante enquanto fórum para o debate e também como espaço de rompimento da invisibilidade e de criação de novas possibilidades de expressão. Isso significa dizer que uma atividade literal (p.e., um protesto social) ao ser transformada (p.e., pela repercussão na mídia) pode passar a servir de modelo para a atividade literal (p.e., fazer novos protestos ou empreender outra estratégia). “Os atores fracos precisam chamar a atenção pública para determinados problemas para, então, tentar redefini-los, isto é, proporcionar para eles entendimentos alternativos que venham a informar o debate público” (MAIA, 2003:26).

No que se refere às teorizações sobre MS, os estudiosos passaram a compreender que o surgimento de uma ação coletiva em uma situação determinada necessita de uma interpretação ou definição da situação como injusta, estimulando a necessidade de corrigi-la. Para tal é necessária a criação de um *frame* de ação coletiva, expressado pelo conjunto de crenças e valores que orientam e legitimam as ações do MS (GAMSON, 1992). Nesse sentido, Snow e Oliver (1995) consideram os *frames* de ação coletiva

importantes por definirem uma situação como injusta, identificar os adversários e conectar os objetivos do movimento às motivações dos indivíduos aos quais se dirigem.

Por terem caráter valorativo e comportar significados, os *frames* podem ser confundidos com ideologia. No entanto, Melucci (1996) ressalta que os *frames* são parte da produção simbólica dos MS, e estão relacionados aos modos como os atores sociais articulam, definem e orientam suas ações, e que a ideologia é uma chave analítica fundamental para o entendimento dos movimentos sociais, aí incluídos os *frames*. Porém, a ideologia não é tomada simplesmente como falsa consciência ou mistificação da realidade, nem tampouco como representante transparente das mudanças de valores sociais.

Ideologia é, nessa perspectiva, tanto a maneira como os atores orientam suas ações quanto o sentido que eles dão e extraem desses eventos. Assim, “transparência” e “falseamento” são características da ideologia, e esta pode gerar e/ou reproduzir relações sociais de forma negativa ou positiva. A elaboração simbólica da ação “racionaliza” as relações sociais de acordo com o interesse dos atores envolvidos (MELUCCI, 1996).

Enquanto marcos interpretativos, os *frames* vêm demonstrar que os indivíduos não percebem a realidade de maneira puramente objetiva, mas que se constrói uma visão da realidade a partir da experiência e das crenças introjetadas pelas pessoas nos processos de interação social. Assim, não há crenças e interpretações da realidade social que não encontrem explicações divergentes, ou até mesmo antagônicas. A tarefa do movimento social é dual: tanto procura convencer as pessoas da legitimidade de suas reivindicações e

recrutar militantes e apoiadores quanto ensinar uma luta ideológica contra os opositores das idéias defendidas pelo movimento.

Johnston (2002) estabelece que os *frames* são constituídos por cinco aspectos fundamentais. Primeiro, eles possuem conteúdos que são representados pelas crenças construídas ao longo da história do sujeito; segundo, o *frame* é uma estrutura cognitiva passível de ser hierarquizada; terceiro, como qualquer outra dimensão ideacional do comportamento humano, o *frame* é tanto uma condição individual quanto social; quarto, *frame* é, ao mesmo tempo, processo e estrutura cognitiva; e, quinto, o *frame* é também mediado pelos símbolos lingüísticos, seu conteúdo simbólico é apreendido no dizer e fazer humanos.

Goffman (1974, 1959/2002) revela que a experiência do indivíduo é sempre social, visto que compartilha com os “outros significativos” interpretações semelhantes de uma dada realidade social. Também Johnston (2002) analisa como essas interpretações e percepções conformam e inscrevem a ação do indivíduo em um campo social que o situa enquanto ator social e portador de uma identidade.

Já Gamson (1992), em sua empreitada por articular a Psicologia Social aos estudos sobre movimentos sociais, apresenta três componentes dos *frames* de ação coletiva: injustiça, identidade e agência. Esses componentes revelam a suposição da existência de uma situação injusta, o compartilhamento de um sentimento de “nós” entre os participantes e a consciência na possibilidade de se poder alterar a situação de injustiça por via da ação coletiva.

A injustiça se relaciona com um forte sentimento de indignação moral advinda da percepção de se estar privado de certos direitos que o indivíduo se considera merecedor. A percepção de discriminações, de desigualdades injustificadas entre indivíduos e grupos pode levar ao sentimento de indignação moral.

O componente de identidade se refere ao sentimento que os indivíduos têm de compartilharem situações de vida semelhantes; trata-se da tomada de consciência de um “nós” e a delimitação de fronteiras em relação a um “eles” que se considera como responsável pela situação de injustiça percebida.

Por agência deve-se ter em mente a crença de que é possível alterar a situação de desigualdade/injustiça por via de ações coletivas. A situação não pode ser percebida como imutável e o MS deve acreditar ser possuidor dos meios capazes de modificar a situação. Uma tarefa importante do MS é exatamente convencer as pessoas disso.

Snow e Benford (1992) propuseram o conceito de *frame alignment* para explicitar o modo como os organizadores do MS empenham esforços para relacionar as orientações cognitivas dos indivíduos com as das organizações-suportivas do movimento. Um exemplo desse processo de alinhamento em *frames* é apresentado por McAdam (1996a), que discute as estratégias utilizadas pelo movimento norte-americano por direitos civis para conseguir apoio da opinião pública, cobertura da mídia e ter suas reivindicações inseridas na agenda governamental. Assim, ele argumenta que o sentimento de injustiça e a definição de um “nós” já se encontravam presentes entre os negros americanos, no entanto faltava ao movimento um “enquadramento ideal”, ou seja, uma adequada estratégia de convencimento público e midiático. Esse

enquadramento ideal foi atingido por Martin Luther King, um líder negro que conseguiu ampla simpatia entre os americanos, inclusive entre os brancos. Segundo McAdam (1996a) isso se deveu ao fato de King ter construído *frames* de ação coletiva que apelavam para um campo de conformidade político-cultural americano, ou seja, baseado no tripé dos temas familiares, o perdão cristão e a preservação dos princípios democráticos. Em sua filosofia da não violência “King redimiu e acalmou saudavelmente um longo período de divisão racial na América” (1996a:126).

Os *frames* dos MS podem ser observados através da linguagem, tanto escrita quanto falada. Os *frames* estão presentes nos discursos, nas entrevistas veiculadas pela mídia, “na mobilização ou publicidade do movimento, em seus documentos programáticos, nas atas de suas reuniões, congressos, encontros; em panfletos e outros materiais de divulgação” (GOHN, 1997:91).

O conceito de *frame* permite uma articulação entre os processos políticos e a dimensão ideológica interna ao movimento, possibilitando o entendimento das ações coletivas de uma maneira mais completa, dando ênfase, por exemplo, aos processos de constituição de novas identidades, ao alargamento do campo do político para além da institucionalização e aos significados subjetivos atribuídos pelos sujeitos coletivos às suas ações.

III.4 – Paradigmas psicossociológicos e análise de movimentos sociais

Diante da revisão feita até aqui sobre as proposições teóricas acerca dos estudos de movimentos sociais, podemos perceber como elas se desdobraram, a partir da década de 70, em consonância com as mudanças ocorridas na sociedade capitalista e com as formas inovadoras de protestos e conflitos sociais, em intrigantes debates acerca das relações entre motivações individuais para a ação coletiva, por um lado, e estruturais, por outro. As polêmicas travadas nesse campo de pesquisa conduziram à necessidade de se ater à complexidade dos fenômenos de ação coletiva e à apreensão dos movimentos sociais como processos dinâmicos envolvidos na democratização das relações sociais nos mais diversos âmbitos que os aparatos do Estado e do mercado buscam regular.

Melucci (1995a) afirma que, embora a dimensão do poder econômico seja fundamental, ela não é a única maneira de se compreender a vida social e as ações coletivas contemporâneas. Ainda que impulsionado pelo poder econômico, esse período produziu mudanças significativas na relação tempo-espço e nos significados das ações coletivas, coexistindo formas heterogêneas de agir coletivamente e, muitas vezes, conflitivas entre si. Os movimentos sociais são bons exemplos desses processos conflitivos ao acenarem com demandas de participação social não legitimadas pelas formas regulatórias hegemônicas (SOUZA, 2002).

Então, segundo Melucci (1995ab, 1996), para além da ordem do poder econômico, existe também o poder da informação que, cotidianamente, fragiliza a participação social, uma vez que, enquanto recurso simbólico, atua

na capacidade de os indivíduos controlarem os códigos, a codificação, a decodificação e a criação de significados. Porém, para esse autor, a informação não é um bem universalmente acessível, conhecido e controlado por todos, encerrando, assim, uma forma de poder invisível, difícil de ser identificada e combatida.

Os códigos sobre os quais as novas formas de poder se constroem e se desenvolvem são invisíveis e a possibilidade da palavra já é organizada dentro dessas novas formas. Não há outro discurso além daquele que é controlado pelos grupos e por áreas privilegiadas no sistema, através do poder de nomear e do monopólio que eles buscam impor na linguagem. De maneira que a informação não é mais um recurso que circula entre todos os atores, pela qual eles podem trocar e com as quais eles podem acumulativamente construir seus potenciais para o conhecimento. Ao contrário, ela se tornou um sistema de signos vazios, a chave desses signos tem sido escondida. Os consumidores destes signos não precisam mais se preocupar com o sentido deles (MELUCCI, 1995a:133).

Nesse sentido, os movimentos sociais contemporâneos acenam para a dificuldade de desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas de simbolização e decodificação, demonstrando como essa dificuldade passa, necessariamente, pelas hierarquias de poder (material e simbólico) e deve, portanto, ser tratada no campo político.

Os movimentos sociais contemporâneos são heterogêneos do ponto de vista de suas demandas, formas de ação coletiva e discursos, mas expressam em suas lutas antagonismos plurais que não podem ser reduzidos à esfera estrutural-econômica e apresentam a possibilidade de se modificarem as condições de injustiça social a partir da criação de novos códigos simbólicos que incluam a articulação de múltiplas identidades coletivas e individuais, de modo a que estas não sejam submetidas a uma ordem invisível de opressão.

Essa perspectiva revela a importância da dimensão psicossociológica na busca de paradigmas que compreendam os conflitos sociais da contemporaneidade em sua complexidade sem, no entanto, reduzi-los a dimensões exclusivamente estruturais ou exclusivamente motivacionais. Desse modo, a emergência da categoria identidade como eixo analítico dos movimentos sociais é um passo importante para se entenderem as ações coletivas a partir dos sentidos e transformações produzidos nos mais diferentes âmbitos de relações sociais em que os sujeitos coletivos estão posicionados.

Ainda que, em alguma medida, questões de fundo psicossociológico sempre estivessem presentes nas análises de movimentos sociais, as respostas dadas a elas costumavam ser negligentes em relação a essa dimensão. Como acentua Gamson (1992), inúmeros cientistas sociais norte-americanos se empenharam firmemente em reagir a uma tradição Leboniana (visão dos comportamentos coletivos como erupção do irracional) de pensamento psicossociológico e acabaram por estender a toda Psicologia Social tal rejeição. Os modelos teóricos sobre MS estavam sob a égide de um utilitarismo economicista e organizacional que se tornara hegemônico nas décadas de 60 e 70.

A dimensão da ideologia, as crenças e os sentimentos compartilhados de injustiça obtinham pouca ou nenhuma atenção no campo de estudos de MS. No entanto, o advento dos movimentos sociais contemporâneos foi decisivo na mudança das proposições teóricas que buscavam compreender os seus fenômenos, e na reinserção da Psicologia Social junto a este campo de estudos. Desta forma, determinados aspectos relacionados aos processos e

funcionamento dos MS que permaneciam precariamente solucionados, tais como o papel da identidade e dos processos identitários, a construção e a manutenção de *frames* e o modo como os MS impactam o conjunto da sociedade revelaram a necessidade por uma Psicologia Social capaz de realizar uma conexão entre os níveis microssociais, macrossociais e culturais que têm lugar nos processos de mobilização social. Não se trata de uma análise do fenômeno dos MS que faça a distinção entre aspectos “psíquicos” e aspectos “sociais”, mas atua na busca de uma interseção entre “fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus pré-conceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de participar” (SANDOVAL, 1989a:68).

A recuperação de aspectos da Psicologia Social pelo campo de estudos de MS, é, em certa medida, consequência das lacunas teóricas relativas à estrutura e à agência. “Em geral, as análises sociológicas saltam de disposições individuais (atitudes, verbalizações, etc.) para disposições grupais, deixando de elaborar teoricamente os processos mediadores e a natureza dos vínculos entre o indivíduo e a decisão coletiva do grupo” (Idem, 1989b:123).

Três dimensões podem ser levantadas como fundamentais para a re-emergência da Psicologia Social na análise dos Movimentos Sociais: o fim do sujeito coletivo unificado, ou o fim do modelo de ator único (PRADO, 2000, SANDOVAL, 1989), a expansão do político para além de sua institucionalização e a revisão paradigmática interna à própria Psicologia Social (PRADO, 2001).

A primeira dimensão acena para o fato de que os movimentos sociais contemporâneos, que emergem a partir dos anos 60 e 70, não podem mais ser

compreendidos a partir do lugar que os indivíduos ocupam na estrutura social, ou seja, não há uma completa relação entre a sua posição dentro da hierarquia social e sua mobilização em ações coletivas de cunho reivindicatório. As lógicas de ação coletiva são complexificadas e baseadas tanto na política, ideologia e na cultura quanto em outros marcos identitários, tais como raça, etnicidade, gênero, sexualidade e geração.

Os movimentos sociais contemporâneos revelam que, para além de uma dimensão estrutural-econômica, expressa pelo marxismo ortodoxo em termos do conflito capital-trabalho, as formas de opressão são múltiplas e contraditórias, não sendo possível, portanto, representar os movimentos sociais como agrupamentos de atores sociais homogêneos (PRADO, 2000). Dessa forma, ao tomar outros sujeitos, que não a classe social, como sujeitos coletivos, novas questões são postas aos estudiosos dos MS, como acentua Melucci, (1996:99):

Os fenômenos coletivos emergentes nas sociedades complexas não podem ser tratados simplesmente como reação a crises, como meros efeitos da marginalidade ou desvio, ou puramente como problemas que surgem da exclusão do mercado político. É preciso que reconheçamos que os movimentos sociais nas sociedades complexas também constituem sintomas de conflitos antagônicos, embora isso não esgote por completo sua significação. Nas sociedades com uma alta densidade de informação, a produção não implica somente recursos econômicos, mas também afeta as relações sociais, os símbolos, as identidades e as necessidades individuais. O controle da produção social não coincide com sua posse por parte de um grupo social identificável. Em lugar disso, se traslada para os grandes aparatos de tomada de decisão técnica e política. O desenvolvimento e a gestão dos sistemas complexos não estão assegurados se só se controla a força de trabalho e se transformam os recursos naturais; é preciso mais que isso, é necessário uma intervenção crescente nos processos relacionais e nos sistemas simbólicos no campo social/cultural.

Sobretudo nos países de capitalismo avançado, generalizou-se a idéia de que o conflito entre classes havia perdido sua centralidade e que a idéia de

um sujeito coletivo unívoco e racional não era factível, e os processos de constituição da ação coletiva, sua dinâmica interna e a coexistência de formas culturais e simbólicas de resistência ao lado de formas mais convencionais de contestação passaram a receber maior atenção de pesquisadores.

A segunda dimensão, a expansão e redimensionamento do campo do político, vai de encontro às perspectivas liberais ou elitistas de democracia que compreendem o fenômeno político como sinônimo de institucionalização e racionalidade dos atores políticos. A perspectiva elitista negligencia a dimensão valorativa das demandas sociais e apresenta o espaço político como espaço de decisões racionais baseadas no auto-interesse (GUTMANN; THOMPSON, 2000).

Porém, a emergência de novos antagonismos sociais ancorados na constituição de uma diversidade de sujeitos coletivos tem revelado formas de opressão ainda não tematizadas e redefinido as fronteiras do político, na medida em que questionam a legitimidade das instituições políticas ocidentais e procuram dar visibilidade a conflitos existentes em esferas da vida ainda não democratizadas (PRADO, 2000). Essa pluralidade de sujeitos coletivos políticos revela que não é possível reduzir o político à esfera da institucionalização e tampouco retirar da agenda política a dimensão ético-valorativa das reivindicações sociais.

Assim, o que se encontra no cerne do redimensionamento do espaço político é o enfrentamento de questões como as que Santos e Nunes (2003:25) levantam: “Como é possível, ao mesmo tempo, exigir que seja reconhecida a diferença, tal como ela se constituiu através da história, e exigir que os ‘outros’

nos olhem como iguais e reconheçam em nós os mesmos direitos de que são titulares?”.

Os movimentos sociais feministas e anti-racistas brasileiros são exemplares nesse sentido, pois ao tomarem o espaço público reivindicam tanto a inclusão e tratamento igualitário de mulheres e afro-descendentes em todas as esferas da vida social quanto recusam a transformação de suas diferenças em desigualdades persistentes, exigindo reconhecimento de suas particularidades, visto que estas foram construídas socialmente enquanto desigualdades sociais.

A identidade coletiva torna-se uma categoria fundamental para o entendimento das práticas coletivas e do pertencimento grupal, na medida em que os sujeitos coletivos políticos reconhecem que tanto as desigualdades de ordem econômica quanto as de hierarquização social não pertencem ao campo da naturalidade ou da subordinação, mas constituem-se, antes, em uma dimensão política de opressão e antagonismos sociais (MOUFFE, 1988).

Trata-se de desvelar um código de opressão que outrora se encontrava implícito, tornando-o público e apontando formas para que ele seja modificado, apropriado e redistribuído de outras maneiras menos opressivas. No caso do Movimento de Mulheres Negras é um passo fundamental para as militantes conseguirem visibilidade, demonstrar o quanto as diferenças de gênero e raça também ensejam diferenças de poder. O conflito só se torna manifesto, e soluções são apresentadas, a partir do momento em que é possível estabelecer os nexos entre gênero, raça e poder. Isso implica re-significar o espaço político, compreendendo-o a partir de sua principal função, que é:

[...] trazer para a discussão aberta as questões problematizadas pelos movimentos e promover suas concepções coletivas – não para institucionalizar movimentos, mas para tornar a sociedade como um todo capaz de assumir seus dilemas internos precisamente como seus, para transformá-los em política (literalmente em alguma coisa a respeito da *polis*) (MELUCCI, 1996:221).

Os princípios que norteiam os movimentos sociais contemporâneos são a redefinição das relações de poder, o questionamento da legitimidade das instituições políticas e o reconhecimento de conflitos antagonistas em esferas da vida ainda não democratizadas, convertendo a vida cotidiana no eixo principal da ação política (PRADO, 2002).

Por fim, também a própria Psicologia Social viveu uma crise paradigmática a partir dos anos 70, conduzindo-a a uma revisão de seus pressupostos básicos e de seu papel político e ideológico. Surgida na transversalidade entre Psicologia e Ciências Sociais, a Psicologia Social, enquanto disciplina científica, desde seu nascimento esteve interessada em fenômenos coletivos e na análise dos mesmos a partir de perspectivas fronteiriças entre diferentes campos de saber. Assim, sua ênfase em “movimentos de massa”, “pequenos grupos”, “influência social”, “autoritarismo”, “minorias psicológicas” e tantos outros temas demonstra o quanto essa ciência tem buscado contribuir com apontamentos teórico-metodológicos que preencham o hiato entre explicações “sociologizantes” por um lado, e “psicologizantes” por outro.

No entanto, os múltiplos espaços de produção da Psicologia Social revelaram-se, ao longo da história de constituição e consolidação dessa ciência, em lugares de disputa ideológica, articulando formas díspares e até mesmo antagônicas de se compreender a relação entre objetividade e subjetividade nas experiências coletivas.

Assim, concepções distintas sobre estrutura social e atores acabaram por disciplinarizar e departamentalizar uma ciência que se propunha fronteira e interdisciplinar. No centro do debate sobre “psicologização” da Psicologia Social, há autores que afirmam ser a individualização da Psicologia Social no contexto da Psicologia um fenômeno geograficamente enraizado e expandido para outros lugares geográficos de maneira hegemônica (FARR, 2001), enquanto outros defendem a tese de que essa individualização trata-se antes de uma postura epistemológica e política disseminada globalmente (ÁLVARO; GARRIDO, 2003)⁹.

A despeito das diferentes teses sobre o fenômeno da individualização da Psicologia Social, o certo é que a mesma passou, sobretudo entre 1920 e 1970, a ser produzida quase que inteiramente no interior da Psicologia, embora coexistissem teorizações psicossociológicas na Sociologia e em outras ciências humanas. Essa “departamentalização” fez com que, sobretudo no Brasil, se tornasse corrente a idéia de Psicologia Social como uma área da Psicologia e não como um campo interdisciplinar, dificultando, assim, o seu diálogo com outras ciências e a produção de enfoques teóricos e metodológicos capazes de compreender satisfatoriamente os fenômenos sociopolíticos.

A Psicologia Social, no contexto da Psicologia, se mostrou microcós mica demais em seu intuito de elaborar uma interpretação teórica sobre as inter-relações ator-estrutura social (SANDOVAL, 1997). E é nesse contexto que há o reconhecimento de uma crise interna ao paradigma da Psicologia Social, levando-a a uma intensa modificação e reaproximação com a Sociologia e outros campos de saber científico.

⁹ Para aprofundar o debate sobre os espaços de produção da Psicologia Social e suas distintas perspectivas teóricas, especialmente as contribuições européias e norte-americanas, vejam-se os trabalhos FARR (2001) e ÁLVARO; GARRIDO (2003).

Faz-se importante observar que a “crise paradigmática” não foi uma exclusividade da Psicologia Social, mas afetou como um todo os modos de produção e reprodução do saber nas mais diferentes áreas das ciências humanas e sociais. A própria Sociologia se vê, a partir dos anos 80, perdida em uma encruzilhada paradigmática, na medida em que as metanarrativas e os modelos globais de entendimento da realidade social se mostraram incapazes de compreender a complexidade das forças que atuavam nos processos de redemocratização e desenvolvimento econômico, seja nas formas nascentes de democracia na América Latina, seja nos conflitos políticos do Leste Europeu.

Em relação aos Movimentos Sociais, alguns autores da Psicologia Social, como Tajfel, Turner e Moscovici, trazem importantes contribuições a partir de conceitos como identidade social, consciência social, ideologia e minorias ativas que ganham espaço na análise dos MS (DEL PRETTE, 1990).

Para Moscovici (1985) não existe um limite claramente estabelecido entre a Psicologia Social e outras ciências que também intentam compreender as interações e os grupos humanos, havendo, inclusive, um bom número de conceitos compartilhados. Nesse sentido, o que é próprio à Psicologia Social em relação a outras disciplinas é o enfoque dado aos fenômenos estudados e não uma distinção territorial fortemente estabelecida.

A especificidade do enfoque psicossocial está em se substituir a relação dual (sujeito e objeto) por uma chave interpretativa triangular: *sujeito individual* – *sujeito coletivo* – *objeto*. A mudança significativa do enfoque psicossociológico está em se superar a dicotomia sujeito-objeto e se aprofundar nos processos mediacionais de interação social.

Estudar os movimentos sociais, a partir de um enfoque psicossociológico, significa considerá-los como formas inacabadas de interação entre subjetividade e objetividade, sendo impossível uma demarcação rígida entre o psicológico e o sociológico. Nesse campo de estudos envolvem-se tanto dimensões macroestruturais quanto microestruturais relacionadas às interações intergrupais e interpessoais, a consciência, a linguagem, as emoções e a identidade.

A reaproximação entre Psicologia Social e Sociologia, em relação ao campo de estudos sobre movimentos sociais, se deu por conta de um avanço para um terreno comum de postulações teóricas sobre indivíduo-sociedade que fugia da binariedade:

Os novos enfoques sociológicos partem do pressuposto do indivíduo como ator que realiza seus objetivos no espaço coletivo da sociedade, em contraste ao pressuposto anterior onde o indivíduo era objeto da sociedade. Na Psicologia Social, ao contrário dos pressupostos da Psicologia das Massas, surgem enfoques que procuram compreender a transformação do indivíduo em ator social, focalizando para isso o 'coletivo no indivíduo'. Assim podemos dizer que o encontro das duas disciplinas se dá no trinômio Indivíduo – Ator Social – Ator Coletivo (SANDOVAL, 1997:17).

Na América Latina, a crise paradigmática da Psicologia Social esteve diretamente relacionada a três importantes questões. A primeira é relativa ao fato de as proposições teórico-metodológicas da Psicologia e da Psicologia Social serem àquele momento, em grande medida, importadas de forma acrítica de modelos experimentalistas norte-americanos. Assim, a possibilidade de contribuição da Psicologia Social para problemas sociais que assolavam todas as nações latino-americanas era colocada em xeque tanto pelos governos quanto pelos pesquisadores.

Uma segunda importante influência para o desenvolvimento de uma perspectiva latino-americana em Psicologia Social diz respeito ao surgimento de inúmeros movimentos sociais que lutavam tanto pela redemocratização de seus países quanto pela defesa da cidadania e direitos humanos. Diante de fenômenos como os movimentos feminista, negro, ecológico, indígena, de trabalhadores rurais, etc., pesquisadores e cientistas se viam obrigados a pensar formas de compreensão da realidade social que transcendessem as fronteiras disciplinares e pudessem representar uma possibilidade de transformação dessa mesma realidade social.

A terceira grande influência, representada pela crença na possibilidade de transformação de uma população alienada de seus direitos e do poder de decisão sobre seu próprio destino em uma comunidade consciente do seu papel de produtora da história e, conseqüentemente, de uma nova realidade sociopolítica, levou os psicólogos sociais a buscarem nas proposições de Paulo Freire (1979) e Orlando Fals Borda (1989) as bases para formulação de uma ciência comprometida com a transformação da realidade social.

Paulo Freire (1979) influenciou os psicossociólogos latino-americanos a partir de uma concepção de aprendizagem em que concomitantemente a aquisição de uma habilidade formal (leitura) também fosse possível que os sujeitos tivessem uma compreensão crítica em relação ao contexto social mais amplo (leitura do mundo), havendo, portanto, o desenvolvimento de uma consciência social. Sua proposta de trabalho apontava para uma compreensão da autonomia das coletividades e de que indivíduos ou grupos de indivíduos fossem capazes de identificar as condições histórico-sociais em que vivem e

criar, a partir dessa tomada de consciência, estratégias coletivas de enfrentamento da realidade social.

Por outro lado, o colombiano Orlando Fals Borda (1989) contribuiu com sua estratégia de pesquisa-ação, especialmente no que concerne aos significados subjetivos no processo da pesquisa e o papel que o conhecimento desempenha para uma ação transformadora (WIESENFELD; SANCHEZ, 1991).

As críticas a um modo de se fazer psicologia social descontextualizada e, marcadamente, influenciado por uma perspectiva norte-americana levou pesquisadores latino-americanos a se organizarem em torno de associações, procurando dar novos rumos à Psicologia Social. Assim, são organizadas a Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO), a Associação Venezuelana de Psicologia Social (AVEPSO) e, no início dos anos 80, a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) (LANE, 1984).

A Psicologia Social no contexto da América Latina buscou em uma ampla gama de proposições teóricas as ferramentas para sua consolidação e relativa independência em relação à Psicologia e outras ciências que estudam fenômenos correlatos.

III.4.1 – A guinada psicossocial

Após um longo período de rechaço de uma perspectiva psicossociológica de análise dos movimentos sociais devido, sobretudo, a uma interpretação errônea que ligava as concepções psicossociológicas à idéia de irracionalidade das massas proposta por Le Bon, e ao próprio desinteresse de

muitos psicólogos sociais em se aprofundar o estudo do contexto sociopolítico, a Psicologia Social voltou a ser uma disciplina importante junto ao campo de estudos de Movimentos Sociais, havendo o que alguns pesquisadores têm considerado como sendo uma “guinada psicossociológica” (SNOW; OLIVER, 1995; JAVALOY; RODRÍGUEZ; ESPELT, 2001; SANDOVAL, 1989a; GAMSON, 1992).

Essa guinada psicossociológica está bastante relacionada ao que foi descrito anteriormente sobre as rupturas sociais, econômicas e culturais estabelecidas pelos movimentos sociais contemporâneos. Mas também a Psicologia Social teve de passar de uma postura quase que exclusivamente individualista para uma postura de compreensão mais ampla das condutas sociais para só então se constituir em uma disciplina importante no campo de estudos sobre comportamento coletivo e, mais especificamente, sobre movimentos sociais.

Tajfel (1983:53) já se lamentava de uma prevalência do indivíduo sobre a coletividade nas principais vertentes da Psicologia Social de sua época:

[...] uma quase exclusiva preocupação com os indivíduos em interação, levou-nos a perder de vista duas outras questões, que são (ou deveriam ser) igualmente importantes: o estudo do comportamento colectivo e o estudo dos efeitos *directos* da localização dos indivíduos em vários lugares do sistema social em que vivem, sobre uma grande variedade de relações face-a-face (Grifo no original).

Essa citação nos leva a assumirmos que o esforço para que a Psicologia Social tivesse assento junto a um campo de estudos de MS teve de ser tanto interno, a partir de uma inovação teórico-metodológica, quanto externo, com a percepção por parte de outras disciplinas envolvidas sobre a necessidade de se dar maior atenção aos valores, normas, ideologia, projetos,

cultura e identidade sem, no entanto, reduzir tais dimensões a termos instrumentais.

Dessa forma, a partir dos anos 1980 iniciou-se um processo de desmascaramento da pretensa neutralidade e objetividade dos enfoques essencialmente políticos e organizacionais (como é o caso da Teoria da Mobilização de Recursos e o Modelo do Processo Político) chamando a atenção para o fato de que a experiência subjetiva compartilhada pelos participantes da ação coletiva deveria ter um espaço garantido nesse campo de estudos (JAVALOY; RODRÍGUEZ; ESPELT, 2001).

Não por acaso, teóricos que anteriormente negavam qualquer dimensão psicológica às ações coletivas começaram a dar uma grande importância aos aspectos psicossociológicos e acabaram por propiciar uma maior aproximação entre Psicologia Social e Sociologia. Para McAdam (1996b), a teoria da Mobilização de Recursos, em seu processo de adaptação, buscou não somente em Goffman, mas também na velha tradição do comportamento coletivo, uma dimensão psicossocial que permitisse a construção de uma noção de sujeito político e de identidade coletiva.

A dimensão simbólica toma de vez o seu lugar frente às análises de movimentos sociais e, segundo Snow e Oliver (1995), a Psicologia Social passa a se constituir em parte fundamental no campo de estudos sobre comportamento coletivo, com os estudos sobre a identidade coletiva, as crenças compartilhadas e o processo de formação das mesmas assumindo centralidade.

A retomada de autores da Escola de Chicago, como Mead, Goffman e Blummer, da teoria crítica da Escola de Frankfurt, e de autores como Berger e

Luckmann foi decisiva para a emergência da dimensão simbólica e do princípio de que os indivíduos constroem sua realidade em interação com outros seres humanos, influenciando uma ampla variedade de autores que se tem interessado pelo modo como os MS questionam a ordem social vigente e modificam as estruturas de significado existentes, criando e/ou difundindo novos significados através dos discursos públicos e das ações coletivas.

Apontamentos teóricos de inspiração claramente psicossociológica estão presentes em autores como Snow e Benford (1988) e sua análise de *frames*; Klandermans (1988) e seu trabalho sobre a emergência do consenso nas atividades públicas dos MS; Melucci (1995,1996) e sua teorização sobre a construção da identidade coletiva, e em diversos outros autores que procuram dar ênfase na conexão entre cultura, movimentos sociais e formas de protesto (JOHNSTON; KLANDERMANS, 1995; DELLA PORTA; DIANI, 1999, GAMSON, 1992).

Segundo Javaloy et al. (2001), a confluência de paradigmas distintos possibilita uma melhor compreensão do fenômeno dos movimentos sociais. Esses autores chamam atenção para uma perspectiva construcionista que, com sua ênfase na cultura e nos significados atribuídos à ação, tem exercido um papel aglutinador de diversos paradigmas. Assim, aportes teóricos tais como o interacionismo simbólico (significado, ideologia, sentimento de injustiça, *frames*), o cognitivismo social (teoria da atribuição, privação relativa, teorias grupais), o enfoque dos novos movimentos sociais (identidade coletiva, cultura do movimento) e o modelo do processo político (discurso público, *frames*, oportunidade política) têm conseguido articular semelhanças e

diferenças a fim de atingir postulações mais compreensivas sobre as ações coletivas.

La orientación construccionista, surgida como reacción a las omisiones de la teoría de la movilización de recursos, se ha convertido en un territorio común de un creciente número de teóricos, y constituye la mejor confirmación del giro psicosocial en la teorización colectiva. La focalización en aspectos psicosociales y culturales no ha supuesto desatención a factores organizacionales o políticos, que siguen considerándose importantes (JAVALOY; RODRÍGUEZ; ESPELT, 2001:133-34).

Klandermans e Tarrow (1988) já haviam buscado uma integração de diferentes teorias, promovendo uma síntese entre elas. Para Klandermans, as perspectivas norte-americanas e européias de análise dos movimentos sociais não são incompatíveis entre si e, ao nível empírico, tais enfoques são complementares e não excludentes.

Ainda que, segundo Della Porta e Diani (1999), não se possa falar de uma completa integração entre as diversas perspectivas teóricas, pode-se notar que teóricos os mais diversos relacionam aos movimentos sociais contemporâneos pelo menos quatro características fundamentais: 1) constituem uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações; 2) os atores sociais compartilham crenças e uma identidade coletiva; 3) os atores dos movimentos sociais estão implicados em conflitos políticos e/ou culturais e buscam uma mudança social, e 4) os MS fazem uso de várias formas de protesto ou de ações não convencionais que geram impacto na sociedade.

III.5 – Identidade coletiva e identificação de um campo de disputa política

A partir da guinada psicossocial junto ao campo de estudos sobre movimentos sociais, o conceito de identidade social ou coletiva tem sido incorporado de forma sistemática pelos mais diversos estudiosos, demonstrando como os atores coletivos tomam o espaço público com reivindicações inegociáveis do ponto de vista das relações de custo e benefício e que o projeto emancipatório das ações coletivas não pode ser definido aprioristicamente, mas ocorre, ou não, em um processo articulatório contínuo de negociações e conflitos.

As perspectivas do Processo Político e dos *Frames* já apontavam para a existência de uma multiplicidade de sujeitos coletivos e para o fato de a identidade ser definida como um processo e não como uma forma acabada. Isso revela certa descontinuidade desses modelos teóricos em relação a outras perspectivas analíticas (especialmente no que diz respeito à Mobilização de Recursos), mas, entretanto, a definição do político a partir de seus espaços tradicionais de institucionalização não dá conta de compreender as profundas mudanças institucionais, sociais, políticas e culturais que tiveram lugar nos últimos cinquenta anos nas sociedades ocidentais.

Essa visão de um ator coletivo ainda de certa forma colado às instituições políticas e portador de uma finalidade teleológica utópica tem sido criticada por diversos teóricos que vêem nas novas formas de antagonismos e na multiplicidade de sujeitos coletivos que emergem com os movimentos sociais contemporâneos a ruptura com uma tradição de um sujeito coletivo unívoco, centrado em uma racionalidade instrumentalizada e estabilizadora dos

conflitos entre interioridade e exterioridade (PRADO, 2000, MELUCCI, 1996, TOURAINE, 1995, MOUFFE, 1988).

Pensar na constituição de novos sujeitos coletivos passa, necessariamente, pela apreensão do fato de que há um distanciamento entre ator e sistema e da necessidade de se conceberem propostas mediadoras entre eles. A identidade, devido ao seu caráter de irredutibilidade e inegociabilidade, encontra-se na raiz da intensidade com que os movimentos sociais lutam para não serem incorporados e homogeneizados dentro da sociedade. Nesse sentido, alguns autores (MELUCCI, 1995, 1996, 1999ab; PRADO, 2001, 2002) chamam a atenção para o fato de que a mobilização para a ação coletiva é muito mais um processo de constituição de identidades coletivas e políticas que a mera percepção de diferenças entre categorias sociais distintas. Prado (2002:60) observa que

[...] a estruturação de crenças, interesses, valores e significados vai se transformando durante o processo de mobilização e, neste e através deste, a constituição de uma identidade política é possível, mas para tal é necessário que além das relações intragrupo e entre grupos se estabeleça uma relação de delimitação de fronteiras a partir da passagem das relações de subordinação para as relações de opressão, e estas fronteiras são vividas e experienciadas não somente como diferenciações sociais entre as categorizações grupais, mas, pelo contrário, como impedimentos e possibilidades na conquista da equivalência de direitos.

A constituição de uma identidade coletiva é parte fundamental no processo de mobilização para a ação coletiva, entendida como resultado de um processo articulatório de negociações, conflitos e interpretações que dão lugar a um sentimento de NÓS (MELUCCI, 1996).

Essa passagem de uma percepção isolada do sofrimento para um sentimento compartilhado pode revelar o caráter opressivo de uma relação

social, uma vez que os recursos valorizados se tornam um campo de disputas entre os atores sociais, definidos não mais pela positividade de suas pertencas, típico das relações de subordinação, mas sim numa relação baseada na negatividade (LACLAU; MOUFFE, 1985), pois a identificação de um impedimento, acompanhado de um sentimento de injustiça ou de privação social (KLANDERMANS, 1997), desperta os atores para a historicização e contextualização das diferentes posições sociais, mostrando que não existe imutabilidade nas mesmas.

Para Melucci (1996) os movimentos sociais são, nesse sentido, sistemas de ação mais que fatos empíricos. Entendê-los como sistema de ação implica reconhecer que a ação coletiva deve ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos e evitar explicar o movimento social como um todo homogêneo e coerente. O autor estabelece que os movimentos sociais intercalam momentos de visibilidade com momentos de latência. Nos períodos de latência, o movimento social se encontra num processo de articulação de uma identidade coletiva, ou seja, trata-se dos mecanismos submersos que conduzem à emergência dos protestos e da visibilidade social.

A visibilidade do movimento e seu posterior arrefecimento não devem ser entendidos como meros fatos empíricos, tomados como objetos homogêneos, significativos em si mesmos, mas, em termos analíticos deve-se decompor e analisar o MS, uma vez que este é sempre o resultado de processos sociais diversificados que tornam possível a formação de um sujeito coletivo e a manifestação de uma ação.

Para Melucci (1996), a identidade coletiva é o processo que compreende três aspectos: a) definições cognitivas concernentes aos objetivos, aos meios e

ao campo de ação; b) uma rede de relações ativas, em que os atores interagem, se comunicam e se influem mutuamente, negociam e tomam decisões; e c) um grau de investimento emocional, que permite aos indivíduos sentirem-se parte de uma unidade comum.

Assim, as identidades coletivas não são formas, mas sim processos que se dão nas relações intra e entre grupos, redefinindo lógicas de pertença e de diferenciação e homogeneização grupal. A constituição das identidades coletivas não se dá fora das relações de poder, ou seja, as relações de poder não se dão a partir de identidades pré-constituídas, mas sim como constituindo as próprias identidades (MELUCCI, 1996; MOUFFE, 1988).

Cabe ao movimento social distinguir entre as diversas formas de exclusão social a que está submetido, reconhecer os processos que estão em jogo e que organizam o campo de suas constituições simbólicas. Essa distinção obriga a uma ruptura com uma visão homogênea e abstrata da cultura (“a sociedade capitalista”, “a cultura dominante”) e a delimitação de um adversário real, dentro de um sistema de relações que proporciona constrangimentos e oportunidades, os quais, por sua vez, são reconhecidos e definidos como tais pelos membros do movimento (MELUCCI, 1996:73).

Nesse sentido, “o novo movimento negro, aquele que é gerado a partir dos anos 70, procura romper o ordenamento simbólico e cultural que encasula os negros. Mas isso só pode ser feito redefinido-se, em termos do cotidiano das relações sociais, as questões de inferiorização, discriminação, segregação e exclusão dos negros” (GUIMARÃES, 2002:408). Com esses expedientes, o movimento negro busca melhores condições para promover uma progressiva politização de suas especificidades, isto é, a contestação de visões

estereotipadas na cultura majoritária e da falsa neutralidade das instituições políticas formais em regular as relações sociais.

A constituição da identidade coletiva se dá por meio de uma complexa relação entre autoconceito e reconhecimento (ou não reconhecimento) exterior. Dentro da sociedade a relação entre os indivíduos e grupos se dá de forma interativa e segundo parâmetros sociohistóricos de expectativas recíprocas e, nesse sentido, a constituição de uma identidade coletiva, como no caso das mulheres negras, se revela a partir de práticas cotidianas e redes de relações sociais que oferecem um sentido de continuidade aos padrões de injustiça e negação do princípio de dignidade por via do seu pertencimento étnico-racial e de gênero.

As normas que orientam as interações entre os grupos na sociedade não estão relacionadas às normas da intimidade, nem àquelas das instituições formais, mas às normas de solidariedade coletiva, como expressas em práticas sociais compartilhadas. A identidade coletiva, nesses termos, também estabelece um conflito com um adversário, um ELES, politizando assim os espaços de lutas sociais para a transformação das relações de opressão em princípios de justiça e solidariedade.

Dessa forma, os movimentos sociais não são simplesmente respostas negativas às estruturas de dominação, é importante reconhecer que conflito e solidariedade são criados por padrões comuns de representação. As relações entre o movimento e o sistema social não podem ser reduzidas à lógica interna da dominação (TOURAINÉ, 1988; MELUCCI, 1996). A demarcação de fronteiras entre o NÓS e o ELES reconhece que a relação antagônica que estabelecem é irreconciliável. Porém, ambos possuem o direito de transformar

o espaço social em um espaço de luta política e mantêm relações de reciprocidade, seja por via do reconhecimento positivo ou negativo de suas posições identitárias.

As relações de opressão são tanto sociais – em torno do jogo de interesses e negociações – quanto intersubjetivas – nos diferentes âmbitos das relações sociais. O rompimento com uma identificação negativa e a produção de uma reflexividade capaz de produzir uma crítica à sociedade e, ao mesmo tempo, estabelecer novas formas de solidariedade permitem ao movimento social a delimitação de um campo de luta política propondo o redimensionamento da noção de cidadania e direitos na busca pela emancipação social.

No caso específico deste estudo, o movimento de mulheres negras procura demonstrar como as reivindicações por uma sociedade que reconheça mulheres e homens negros enquanto iguais em termos de direitos de cidadania e ofereça possibilidades para que se mostrem diversos, encontram-se, sobretudo, integradas ao ideal de uma sociedade democrática e pluralista.

Enquanto processo mediatório entre o indivíduo e a coletividade, a identidade coletiva se orienta em torno de um sentimento de NÓS, revelando nossa pertença a determinado grupo, que é construído tanto pelo compartilhamento da mesma categorização social e pela elaboração de elementos passados (história, linguagem, religião) quanto pelo estabelecimento de um projeto coletivo de futuro para si e para a sociedade como um todo (MELUCCI, 1996, PRADO, 2002).

Essa dimensão do “NÓS” em relação ao Movimento de Mulheres Negras fica evidente nas passagens a seguir:

Falar, para as mulheres negras, se constitui, pois, num ato de destruição gradativa da identidade imposta pela sociedade racista e machista, bem como num gesto decisivo de rompimento com o que as oprime enquanto seres humanos. Por isso, deixam 'os brancos e os homens negros assustados', quando falam; por isso são 'olhadas com indiferença', 'postas de lado'. [...] saber-se negra é viver a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades, buscando mudanças que criem novas relações de poder na sociedade (SILVA, 1998:19-20).

O processo de constituição de uma identidade coletiva se materializa por meio de práticas sociais que definem as regras de pertença grupal e orientam as lógicas das relações intra e intergrupos. Tais práticas sociais podem ser representadas através das crenças, valores e interesses que definem o grupo.

O modelo de identidade coletiva proposto por Melucci (1995, 1996) permite a compreensão do político por um viés diferenciado, que vai além da institucionalização e se relaciona com formas fluidas do exercício do poder e controle social nas sociedades contemporâneas. Assim, para esse autor, as sociedades, vistas como sistemas sociais, têm perdido a centralidade enquanto *locus* de decisões e tomada de poder, havendo uma multiplicidade e autonomização dos espaços de representação, com a conseqüente quebra de uma idéia de homogeneidade na tomada de decisões. As formas de poder, no que Melucci tem considerado sociedades informacionais, são cada vez mais difusas e invisíveis.

Al tiempo que estamos frente a formas de poder cada vez menos visibles debido a que la posibilidad del lenguaje está inscrita en códigos que no sólo no controlamos sino que son diseñados y difundidos por agentes que a menudo son invisibles, desconocidos o extremadamente difíciles de localizar, al mismo tiempo el hecho de apropiarse de información permite la reconstrucción o recreación repetida de nuevos códigos. Así, estas formas de poder están operando constantemente,

intentando imponer códigos que estructuran para cada individuo la posibilidad de dar sentido a su acción e nombrar la realidad (MELUCCI, 1999b:60).

Segundo Prado (2000:259), Melucci entende que nas sociedades complexas “[...] o político é um lugar com autonomia, onde os atores sociais em processo de constituição de identidade coletiva buscam influenciar, ressignificar, problematizar e reconhecer as diferenças”; neste sentido “[...] um espaço do político [...] é, sobretudo, um espaço de antagonismos sociais, no qual ambivalência e dilemas são transformados em políticos”.

Porém, enquanto espaço de antagonismos, sejam eles de ordem étnica, econômica, social ou cultural, o político não se define pela possibilidade última de consenso, pois se trata de “[...] uma contraditória combinação de princípios inconciliáveis” (MOUFFE, 1993:133). E aqui tanto a lógica da identidade como a da diferença são fundamentais.

Reconhecer o caráter antagônico do espaço político não implica definir, *a priori*, sua abrangência e menos ainda a sua solução. Segundo Prado (2002) o processo de politização das relações sociais, ou seja, a emergência de antagonismos sociais pode levar a práticas articulatórias que conduzam a uma lógica de diferenciação, que pode ser entendida como uma identidade politizada (ou política). Mas, a emergência de identidades políticas está vinculada a três processos envolvidos na mobilização coletiva: práticas coletivas e sentimento de pertença grupal; reconhecimento do caráter opressivo de determinadas relações sociais; e delimitação de fronteiras políticas entre o NÓS e o ELES (Ibidem).

O primeiro processo, também entendido como a construção de uma identidade coletiva, trata-se da constituição de um sentimento de NÓS, que

define práticas grupais, compartilhamento de valores, crenças e interesses, o estabelecimento de redes sociais, e regula as relações intra e intergrupos.

A identidade coletiva se processa na medida em que é possível um questionamento de formas de desigualdade a partir de princípios de equivalência de direitos, procurando uma desnaturalização da ordem social e afirmando o compartilhamento de uma situação de injustiça por um NÓS que é oprimido por um ELES. Esse sentimento de um NÓS que se vê impedido por um ELES pode estar assentado sobre formas variadas, seja através da reelaboração de uma história conjunta, seja pela pertença a uma identidade social/categoria social ou por projetos de futuro coletivamente traçados.

Em relação ao Movimento de Mulheres Negras, a constituição de uma identidade coletiva está ancorada nessas três dimensões. Há uma dimensão de redefinição de uma história compartilhada, buscando situar a participação das mulheres negras no processo de construção do país, o papel desempenhado por elas na manutenção da cultura negra e na transmissão de valores religiosos e, principalmente, a sua contribuição na luta pela emancipação dos negros, refletida em seu envolvimento com os movimentos sociais. As mulheres negras também compartilham uma identidade social comum dada por suas pertenças de raça e gênero e aos processos de exclusão e opressão a que estão submetidas em decorrência dessas pertenças. E, enquanto movimento social, as mulheres negras também têm um projeto de futuro construído coletivamente, procurando romper com a invisibilidade e marginalização social a que esse grupo está submetido na sociedade brasileira contemporânea.

O segundo aspecto a ser considerado no processo de delimitação de uma identidade política é o reconhecimento do caráter opressivo de determinadas relações sociais. Para Prado (2002) há uma diferença entre relações de subordinação e relações de opressão, sendo fundamental demarcar essa diferença como forma de compreensão dos antagonismos expressos em ações coletivas de cunho emancipatório.

Assim, as relações de subordinação são definidas pela positividade das posições identitárias, que são percebidas como imutáveis e funcionais do ponto de vista institucional. Não há espaço para subversão das hierarquias sociais, pois não existe o reconhecimento de uma situação de impedimento de um ELES sobre um NÓS. A lógica da subordinação define identidades sociais (lógica da imutabilidade diferencial) e não identidades políticas (lógica da corrente de equivalências).

Baseado no pensamento de Laclau e Mouffe, Prado acentua que:

[...] relações de opressão são aquelas relações de subordinação que se transformaram em lugares privilegiados de antagonismos. Neste sentido, há o reconhecimento e a comparação do discurso exterior a partir de uma corrente de equivalências que, historicamente, vem sendo conquistada e produzida pelas lutas sociais. Neste aspecto do processo de mobilização social é fundamental o surgimento de duas lógicas: a da equivalência e a da diferença, as quais permitem a conscientização das formas de opressão (2002:68-9).

O nascente movimento de mulheres negras, em meados da década de 80, assegurava que a mulher negra é oprimida pelo homem branco, pois este, inserido numa ideologia patriarcal e eurocêntrica, assume uma postura de superioridade frente a outros segmentos populacionais. É oprimida também pelo homem negro, mesmo que compartilhe com ele uma trajetória histórico-cultural comum, já que os homens negros também são socializados a partir da

mesma ideologia patriarcal. E é, ainda, oprimida pela mulher branca que, dadas as circunstâncias históricas, estabelece relações de dominação, de diferentes formas, desempenhando papéis que legitimam sua superioridade na hierarquia social em relação às mulheres negras. Essas duas formas de opressão, a de gênero e a de raça, atravessadas pela de classe, têm impedido, ou melhor, relegado às mulheres negras um papel social de menor prestígio na esfera social.

As mulheres negras buscam demarcar princípios de equivalência de direitos em relação aos homens brancos, homens negros e às mulheres brancas, em que sejam reconhecidas como sujeitos coletivos de direitos, mas que tenham resguardadas suas diferenças. A dimensão da igualdade não é pensada pelo viés da homogeneidade, expressa pela frase 'somos todos iguais', mas sim pela articulação entre equivalência e diferença.

Essa articulação entre equivalência e diferença leva ao terceiro aspecto envolvido na constituição de uma identidade política: a demarcação de fronteiras entre o NÓS e o ELES. A demarcação de fronteiras implica o fato de que o ELES e o NÓS são irreconciliáveis e se reconhecem mutuamente como portadores do direito de transformar espaços sociais em espaços de lutas políticas. Há um estabelecimento de reciprocidade entre ambos, baseado no reconhecimento positivo ou negativo de suas pertencas grupais.

O NÓS se vê impelido a definir um consenso grupal baseado em seu conjunto de valores, crenças, objetivos e significados atribuídos à ação, que no entanto é precário e provisório, pois a relação antagônica não apresenta como sua possibilidade final o consenso, já que isso só seria possível com a exclusão de um ELES da constituição de um NÓS. O antagonismo é

permanente, alimentando desta maneira uma tensão necessária para o espaço democrático e, evitando assim, um sujeito coletivo totalizado (NÓS) e fechado sobre si mesmo e um constitutivo externo (ELES) como impossibilitado de se constituir como um possível NÓS. A idéia central ao apontar as fronteiras é poder entender que a possibilidade da formação de uma identidade política (NÓS) está na sua relação permanente com um constitutivo externo (ELES).

Esses três aspectos, em conjunto, revelam que as ações coletivas que tomam o espaço público com suas reivindicações buscam politizar as desigualdades sociais e, enquanto processo, não nos permitem prever sua finalidade ética, pois é somente a partir das práticas de articulação e interação, enquanto elementos constantes da instalação das identidades coletivas e políticas, que essas questões serão configuradas, tendo em mente a relação intra e inter grupos, como adversários e aliados e as oportunidades políticas em que ocorrem (PRADO, 2000, 2002).

III.6 – Em busca de novas sínteses: categorias teóricas para análise do Movimento de Mulheres Negras

Conforme apresentado, diversas perspectivas teóricas vêm sendo construídas e modificadas no intuito de apreender o fenômeno, complexo, da emergência, manutenção e especificidades dos movimentos sociais nas sociedades contemporâneas. No entanto, nenhum aporte teórico sozinho é capaz de compreender e analisar as múltiplas facetas com que se apresentam os movimentos sociais.

Engel (2001), em um trabalho comparativo sobre o Movimento Gay e Lésbico dos Estados Unidos e Inglaterra pós Segunda Guerra Mundial, elabora um diagrama contemplando o que considera as principais contribuições teóricas sobre movimentos sociais e que podem servir de bases para outros pesquisadores interessados em apreender os MS como fenômenos ao mesmo tempo políticos, sociopsicológicos e culturais. Para o autor, não se trata de buscar uma teoria totalizadora sobre os movimentos sociais, mas sim de apontar em diferentes abordagens uma complementariedade de conceitos e proposições capazes de responder às principais questões postas pelas mais diversas formas de mobilização política: por que as pessoas se engajam em ações coletivas, como elas se engajam e onde elas se engajam. O esforço de compreensão dessas questões significa o empenho em articular conceitos e ferramentas interpretativas, tanto psicológicos quanto sociológicos.

O autor atribui a esse diagrama teórico uma aproximação com o Modelo de Processo Político, pois sua atenção se foca sobremaneira nas estruturas de oportunidades políticas e em como as conseqüências ou os resultados alcançados pelos movimentos sociais podem repercutir em termos de uma reordenação do próprio sistema de oportunidades políticas, da rede de apoiadores externos e também nas formas de recrutamento e conscientização de militantes para o movimento social. A dimensão cultural e de construção de identidades e significados internos a ação dos movimentos, no modelo proposto por Engel, é tomada como um epifenômeno, com pouca capacidade de exercer uma efetiva influência sobre o direcionamento do MS em sua relação com os aparatos político-institucionais.

No entanto, mesmo que discordando de sua exacerbada ênfase na relação entre movimentos sociais e a esfera política institucional, tomamos a síntese proposta por ele como ponto de partida para articularmos os conceitos que norteiam nossa análise do Movimento de Mulheres Negras, na medida em que as perspectivas teóricas discutidas aqui, isoladamente, são capazes de responder apenas parcialmente as questões de como, onde, por quê e em quais circunstâncias as pessoas se engajam em movimentos sociais.

O paradigma clássico se detém quase que exclusivamente nas determinações psicológicas da participação, não conseguindo responder ao como e onde as pessoas participam. A teoria da Mobilização de Recursos negligencia a questão do motivo pelo qual as pessoas participam e sobrevaloriza o modo como elas participam em termos de uma relação binária entre custos e efeitos da participação. O modelo de Processo Político, por sua vez, acentua em demasia onde as pessoas participam, oferecendo especial atenção ao campo de restrições ou oportunidades políticas que fomentam, ou inviabilizam a participação social. Esse modelo, ainda que traga à tona a dimensão da cultura e das múltiplas identidades, não é capaz de pensar os movimentos sociais para além de sua institucionalização no campo das formas tradicionais de se fazer política.

A perspectiva dos *frames* representa um esforço na tentativa de articular o porquê e o como as pessoas participam, mas não oferece ferramentas para o entendimento dos vínculos estabelecidos entre os movimentos sociais e as instituições políticas. Já a perspectiva de identidade coletiva é a que mais se aproxima de uma compreensão dos movimentos sociais não como um fato

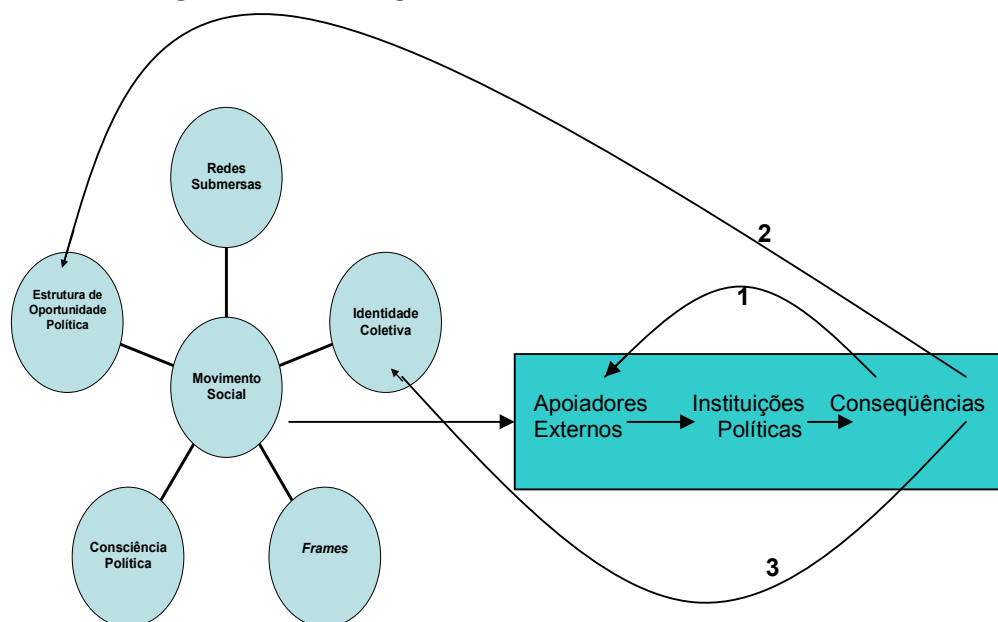
empírico, mas como um sistema de ação complexo e comportando múltiplas facetas, que são tanto estruturais quanto simbólico-culturais.

No entanto, uma crítica que pode ser apresentada a essa perspectiva diz respeito ao inflacionamento da categoria identidade o que pode, muitas vezes, promover uma idéia reducionista sobre alguns movimentos sociais que passam a ser considerados arcaicos, ou velhos, exatamente por não conseguirem ou não poderem construir uma estratégia política baseada exclusivamente, ou fundamentalmente, na identidade. Não por acaso há poucas perspectivas teóricas sobre movimentos sociais que se interessam em estudar movimentos vinculados à questão étnico-racial na medida em que movimentos com essa característica sempre acenam com estratégias políticas que são tanto estruturais quanto identitárias. Isso, efetivamente, não se enquadra nos princípios teóricos dos chamados “novos movimentos sociais” cuja ênfase na política de identidade é considerada mais importante que a ênfase nas mudanças estruturais e transformação das desigualdades socioeconômicas (FRASER, 2002).

Sendo assim, apresentamos, a seguir, um diagrama com os principais conceitos retirados das abordagens aqui discutidas que, longe de pretender esgotar a complexidade dos processos envolvidos na formação e desenvolvimento dos movimentos sociais, propõe articular diferentes aspectos, relacionados tanto à estrutura quanto à agência, que se mostram extremamente relevantes no entendimento dos movimentos sociais. Neste caso específico, essas categorias teóricas servirão de base para análise do Movimento de Mulheres Negras, procurando observar e compreender seu

contexto de surgimento na esfera pública, seus conflitos internos e sua relação com os espaços políticos institucionais.

Diagrama das categorias teóricas de análise do MMN



O diagrama apresentado busca, além de uma síntese dos principais conceitos trabalhados ao longo deste capítulo, servir de ferramenta analítica para a compreensão da emergência e manutenção dos movimentos sociais em seus múltiplos espaços de atuação, procurando estabelecer uma relação entre o que se pode chamar de dinâmica interna e externa do MS.

A primeira parte do diagrama apresenta o clima sociopolítico precedente e, em certa medida, fomentador da emergência do MS na esfera pública. É ressaltada a importância das mudanças ocorridas na estrutura de oportunidades políticas que, em conjunto com o desenvolvimento de uma consciência política e a participação e atuação de um quadro militante em

organizações anteriores, mas não necessariamente relacionadas diretamente ao foco do MS que se constrói, oferecem os meios básicos para que atores políticos com pouca ou nenhuma possibilidade de poder político se insurjam e consigam apresentar reivindicações na esfera pública.

Estrutura de Oportunidades Políticas é entendida aqui, conforme a aceção de Tarrow (1994), como sendo o campo de possibilidades e limites oferecidos pelo sistema político para que ações coletivas e movimentos sociais irrompam na cena pública. Para esse autor, os momentos de crise política, a ausência de processos repressivos, ou o arrefecimento dos mesmos, e a participação de aliados externos ao movimento promovem esse clima para erupção de ações coletivas.

Porém, em referência ao modo como o racismo é perpetuado ao longo da história do Brasil, faz-se importante salientar que entre nós nunca houve de fato um sistema racial repressivo institucionalizado. O Estado brasileiro fomentou e absorveu o princípio hegemônico e universalista da miscigenação como forma *sui generis* de convivência harmônica e igualitária entre as raças que formaram a nação, em que o racismo fica obscurantizado pelo caráter de relações cordiais entre os indivíduos, da miscigenação e da não existência de conflitos abertos ou mesmo de políticas separatistas promovidas pelo governo tais como o *Jim Crow* nos Estados Unidos e o *Apartheid* na África do Sul.

Então, em termos de opressão operada pelo racismo, a sociedade brasileira construiu um sistema bastante sofisticado de manutenção das desigualdades sociais, pautado em um acordo de silêncio e na negação do racismo, reeditando cotidianamente entre nós o mito da democracia racial. Ao falarmos de Estrutura de Oportunidades Políticas no Brasil, no que concerne ao

impacto do racismo em nossa sociedade, precisamos relativizar o que Tarrow (1994) considera como sendo o arrefecimento dos mecanismos de controle estatal sobre a vida em sociedade, na medida em que, ainda que estruturante da sociedade brasileira, o racismo não é reconhecido no espaço público como uma questão fundamental, e os mecanismos de controle, exploração e manutenção das desigualdades raciais têm sido apenas recentemente colocados em xeque.

Diante disso, assumir que as mudanças no espaço da política institucional oferecem papel crucial para o surgimento dos movimentos sociais não significa afirmar que a existência destes está submetida única e exclusivamente aos momentos de crise vividos pelo sistema político. Pois, como afirma Melucci (1996), o movimento social não é um fato empírico, ou seja, ele não pode ser compreendido apenas pela sua face de protesto público, mas é, antes, um sistema de ação que congrega momentos de latência, em que negociações, conflitos e a identidade coletiva são gestados a partir de práticas políticas e culturais internas ao movimento; e momentos de visibilidade pública, em que os protestos, as formas de fazer política e de se influenciar a sociedade civil e o Estado materializam uma identidade coletiva construída e negociada nos momentos de latência.

Por **Consciência Política** entende-se, aqui, como a passagem do isolamento para um sentimento compartilhado de se vivenciar, coletivamente, os mesmos processos de opressão. Trata-se, como afirma Prado (2002), da mudança de um sistema de crenças na mobilidade social para um sistema de crenças na mudança social, em que o caráter opressivo das relações sociais é expresso na medida em que os atores sociais passam a historicizar suas

posições sociais, transformando-as em um campo de disputas políticas, com vistas a transformar as relações de opressão em princípios de justiça e solidariedade. A consciência política vai além de uma percepção meramente cognitiva de um impedimento, ou privação relativa, ela consiste em transpor as barreiras cognitivas para a dimensão social e histórica desse impedimento.

No tocante à consciência racial, Hanchar (2001) afirma que, em face da indeterminação da categoria negro, no Brasil a mobilização coletiva de afro-descendentes em torno do fenótipo é bastante precária, uma vez que as diferenciações raciais são peremptoriamente desestimuladas no país, apesar de, no cotidiano, as práticas de hierarquização e construção de desigualdades sociais serem completamente racializadas. Assim, a identificação, a consciência e a solidariedade raciais no Brasil são muito mais complexas e difusas que em outras sociedades multirraciais, como a norte-americana, por exemplo, que partilha uma divisão racial binária, negros de um lado, brancos de outro.

Ainda segundo Hanchar (2001), a consciência racial pode ser decomposta em três categorias de vinculação: as semelhanças fracas, as semelhanças fortes e uma combinação entre semelhanças fracas e fortes. A semelhança fraca constituiria uma dimensão apolítica, ou pré-política da consciência racial, em que os sujeitos têm uma percepção cognitiva ou subjetiva de uma origem comum ou de uma história compartilhada de opressão. Trata-se de uma vinculação racial mais afetiva que crítica ou estratégica. A semelhança forte “[...] significa a mobilização estratégica de sentimentos inicialmente experimentados no nível fraco. O que distingue a semelhança forte da fraca é a possibilidade de superar diferenças particulares,

numa coletividade social, para atingir objetivos políticos concretos, mesmo que temporários. As divergências políticas são temporariamente suprimidas e as cisões são desenfatuadas, em favor da unificação” (p. 102).

A semelhança forte é acionada em momentos históricos específicos, em que os atores sociais se consolidam em um NÓS que reage a um ELES. Nesse momento, para se protegerem, os grupos constroem coalizões e “esquecem” suas diferenças internas para lutarem contra um inimigo comum exterior. No entanto, esses momentos são específicos e passageiros.

Semelhanças fracas e fortes são usualmente combinadas pelos ativistas de movimentos sociais, pois o uso exclusivo de uma ou outra gera muitos complicadores para a manutenção da mobilização política. Assim, em situações explicitamente conflitantes, as semelhanças fortes superam as fracas e, em momentos de negociações e conflitos internos, as semelhanças fracas podem se sobrepor às fortes.

As **Redes Submersas** compreendem tanto as primeiras experiências de militância dos ativistas do MS quanto organizações pré-existentes ao MS e que constituem uma rede suportiva para o seu desenvolvimento. Pois, segundo Melucci (1996:115),

Os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontros, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem de ator coletivo politicamente organizado. [...] Antes de tudo, observa-se uma estrutura segmentada, reticular e multifacetada de ‘movimentos’. Trata-se de uma estrutura ‘submersa’, ou melhor, de latência; cada célula vive uma vida própria, completamente autônoma do resto do movimento, mesmo mantendo uma série de relações através da circulação de informações e de pessoas; estas relações se tornam explícitas somente em ocasião de mobilizações coletivas e de saídas em torno das quais a rede submersa ascende à superfície, para então mergulhar-se novamente no tecido cotidiano. A solidariedade tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica na vida cotidiana. Existe um inter-relacionamento crescente entre os problemas da identidade individual e da ação coletiva; a solidariedade do grupo não está separada da busca

peçoal e das necessidades afetivas e comunicacionais dos membros, na sua existência cotidiana.

No que diz respeito às mulheres negras, as primeiras experiências de militância se inserem em campos os mais diversos, como o sindicalismo, os partidos políticos, os movimentos revolucionários, os movimentos por habitação, de empregadas domésticas, estudantis, os grupos de bairros, movimentos religiosos, além, obviamente, dos movimentos negro e feminista. Essas experiências e as redes de solidariedade que elas estabelecem vão conformar não só o modo como o movimento social nascente se estrutura, como também quais serão seus apoiadores, onde e com quem se estabelecerão redes de solidariedade, que bandeiras de luta partilhará, entre outras questões relevantes.

As práticas cotidianas e os momentos de latência do movimento social são fundamentais para a sua identidade coletiva, para que novas bandeiras de luta sejam negociadas e expressas, em que os momentos de visibilidade pública são construídos, e em que a relação com apoiadores, com sociedade civil e com o Estado são gestados.

Os **Frames** de ação coletiva são os significados atribuídos pelos MS às suas ações e contemplam as visões divergentes e conflitivas sobre um mesmo tema, a organização de uma cultura interna ao próprio movimento, que é expressa na forma de suas atividades político-mobilizatórias, que se articulam a partir das categorias injustiça, identidade e agência, conforme definidos por Gamson (1992) e já apresentados anteriormente. A delimitação dos *frames* está, como assinala Goffman (1974), vinculada ao modo como a estrutura

social informa a ação dos sujeitos coletivos e às possibilidades que estes têm de interpretar e compreender tal estrutura.

A **Identidade Coletiva** é um processo de negociação em torno da constituição de um sentimento de NÓS, construído tanto pelo compartilhamento da mesma categorização social e pela elaboração de elementos passados (história, linguagem, religião) quanto pelo estabelecimento de um projeto coletivo de futuro para a sociedade como um todo a partir da perspectiva desse NÓS (MELUCCI, 1996, PRADO, 2002).

A noção de *frames* e identidade coletiva se encontra interligada na formatação do MS e no modo como este se organiza em termos de sua dinâmica interna e em como se relaciona externamente, tanto com outros movimentos sociais quanto com a sociedade civil e os sistemas políticos institucionais. Dessa forma, há muitas semelhanças e complementariedades entre esses dois conceitos que serão mais bem trabalhados quando da análise do Movimento de Mulheres Negras.

A segunda parte do diagrama apresentado trata da dinâmica externa do MS, sua relação com outros movimentos sociais, com apoiadores externos e com as instituições políticas tradicionais. Além disso, procura demonstrar como as conseqüências e resultados obtidos pelo movimento retroalimentam ou reconstituem suas formas de negociar a identidade coletiva, a participação de novos militantes e como também mudam as formas de organização das estruturas de oportunidades políticas e a rede de apoios do movimento.

Mais uma vez é importante ressaltar que, assim como assinala Melucci (1996), um Movimento Social não pode ser interpretado apenas por via de suas conseqüências observáveis, ou como propuseram os teóricos da Mobilização

de Recursos, por seu sucesso ou insucesso, pois as possibilidades de influência, de modificação de uma dada cultura política, de transformação das relações de cotidiano, não podem ser medidas pela capacidade que o movimento tem, ou não de, por exemplo, se institucionalizar. Grande parte do impacto de um movimento social na sociedade não pode ser descrita em termos de sucesso ou insucesso aparentes.

Assim, as categorias trabalhadas aqui pretendem ser compreensivas em relação às dificuldades inerentes de se estudarem os movimentos sociais como um sistema de ação e não como um mero fato empírico. Procuraremos não incorrer nos riscos de uma análise ingênua e descontextualizada, mas, ao contrário, contribuir para o enriquecimento de um campo de estudos sobre movimentos sociais, ao mesmo tempo em que, a partir da análise do Movimento de Mulheres Negras, pensar em como sujeitos sociais que são historicamente negados, ou invisibilizados, podem tomar a cena pública exigindo direitos de cidadania e contribuir para a democratização das relações sociais nos mais diversos âmbitos da vida em sociedade.

CAPÍTULO IV

FRONTEIRAS ENTRE RAÇA E GÊNERO: IDENTIDADE COLETIVA NO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

Cumé que a gente fica?

[...] Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente pra uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até pra sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu pra gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisas pro crioléu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava pra abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega pra cá, chega pra lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso.

Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso pra bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava mais para ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva, e com razão. Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa pra gente da gente? Teve uma hora que não deu pra agüentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu pra cima de um crioulo que tinha pegado no microfone pra falar contra os brancos. E a festa acabou em briga... (Lélia Gonzalez – *Racismo e sexismo na cultura brasileira*).

O trecho citado, retirado de um texto apresentado por Lélia Gonzalez, em 1980, no IV Encontro Anual da ANPOCS, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, retrata os grandes dilemas vividos

pelas militantes negras da década de 70: como romper com esse processo histórico de identificação do oprimido com seu opressor? Como se construir como sujeito político de direitos em uma sociedade marcada pelo mito da democracia racial? E mais, quais os impactos da articulação entre sexismo e racismo para as mulheres negras?

Procurando responder a essas questões, militantes negras vêm, pelo menos desde a década de 70, tornando visível a necessidade de se pensar a mulher negra como um sujeito pleno que carrega consigo uma identidade coletiva marcada por relações próprias de opressão ocasionadas pelo racismo, sexismo e, na grande maioria das vezes, pela pobreza. A dificuldade que a sociedade brasileira tem em reconhecer as especificidades dessa identidade e o lugar privilegiado que mulheres e homens brancos ocupam na hierarquia social é uma marca ainda inscrita no seio do movimento de mulheres. Nesse sentido, Azerêdo (1994) ressalta que o Movimento Feminista brasileiro, ao se apropriar de produções feministas norte-americanas, o fez de maneira parcial, recusando-se a definir o racismo como categoria fundamental para se entenderem as relações intra e intergênero. Desse modo, as produções teóricas das feministas brasileiras refletem as preocupações de mulheres brancas de classe média, não dando voz nem vez às mulheres negras. Ainda para a mesma autora, a parcialidade das mulheres brancas, quando imposta para a maioria das mulheres constitui-se num grande problema, na medida em que, além de criar um discurso totalizante, não promove condições de articulação entre as diferentes parcialidades (AZERÊDO, 1994).

O movimento negro, em certa medida espelhado pelo machismo da sociedade brasileira, também encontra dificuldades em reconhecer as

mulheres negras em suas especificidades. Nesse sentido, o racismo, ainda que central na análise dos processos de opressão a que são submetidos homens e mulheres negros, não os afeta de modo completamente semelhante, pois as mulheres negras, devido a sua condição de gênero, experienciam o racismo alimentado pelo sexismo e vice-versa.

Diante disso as mulheres negras militantes se empenharam em demonstrar como é impossível pensar políticas de inclusão de mulheres e negros sem se contemplarem gênero e raça como categorias indissociáveis. A esse respeito, o depoimento de Sueli Carneiro, do Geledés, é exemplar:

“Como é que asseguro que políticas de promoção de igualdade atinjam a população negra sem me referir à raça [...] por que as mulheres negras chegaram à conclusão de que têm de se organizar politicamente para enfrentar a tríplice discriminação que sofrem na condição de mulheres, pobres e negras? A história vem demonstrando o seguinte: o movimento feminista nasce, cresce, se desenvolve, as mulheres se organizam, reivindicam e conquistam direitos. A sociedade se abre para a questão e começa a reconhecer a desigualdade entre gêneros; políticas começam a ser desenvolvidas. Se não introduzo nessa história a variável raça o que acontece? Todas essas conquistas, que são conquistas coletivas de mulheres brancas e negras, resultam no privilegiamento das mulheres brancas, ampliando as desigualdades que existem entre mulheres negras e brancas no país. Isso já aconteceu aqui, a comparação do censo de 1980 como o de 1991 demonstra isso. Houve uma diversificação absoluta na participação das mulheres no mercado de trabalho, elas começam a entrar em carreiras tradicionalmente masculinas. Maravilha! Agora, divida isso por cor e veremos que as negras continuam confinadas no emprego doméstico. Vamos agora para o movimento negro, os negros lutam, reivindicam, etc. Está bom. Mas se não introduzo a variável de gênero nessa luta, quem é privilegiado? O homem negro. Ou seja, como mulher negra trabalho essas variáveis de raça, gênero e classe articuladas o tempo todo, porque essa sociedade não me dá nenhuma garantia de que, se aumentar o bolo, vai sobrar um pedaço pra mim”.¹⁰

Procuraremos, ao longo deste capítulo analisar, a partir do referencial teórico discutido nos capítulos precedentes, como o Movimento de Mulheres Negras tem conseguido se inserir na cena pública brasileira, e responder a

¹⁰ Entrevista à revista *Caros Amigos*, fev. 2000.

questões, tais como: quais foram as mudanças nas estruturas de oportunidades políticas que contribuíram para a emergência desse sujeito coletivo? Quais organizações e redes de solidariedade permitiram a eclosão e a manutenção do movimento? Como o MMN se relaciona com as instituições políticas e com a sociedade civil? Como tem sido construída e transformada a identidade coletiva desse sujeito coletivo? E quais são os avanços, conquistas e conflitos vividos pelo Movimento?

IV.1 – Estrutura de oportunidades políticas

O Brasil produziu, a partir de finais do século XIX, um amalgamento particular de teorias racialistas européias, porém destituindo-as de dois de seus principais argumentos, o de que as desigualdades raciais eram dados naturais e geográficos e o de que a mistura de raças levaria à degenerescência da nação. Nesse sentido, a excepcionalidade do nacionalismo brasileiro residiria no fato de sermos uma sociedade formada a partir da união de três raças distintas (brancos, índios e negros) convivendo harmonicamente e não experimentando discriminações raciais. Havia a idéia de que o sangue do branco purificaria o sangue do negro e, assim, justificaria o fato de um país mestiço ser também um país civilizado.

Entre 1930 e 1970 essa idéia de excepcionalidade das relações raciais brasileiras foi se configurando no que Hanchard (2001) considera como sendo a hegemonia racial brasileira, em que os grupos hegemônicos constroem seu poder a partir de um processo que é tanto coercitivo quanto consentido pelos dominados. Desse modo a hegemonia racial não é mantida exclusivamente

pela força ou pela repressão, ela também é produto de negociações que possibilitem sua preservação ao longo do tempo. Segundo o autor,

O que distingue o Brasil de qualquer outra sociedade pluralista do Novo Mundo é que nenhuma outra nação encontrou uma ‘solução’ tão sofisticada para o ‘problema’ do pluralismo racial e cultural. A democracia racial e sua concomitante ideologia racista do embranquecimento foram ‘resultado da luta da elite para conciliar as relações sociais reais no Brasil – a falta de uma clara linha demarcatória entre brancos e não brancos – com as doutrinas do racismo científico que penetraram no país, provenientes do exterior’, e tiveram grande influência no curso da história brasileira, das relações raciais e da identidade nacional (2001:25).

Durante o período militar, o mito da democracia racial foi levado ao seu paroxismo, passando a se constituir em um dogma sobre o nacionalismo brasileiro. Mas, ao mesmo tempo, o impacto dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos, o movimento da Negritude na França e as lutas pela independência em países africanos foram fundamentais para a rearticulação de movimentos por reivindicações de direitos de cidadania para negras e negros brasileiros.

Mas a década de 70 também representa a luta pela redemocratização do país, com a queda do Ato Institucional nº 5 e a lei da anistia. Nesse contexto há o recrudescimento de movimentos sociais urbanos e das chamadas “minorias” procurando romper as hierarquias sociais, a tradição de mandonismo e clientelismo da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que exigiam direitos de cidadania concomitantes a satisfação de carecimentos estruturais e materiais de grande parcela da população.

Segundo Doimo (1995), a partir de meados de 1975 toda uma discussão ligada à valorização da cidadania civil e das práticas cotidianas e ao fim das fronteiras entre esfera privada e esfera pública que, uma década antes, havia sido gestada na Europa e nos Estados Unidos tornou-se fundamental para

movimentos que, rejeitando vigorosamente qualquer forma de racionalidade organizativa, sobretudo os partidos políticos, tiveram presença nos mais diversos lugares do país, e

Aos olhos de quem havia se acostumado a pensar a relevância dos conflitos sociais pelo ângulo da tradicional luta de classes, imediatamente referida às relações de apropriação do trabalho pelo capital, começou a parecer estranho que, de repente, se fizesse da *comunidade*, naturalmente situada nas relações de reprodução da existência (consumo), o mais novo e virtual *locus* de conflitos voltados à transformação social (DOIMO, 1995:88. Grifo no original).

Uma das principais críticas trazidas por esses *novos atores* está exatamente vinculada à distância entre a “neutralidade” do Estado e as leis que advogam por um tratamento igualitário de um lado e, por outro, a persistência de padrões de desigualdade e exclusão social que mantêm a maior parte da população em condições de quase-miséria e expropriada de direitos elementares de cidadania.

Buscando tornarem-se *sujeitos de sua própria história*, esses “novos” movimentos sociais, a partir de uma complexa interação entre determinados segmentos da Igreja Católica, da intelectualidade acadêmica e da chamada nova esquerda, recuperaram a capacidade mobilizatória de parcela significativa da população e promoveram a constituição de comunidades reivindicatórias as mais diversas no espaço urbano brasileiro (Ibidem).

De grande importância para o Movimento Negro foram os novos estudos sociológicos, sobretudo os de Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva, que começam a descortinar as imbricadas relações entre desigualdades sociais e desigualdades raciais. Anteriormente a esses estudos, tanto intelectuais quanto a elite brasileira ora partilhavam o princípio da inexistência do racismo entre nós, ora subjugavam a capacidade do racismo como fator explicativo das

desigualdades sociais, acenando sempre com a categoria classe social como uma espécie de panacéia para a resolução de todas as desigualdades. E mesmo autores que, como Florestan Fernandes, articularam o racismo à permanência das desigualdades sociais, foram por demais otimistas em relação à ascensão social dos negros a partir de sua entrada como produtores, reprodutores e consumidores no sistema capitalista.

Ao exporem a falácia do mito da democracia racial, esses novos estudos sociológicos deixam claro que não é possível, a partir do recorte de classe social, explicar as quase intransponíveis distâncias sociais entre brancos e negros no mercado de trabalho, na educação, no acesso à saúde e em relação às expectativas de vida ao nascer, só para ficar em alguns poucos exemplos.

Assim, para o Movimento Negro o ataque ao mito da democracia racial foi uma prática política central, pois como afirma Joel Rufino dos Santos (1985: 298),

[...] foi o colapso do mito da democracia racial que permitiu avançar o movimento negro, nos anos setenta. Ele não abriria caminho sozinho, pela exclusiva pertinácia de suas lideranças; mas pela conjugação destas a condições históricas favoráveis, que liquidaram em bloco o pacto ideológico que conformava a noção anterior de Brasil.

Ainda que o mote central do Movimento Negro entre a década de 70 e o início da década de 90 tenha sido o ataque ao mito da democracia racial, Guimarães (2002) afirma que a manutenção desse movimento ainda hoje é devido à pluralidade de reivindicações com que esse sujeito político emerge, impedindo sua completa cooptação pelo Estado como ocorreu com as experiências anteriores da Frente Negra e do Teatro Experimental do Negro. Assim, o Movimento Negro é marcado por reivindicações que aliam políticas de

reconhecimento (das diferenças culturais e étnicas), políticas de identidade (voto negro, racismo), políticas de cidadania (combate à discriminação racial e afirmação de direitos civis) e políticas redistributivas (ação afirmativa ou medidas compensatórias).

Essa pluralidade pode ser percebida na carta aberta à população brasileira, lida em 7 de julho de 1978 no primeiro ato público do MNU nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo:

Hoje estamos na rua, numa campanha de denúncia! Uma campanha contra a discriminação racial, contra a repressão policial, o subemprego e a marginalização. Estamos na rua para denunciar a qualidade extremamente precária da vida da Comunidade Negra [...] O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial foi criado como um instrumento de luta da Comunidade Negra. Esse movimento deverá ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todos os atos de discriminação racial, a organização constante da Comunidade para enfrentar qualquer tipo de racismo [...] Por essa razão, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL nos bairros, nas cidades, nas prisões, nos terreiros de candomblé, em nossos terreiros de umbanda, no trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todos os lugares onde as pessoas negras vivem: CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e a organização da comunidade negra [...]. Convidamos os setores democráticos da sociedade que nos apóiam a criarem as condições necessárias para uma efetiva democracia racial (MNU, 1988: 18).

As reivindicações do MNU estabelecem o que Guimarães (2002) considera como sendo três movimentos em um, ou seja, une a luta contra a discriminação racial, a luta pelos direitos culturais dos afro-brasileiros e a luta pela redefinição do modo como negros são tratados pela sociedade. E acenam para uma *efetiva democracia racial* não mais como mito, mas como projeto político de uma sociedade multirracial e de respeito e reconhecimento a diferentes coletividades.

Ainda nesse primeiro momento de redemocratização do país, alguns militantes negros também iniciam sua participação nos partidos políticos que

começaram a se reorganizar, havendo núcleos de negros no PMDB e no PDT, além de participarem da fundação do PT. Em 1982, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com a chegada da oposição de esquerda ao poder, algumas reivindicações de militantes negros no campo da cultura, da legislação e da relação do poder executivo com a população afro-descendente são incorporadas.

Nesse contexto, para as mulheres negras a questão central também era a opressão racial e a luta contra o mito da democracia racial e, inseridas no Movimento Feminista ou no Movimento Negro, ainda não haviam formulado de maneira clara as articulações entre racismo e sexismo.

Edna: Né?! Então o racismo era a questão é... sentida com mais força. Pela maioria das militantes negras, né?! É... a postura freqüentemente era de denúncia às mulheres brancas, né, porque "nós somos as empregadas domésticas que ficamos em casa cuidando dos filhos de vocês enquanto vocês podem ir fazer militância feminista, tá tá tá, tá tá tá". Era um pouco esse o clima é... da... da discussão, né?! E até que ah.... um número significativo de mulheres negras, o próprio Coletivo, muitas das integrantes do Coletivo ah de Mulheres Negras de São Paulo tinham o discurso mais com esse teor.

Pesquisador: Mais com o teor racial do que o de gênero.

Edna: Mais com conteúdo racial do que com conteúdo de gênero, né?!

A centralidade na questão racial em detrimento das desigualdades de gênero nos auxilia a compreender por que foram mais explícitas as rupturas políticas das mulheres negras com o movimento feminista do que com o movimento negro. Em relação às mulheres brancas o foco de luta estava no valor dado aos sistemas de explicação das desigualdades sociais entre homens e mulheres, prevalecendo para as mulheres brancas a centralidade no patriarcado como sendo a principal forma de opressão a que estão submetidas as mulheres e, para as mulheres negras, o racismo ia mais a fundo no entendimento da posição subalterna que estas ocupavam, e ocupam ainda

hoje, na sociedade brasileira. Já em relação ao movimento negro a disputa política esteve centrada nos espaços de poder que homens e mulheres tinham dentro das organizações negras.

Luiza: Agora o que é interessante notar é que eu acho que tem algumas coisas assim que eu acho que são emblemáticas: num primeiro momento as mulheres negras todas se consideravam parte do Movimento Negro, né? E eram muitos casos, grupos como o GM (grupo de mulheres do MNU da Bahia) aqui, eram grupos de mulheres dentro de uma entidade mista, e era um pouco de como as coisas se davam na época. Na medida em que começamos a ter uma interlocução com o movimento feminista branco, havia, por parte das feministas brancas, uma incompreensão muito grande sobre a forma como as mulheres negras colocavam as suas questões. Quer dizer, olhando num retrospecto eu vejo que, por exemplo, pras feministas (brancas) essa discussão do patriarcado como um sistema que orienta essa construção da superioridade do homem sobre a mulher era uma coisa muito importante. As mulheres negras nunca absorveram essa análise do patriarcado como sendo “a análise”, né? Então pras mulheres negras na verdade, embora se estivesse discutindo a questão da mulher, o ponto de partida sempre foi o racismo mesmo, né? E como seu sistema de opressão me parece que dá conta de uma gama muito maior de situações do que o patriarcado em si, quer dizer, não se tratava pra nós naquela época de apenas analisar essa questão de como se dava essa questão de como se dava a opressão do homem sobre a mulher, até porque a gente entendia que o homem negro também era desempoderado no interior da sociedade. Então na verdade, essa coisa do machismo do homem negro não era exatamente igual ao machismo do homem branco, na medida em que era um machismo subalterno, por subalternizado pelo racismo do homem branco. Então essas diferenças todas pesavam muito, né? Uma outra coisa que tinha um peso muito grande na época nas nossas diferenças com o movimento feminista eram as questões relativas à mulher negra, né? Da empregada/trabalhadora doméstica, na época o termo era empregada doméstica mesmo. É... porque, e era inclusive o ponto que a gente utilizava como provocação mesmo, né? às mulheres brancas e o quanto a libertação delas, na verdade dependia da opressão das mulheres negras que passariam, então, a ocupar no espaço doméstico aquelas tarefas que elas, mulheres libertadas da opressão do trabalho doméstico, etc., etc. então isso era o tempo todo uma fricção muito grande, esse tipo de coisa.

A partir das entrevistas e dos dados sobre esse período, pudemos observar como, para as mulheres negras militantes, num primeiro momento há a constituição de um espaço político de antagonização social em relação às mulheres brancas mais que em relação aos homens negros. Os *frames* que

informam mulheres brancas e negras acentuam a necessidade destas em buscarem se solidarizar mais com seus companheiros homens, com os quais compartilham experiências semelhantes de opressão e uma identidade coletiva comum baseada no impacto do racismo em suas vidas. Ou seja, a partir das falas das entrevistadas é possível ressaltar a identidade coletiva como esse processo de construção de práticas coletivas que criam um conjunto de significações interpretativas da estrutura e da hierarquia societal. Além de, nesse processo dinâmico, instaurar relações que dão formas e criam o sentimento de pertencas grupais e o compartilhamento de crenças e valores sociais responsáveis pela criação de uma unidade grupal que se sustenta sobre a dinâmica da negociação, da comparação entre grupos e categorias sociais, através das relações de reciprocidades e de reconhecimento.

IV.2 – Redes submersas e primeiras articulações entre gênero e raça

O diálogo entre as mulheres negras e o movimento feminista na década de 70 e início dos anos 80 se mostrava emperrado e com muitas dificuldades de consenso por conta de suas interpretações divergentes em relação ao patriarcado e ao racismo, impedindo a articulação de perspectivas que sintetizassem, naquele momento, as lutas de ambos os movimentos, sendo que o movimento feminista era qualificado pelas mulheres negras como universalista, ao pensar a mulher no singular; e invisibilizador, ao esquecer as especificidades das mulheres negras:

No que diz respeito aos primeiros grupos organizados de mulheres negras, durante esse período, eles surgem no interior do Movimento

Negro. E isto, em parte, se explica pelo fato de que os setores médios da população negra que conseguiram entrar no processo competitivo do mercado de trabalho no setor das ocupações não-manuais, são aqueles mais expostos às práticas discriminatórias. Assim sendo, é no Movimento Negro que se encontra o espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo e suas práticas e de articulações com a exploração de classe. Por outro lado, o Movimento Feminista ou de Mulheres, que tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, geralmente 'se esquece' da questão racial [...]. E esse tipo de ato falho, a nosso ver, tem raízes históricas e culturais profundas (GONZALEZ, 1984).

As mulheres negras, segundo essa autora, já haviam começado a pensar sua posição específica na sociedade brasileira mesmo antes da emergência do Movimento de Mulheres em meados dos anos 70. Foi a partir das diversas organizações culturais, políticas e/ou vinculadas à academia que elas começaram a discutir o modo como o racismo as afeta de maneira distinta que aos homens negros, mas procurando manter com estes um princípio de solidariedade baseado na experiência de uma história de opressão comum.

Gonzalez considera como históricos para as mulheres negras e para a constituição do Movimento Negro os encontros para discussão do racismo e o processo de exclusão dos negros do mercado de trabalho patrocinados pelo CEAA (Centro de Estudos Afro-Asiáticos) da Universidade Cândido Mendes, e organizados pela militante negra e historiadora Beatriz Nascimento, a partir de 1973. Desses encontros nasceram em 1975 e 1976, no Rio de Janeiro, o IPCN (Instituto de Pesquisa das Culturas Negras) e a SINBA (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África). Em outros lugares do país também emergiam diversas organizações negras nas quais as mulheres negras tiveram papel fundamental. No Rio Grande do Sul havia o Grupo Palmares, que foi o responsável por propor a data de 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos

Palmares, como dia nacional da consciência negra. Em São Paulo surgem organizações que pensavam a constituição de um Movimento Negro com projeção nacional, com destaque para o Grupo Evolução, criado em Campinas, em 1971 por Thereza Santos e Eduardo Oliveira e Oliveira; o CECAN, Centro de Cultura e Arte Negra, de 1975; e a Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira (ACACAB), fundada em 1977. Em Salvador é criado, em 1974, o bloco afro Ilê Ayê, que fomentou todo um clima para afirmação do Movimento Negro na Bahia, e o Grupo NEGO – Estudos Sobre a Problemática do Negro Brasileiro, de onde saiu o quadro inicial de militantes do MNU da Bahia (GONZALEZ, 1984, BAIRROS, 2000, HANCHARD, 2001, GUIMARÃES, 2002).

Além de organizações propriamente vinculadas às questões raciais, as mulheres negras também foram participantes fundamentais de outros grupos, como o Movimento de Favelas do Rio de Janeiro, os Movimentos de Trabalhadoras Domésticas, em Belo Horizonte e em Salvador, as Associações Comunitárias, as Comunidades Religiosas Afro-brasileiras, o Movimento Estudantil e as Organizações Clandestinas de Esquerda.

Associadas a essas primeiras organizações foram criados diversos grupos de mulheres negras que, de um modo ou de outro, foram absorvidos pelo Movimento Negro, na medida em que as militantes negras não se distanciaram da agenda do MN, fazendo uma dupla militância, em que procuravam trazer para o conjunto do movimento negro as discussões sobre a opressão específica da mulher negra: “Eu acho que nós somos muito mais um movimento negro, nós estamos em cima duma causa maior, pra nessa causa maior buscar os direitos das mulheres, o movimento feminista” (**Ana Maria**).

No interior do Movimento Negro Unificado foram constituídos núcleos de mulheres negras e, em 1982, durante o 3º Congresso do MNU, ocorrido em Belo Horizonte, elas apresentaram o documento SEXISMO E RACISMO em que discutem a situação das mulheres e dos homossexuais negros, propondo ao MNU que tome como suas as lutas específicas desses segmentos da população negra.

A condição de dominado sexual e/ou racial não pode ser explicada limitando-se apenas à análise da situação de classe. Muito embora a situação de dominação e discriminação de mulheres e homossexuais se inscreva na estrutura econômica, a razão básica está no papel cumprido por cada um na estrutura familiar. Temos observado que os condicionamentos inculcados nesses dois grupos os levam muitas vezes a interiorizar a condição de subordinação e a transmitir a sujeição como coisa natural. Para o caso do homem negro, a absorção dos preconceitos que a ideologia dominante impõe sobre a mulher e o homossexual faz com que, na prática, ele reproduza seu papel de superior, *heterossexual e normal*, ainda que politicamente *procure* se conduzir como progressista ou revolucionário e apóie a luta das mulheres e homossexuais em seu discurso teórico.

A busca pela recuperação das identidades mutiladas e sufocadas bem como a tomada de consciência e o questionamento prático dessas ideologias de dominação impõem-se como uma das primeiras tarefas internas para o conjunto de militantes do MNU (MNU, 1988:28-29. Grifos no original).

O excerto do documento apresentado é bem explícito ao afirmar que a luta do movimento negro deve ser baseada em problemas concretos da população negra e que, para além do discurso de apoio, as questões de gênero devem ser tomadas como um projeto político e uma práxis para todos(as) militantes do MNU. Ainda nesse sentido o documento apresenta duas recomendações que reproduzimos a seguir:

1º - Reconhecemos que a luta das mulheres e dos homossexuais negros por seus direitos é uma aliada poderosa do conjunto dos oprimidos em sua luta para dismantelar o sistema capitalista na medida em que impulsionar o movimento reivindicativo da raça negra e *ao mesmo tempo* conscientizar politicamente os seus setores mais combativos. Sem a mobilização consciente da massa de mulheres e

homossexuais negros por sua própria libertação, a classe oprimida como um todo não concretizará sua emancipação; e sem a revolução social, não conseguirão mulheres ou homossexuais afirmarem seus direitos.

2º - Reconhecemos que a luta desses grupos deve expressar as suas necessidades mais importantes, em especial, de suas camadas mais exploradas e oprimidas, como um meio indispensável de politização e educação da comunidade negra. Ressaltamos que nossa meta nessa luta não deve se limitar a dar ao MNU essa perspectiva, mas conseguir que o conjunto dos oprimidos reconheça e abrace tais questões, através de nossa identidade com outros setores empenhados na luta contra todas as opressões (MNU, 1988:31).

Ou seja, o apelo à especificidade das questões da mulher e do homossexual, antes de ser um apelo particularista, acena com a universalidade das lutas contra a opressão e, assim, a supressão das desigualdades e discriminações exige um esforço que é tanto interno ao movimento, pois seus militantes precisam se conscientizar de que o *específico* é fundamental para a luta *geral* quanto externo, ao propor que essa luta atinja outros setores da sociedade e que se alia a uma perspectiva de transformação da ordem estrutural em que se assenta tal sociedade.

IV.2.1 – Gênero e raça como legitimação pública de um espaço de disputa política

Em torno dessa luta por “enegrecer” o feminismo e “sexualizar” as pautas políticas do movimento negro, as mulheres iniciam, ainda sem se constituírem como um movimento autônomo, um processo de articulação das categorias gênero e raça como forma de construir legitimidade pública às suas reivindicações.

Esse processo articulatório promove o reconhecimento do caráter opressivo das subordinações sociais a que estão submetidas enquanto mulheres negras e, dessa forma, passam a buscar a diferenciação identitária como uma lógica de subversão das relações de subordinação, reconhecendo-as como plasmadas por antagonismos sociais (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Tais articulações são o que podemos considerar como os primeiros *frames* de ação coletiva estabelecidos pelas mulheres negras e promovem o reconhecimento do caráter político das posições sociais diferenciadas que têm em relação às mulheres brancas e aos homens negros, delimitando assim as primeiras fronteiras políticas através das relações intergrupais e dos vínculos de reciprocidade.

Sua interpretação sobre as estruturas de dominação da sociedade brasileira diferia amplamente da interpretação hegemônica do movimento de mulheres e, em certa medida, também divergia do princípio que norteava os movimentos negros da época de se pensar raça como categoria geral e unificadora e as demais formas de opressão como subprodutos das desigualdades raciais.

Nesse processo de informar a raça pela perspectiva de gênero e o gênero pela perspectiva racial, a militante negra Lélia Gonzalez é apresentada como figura fundamental por praticamente todas as militantes negras entrevistadas para esta pesquisa. Ela era mineira de Belo Horizonte, mas construiu sua militância no Rio de Janeiro, cidade em que foi residir com a família ainda criança. Nessa cidade ela se formou em História e Filosofia pela UERJ no final de 1950, iniciando sua militância ainda de maneira incipiente

com reuniões em sua residência para discutir filosofia e tomando a questão racial como uma curiosidade intelectual mais que política.

No início da década de 70 Lélia Gonzalez participa das reuniões de ativistas negros que, posteriormente, deram origem ao IPCN (Instituto de Pesquisa das Culturas Negras). Nessas reuniões eram analisados o processo histórico de subordinação dos negros, o impacto da ditadura militar sobre sua capacidade de organização política e a atuação de negros em outros países (BARRETO, 2005; BAIROS, 2000).

Entre 1976 e 1978 Lélia ministra cursos de Cultura Negra no Brasil na Escola de Artes Visuais, no Parque Lage, e passa a integrar o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo. Participa ativamente da fundação do MNU em 1978, sendo membro da Comissão Executiva Nacional do MNU até 1982.

De acordo com Bairos (2000:2),

Na época não havia ninguém com a capacidade dela de pulverizar os argumentos racistas nos debates de que participávamos, de defender a legitimidade e a necessidade do movimento negro quando todos os setores auto-intitulados progressistas nos acusavam de divisionistas da luta popular. Quando a maioria das militantes do MNU ainda não tinha uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia que servia como nossa porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU, e o racismo que impedia nossa inserção plena no movimento de mulheres. Mas através de muitas e longas conversas e dos textos dela, aprendemos como incorporar um certo modo de ser feminista às nossas vidas e à nossa militância, articulamos nossos próprios interesses e criamos condições para valorizar a ação política das mulheres negras.

Lélia Gonzalez levou suas discussões e articulações sobre racismo e sexismo para os campos acadêmico, político e cultural. Seus artigos foram utilizados como instrumentos de formação para as militantes do movimento negro e também se constituem em importantes teorizações sobre as

especificidades da mulher negra na sociedade brasileira.¹¹ Em 1978 participou, em Salvador, do evento *Noventa Anos de Abolição: uma Reflexão Crítica*, realizado pela Prefeitura Municipal da cidade. A visita de Lélia e o curso por ela ministrado foram fundamentais para a consolidação do Movimento Negro na Bahia, sendo que os participantes do Grupo NEGO acabaram por formar o MNU-Bahia (BAIRROS, 2000).

Vejamos o impacto, para as militantes entrevistadas, das questões levantadas por Lélia Gonzalez:

Pesquisador: Como é que é esse histórico da formação do movimento de mulheres negras, o seu histórico de participação?

Nilza: Então, a... Ele tem a ver com o feminismo, ele tem a ver com esses dois movimentos, por quê? Porque a gente sabia, a gente que eu falo é, são várias mulheres negras. A.... Já tinham duas, já tinham surgido duas organizações de mulheres negras. Uma era a... bom, deu um branco, duas do Rio de Janeiro, uma era o N'zinga//

Pesquisador: N'zinga, o Coletivo de Mulheres Negras...?

Nilza: Do...

Pesquisador: Do Rio.

Nilza: Do Rio. É a primeira. Onde tá Lélia Gonzalez. E que vem falando dessa coisa, o que é um feminismo negro, e que vem questionando o próprio feminismo. E eu, atenta, né, já lendo esses textos, tal. A... Então, eu vou conhecendo pessoas que têm as mesmas inquietações, mas e aí o que que a gente começa a fazer? A gente busca se organizar, nós mulheres negras que/ éramos mais feministas ou mais envolvidas com essa questão da mulher, dentro do/ dentro do movimento feminista, dentro dos encontros feministas, então, todo encontro feminista tinha lá: bom, agora, às dezesseis horas, reunião das mulheres negras, a gente sempre tinha um espaço.

Ângela: Em 1980. Em 1980, eu conheci, nas palestras que vinham à escola, Lélia Gonzalez veio dar uma palestra na escola e era impressionante, né? A fala da Lélia era a fala do coração, né? Do coração, da revolução, enfim. Então era um marco pra gente muito importante. Em Viçosa começa a ter um núcleo do/ Movimento Negro. Em 79 quando foi criado o Movimento Negro Unificado em São Paulo, na verdade em 79 é quando tem o primeiro congresso do MNU, que era MNUCDR, Movimento Negro Contra Discriminação Racial em 78, né? Em 79 ocorre o primeiro congresso e desse primeiro congresso participam uma das/ militantes que tava em Viçosa, e resolveu formar um núcleo, mesmo que ainda desvinculado, Belo Horizonte ainda

¹¹ Para uma melhor compreensão da importância de Lélia Gonzalez para o Movimento Negro, e a riqueza de seu pensamento sugiro a leitura dos seguintes trabalhos: BAIRROS (2000) e BARRETO (2005).

começando a formar o MNU, e desse núcleo, quando eu entro em 80 já tinham militantes, já tinha um MNU em Viçosa.

Pesquisador: Em 80?

Ângela: Em 80, e além do MNU tinha o Movimento Feminista que tava começando, um núcleo de mulheres, de estudos, GT's sobre um grupo de mulheres que era do DA, eu fazia parte do Diretório Acadêmico, fazia parte do MNU, fazia parte do movimento ecológico, acho que era um buxixo grande que tinha por ali.

Pesquisador: você tava falando da ditadura que tava terminando e tal

...

Ângela: E aí eu com 19 anos tava na coordenação nacional do MNU. Com um monte de gente que eu nem entendia o que eles falavam, por que eu era, eu vinha da engenharia, do segundo ano de engenharia, com nenhuma leitura social, eu na verdade tinha aula a cada encontro, porque ali tava Lélia Gonzalez, Reginaldo Garcia que volta agora de novo, O Milton/ Barbosa, então, hum, tem uma/ série de/dos intelectuais que construíram o movimento que tava na Nacional, então a Nacional era meio uma aula, assim, era ouvir e ficar calada, né? Mas no MNU também era uma...

Pesquisador: Nacional era um encontro

Ângela: Não, a nacional, porque o MNU já estava organizado em, naquela época tinha cinco estados. Rio, São Paulo, Bahia, Minas, é....Pernambuco, acho que também já tava organizado, Rio Grande do Sul...É, Rio Grande do Sul, porque Goiás e Mato Grosso ainda pouco. Então, ele já era organizado com estatuto e como uma organização nacional. Com um programa de ação, um programa de ação que era um verdadeiro programa de um partido político de tão grande que ele era. E bom, naquele momento não tinha nenhum núcleo do/de mulheres dentro do MNU, o que tinha acho que era a Lélia Gonzalez levantando a questão do feminismo branco como que ele massacrava as mulheres negras e ao mesmo tempo, o machismo que as mulheres negras eram vítimas. Então, tinha um núcleo, onde se pensava o Movimento de Mulheres Negras ali, não. É, mas o que ocorre em 82, um primeiro encontro. Daqui a gente tira que era interessante ter um encontro de mulheres negras, né.

Ainda sem a construção de um movimento autônomo, as mulheres negras iniciam um processo de “dupla militância”, ocupando espaços tanto no movimento feminista quanto no movimento negro. No entanto, as articulações entre gênero e raça são, nesse momento, apresentadas como sendo praticamente uma somatória de opressões. Muitos textos teóricos e militantes trazem a noção de tripla discriminação, afirmando que por serem mulheres, negras e pobres o processo de exclusão a que estariam submetidas era superior ao dos homens negros e das mulheres e homens brancos.

Luiza: Porque no início, era assim mesmo que a gente analisava. Era assim: a mulher negra é discriminada três vezes, porque é negra, porque é mulher e porque é pobre. Era uma soma de discriminações que a gente fazia. E isso era quase que como uma afirmação de que a mulher negra sendo a mais discriminada de todas as mulheres, porque ela somava todas essas condições. Então no início era isso, era esse o discurso que a gente tinha, era desta forma que era colocado e era desta forma, inclusive, que a gente irritava muito as feministas, entendeu? De dizer “porra! Ainda vêm essas mulheres pra cá dizer que são mais discriminadas que nós!” não sei o quê!... com o passar do tempo essas formas de análise foram sendo reelaboradas, etc., até se chegar a uma primeira aproximação do que hoje se chama de interseccionalidade, né?

Nesse processo de dupla militância foram sendo organizados os primeiros grupos de mulheres negras vinculados, direta ou indiretamente, ao movimento negro e ao movimento feminista. Por poderem participar de ambos os movimentos, tais mulheres construíram grupos que representam formas híbridas de organização, contendo características próximas às de organizações feministas, com sua perspectiva de horizontalidade e mantendo em relação às organizações negras a centralidade da discussão do racismo. A carta de princípios do N’zinga, Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, é exemplar a esse respeito:

Somos um *Coletivo*: não aceitamos que a arbitrariedade de uma hierarquia autoritária determine nossas decisões, mas que elas sejam o resultado de discussões democráticas. Somos um Coletivo de *Mulheres* porque lutamos contra todas as formas de violência, ou seja, lutamos contra o sexismo e a discriminação sexual. Somos um Coletivo de *Mulheres Negras*: além do sexismo, lutamos contra o racismo e a discriminação racial que fazem de nós o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira. Nosso objetivo é trabalhar com as mulheres negras de baixa renda (mais de 80% das mulheres negras), que vivem principalmente nas favelas e nos bairros de periferia. E por quê? Porque são discriminadas pelo fato de serem *mulheres, negras e pobres* (GONZALEZ, 1984:11-12. Grifos no original).

Para Carneiro (2003), a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista nacional revelando a insuficiência prático-teórica e política do feminismo para integrar as diferentes expressões de sociedades multirraciais e pluriculturais é o que se pode entender como o princípio de “enegrecer o feminismo”. A questão de gênero das mulheres negras e indígenas possui demandas que não podem ser tratadas exclusivamente pela categoria gênero se não levarem em conta suas especificidades. Por isso, o combate ao racismo é prioritário para as mulheres negras, na medida em que o racismo produziu gêneros inferiorizados no tocante a homens, e às mulheres negras em relação à mulher branca.

Foi justamente reclamando a ausência do debate racial no interior das práticas políticas feministas que as mulheres negras conseguiram se inserir, antes inclusive que os homens negros, no sistema político institucional através da participação de duas mulheres junto ao Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) no Estado de São Paulo e, posteriormente, também tiveram assento junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM).

Edna: Eu participei da criação do... a primeira foi o Bloco Afro Alafiá. Foi uma proposta é... que tentava se inspirar na experiência dos blocos afros da Bahia, era uma organização mista, né, e... isso em 1900... creio que 84. E... no mesmo ano, isso foi acho que em maio, mais ou menos, de 84. No mesmo ano, já lá pra agosto... ou, ou... setembro, outubro, não lembro direito o mês, participei da criação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo que foi a primeira organização de mulheres negras do estado de São Paulo, pelo menos, assim, dos tempos modernos, né, digamos assim.

Pesquisador: É. Pelo menos da década de 70 pra cá.

Edna: É, é. E... e aí organização esta que foi é... criada pra dar conta de um enfrentamento político que nós tivemos em relação ao Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, né, com a redemocratização, as eleições do governador Franco Montoro, ele criou o Conselho Estadual da Condição Feminina e... Conselho esse que... é... foi inicialmente integrado por trinta mulheres brancas, né?!

Pesquisador: Sei.

Edna: E... e aí, ahn... na verdade foi uma, uma mulher negra que tinha vinculações mais no campo da direita, começou a fazer... ela tinha acesso a mídia, e ela começou a fazer um... grande estardalhaço em,

em programas de rádio e televisão... é denunciando, é... a composição do Conselho. E o Conselho era presidido pela Eva Blay, uma... uma mulher acadêmica judia.

Pesquisador: Judia.

Edna: ... e... e ela então no... pra denunciar chamava Eva Braun que era o nome da... da mulher de... da do Hitler! (Risos)

Pesquisador: (Risos)

Edna: Enfim, a coisa começou a ficar muito complicada e aí um grupo de mulheres negras, é... militantes de diversas organizações ou militantes individuais e tal é... nós falamos: "Nós temos que fazer alguma coisa, porque... ah, ah... esse espaço político tem que ser ocupado, e é preferível que seja uma mulher de esquerda, né, então vamos tentar encontrar a, a pessoa que tenha a maior chance de vir a ocupar esse lugar". Então nós é... indicamos Thereza Santos... é... uma militante que na época tinha bastante visibilidade, sempre vinculada à área de cultura, indicamos ela, e depois uma segunda mulher, é... Vera... Vera... de quê? Acho que é Vera como suplente dela, né?! E, e... empreendeu-se todo um movimento político de pressão sobre o Conselho e sobre o governador do Estado e o Governador diante da nossa movimentação teve que ampliar o número de representantes do Conselho. Passou pra 32.

Pesquisador: Com a entrada da Thereza e da Vera.

Edna: E da Vera. E aí as mulheres brancas nos acusavam: "Ah, porque vocês são desorganizadas!" "Como nós não somos organizadas? Somos organizadas sim". Aí criamos o Coletivo (Rindo).

Pesquisador: O coletivo.

Edna: Que não existia antes, o Coletivo só...

Pesquisador: Então na verdade....

Edna: Foi criado no bojo da luta.

Pesquisador: Tá.

Edna: Então o, o Coletivo ele já surge... é... com um foco no Estado, né?! Foi, foi uma organização autônoma criada pra poder pressionar o Estado e enfrentar a questão da representação de mulheres negras no interior do Conselho da Condição Feminina de São Paulo.

Pesquisador: Ah, entendi.

Edna: Né?! E o Coletivo ele surge, portanto, mu, muito próximo, muito vinculado ao Conselho, de tal forma que a gente não tinha um espaço físico pra funcionar, a gente se reunia à noite, no espaço do próprio Conselho, né?! E o Conselho, na verdade, ele acabou adquirindo uma importância política, é... tão grande, e a inte..., a intervenção política no interior do Conselho é... passou a adquirir um, um, um, uma importância maior, na verdade, do que o trabalho que o Coletivo foi desenvolver. E o Coletivo ele surge, ele surge com muita força... Ele, ah, através dele nós organizamos o Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Negras de São Paulo, que nós fizemos no Anhembi.

Pesquisador: Anhembi?

Edna: Foi no Anhembi que a gente fez. É... foi um encontro que... se minha memória não me falha, nós conseguimos reunir cerca de umas seiscentas mulheres, não somente mulheres, mulheres e homens. Porque alguns homens vieram também. Era um momento em que os homens vinham...

Pesquisador: Sei.

Edna:...nos, nos espaços das mulheres, né?! E também algumas mulheres brancas compareceram. Não foi só paulista, porque, é... algumas mulheres vieram de outros estados, especialmente do Rio de

Janeiro. Foi nesse momento, por exemplo, em que eu conheci Benedita da Silva. Ela era vereadora no Rio e ela veio para o encontro estadual é... aqui em São Paulo, né?! Então foi um evento com muita força, com muita visibilidade, né, é... além de... das aberturas essas coisas, nós organizamos coisas como os temas trabalhados. Foram *Mulher Negra no Mercado de Trabalho, Mulher Negra e Educação, Mulher Negra e Saúde, Mulher Negra e Violência, Mulheres Negras x Mulheres Brancas*, né?! Eu não tenho certeza se tinha alguma coisa Meios de Comunicação, mas creio que sim. O, os grandes eixos, né, as temáticas que ainda são atuais é... hoje é... estiveram presentes neste encontro, né?! E... eu participei do... da mesa, do espaço sobre *Mulher Negra e Trabalho* e pra fazer isso eu peguei dados do IBGE do Estado de São Paulo e cruzei raça e sexo, né?! Acredito que talvez tenha sido é... a primeira vez no Brasil que alguém fez isso: pegou, analisou. Pegou os dados da população do Estado de São Paulo e ao mesmo tempo trabalhou homens e mulheres e negros e brancos.

Pesquisador: Ou seja, juntou essas variáveis de gênero e...

Edna: Essas duas variáveis, cruzando variáveis de gênero e raça. E aí se tornou visível é... que a situação das mulheres negras era uma situação de, ah ... de enorme desigualdade não apenas em relação às, aos brancos, mas em relação aos homens negros também, porque esse era um momento em que o discurso da maioria das mulheres negras era o discurso... em relação, o alvo eram as mulheres brancas.

Pesquisador: Eram as mulheres brancas.

Edna: Né?! E aí eu pude mostrar que a nossa situação de desigualdade era não somente em relação às mulheres brancas, mas era em relação aos homens negros também e, portanto, é, nós sofríamos um processo de dupla discriminação. Não era só discriminação racial. Era, havia discriminação racial, mas havia também a discriminação de gênero, né, e nós estávamos, é... na base, né, da pirâmide social e, portanto, nós precisávamos é... de políticas de dessem conta dessa dupla realidade. Não era só uma questão racial. Era racial e de gênero.

Pesquisador: É... por acaso esse estudo tem alguma relação com a escrita do livro da Sueli Carneiro e da Thereza Santos sobre a situação da mulher negra...

Edna: Tem, tem.

Pesquisador: ... na década da mulher?

Edna: Tem. Justamente é... quando... o Conselho negociou ah, com a... a Nobel? Acho que foi a Nobel. É... a Sueli veio conversar comigo e falou... e me pediu licença. Pediu: "Edna, eu posso prosseguir é... a pesquisa nessa direção? E eu falei "Sim". Então eu, na verdade, eu nunca publiquei. Aquilo que eu apresentei não foi um texto, não tinha um artigo escrito, né?! Eu apenas fiz algumas transparências e apresentei, mas aí a Sueli pegou é... essa linha... de análise, de raciocínio que eu tinha desenvolvido no Encontro Estadual e produziu o trabalho é... que ah, teve co-autoria com Thereza Santos. Na verdade ele foi escrito por Sueli, né?! A gente discutiu muitas coisas. E... e se transformou em... em um boom, né, quer dizer, foi, é uma obra é... de referência fundamental, né, para o Movimento de Mulheres Negras.

Pesquisador: É até hoje.

Edna: Até hoje.

A entrada das mulheres negras no CECF de São Paulo e, em seguida, no CNDM, abrindo espaços de participação institucional, propiciou o início de um processo de consolidação de um movimento autônomo de mulheres negras. As disputas políticas entre mulheres negras, mulheres brancas e homens negros já haviam deixado clara a necessidade de se pensar gênero e raça de maneira conjunta, pois como pudemos observar na entrevista transcrita, o cruzamento dessas duas variáveis mostrava de maneira inequívoca o lugar ocupado pelas mulheres negras na pirâmide social.

Esse processo de consolidação de uma perspectiva feminista negra vai tomando mais corpo e maior legitimidade política a partir dos embates travados entre as mulheres negras e brancas no Encontro Feminista realizado em Bertioga e as conseqüências mais óbvias desses embates são a entrada de vez na cena pública brasileira do sujeito político mulheres negras e a luta pelo processo de autonomização e inserção política do Movimento de Mulheres Negras brasileiro, como veremos a seguir.

IV.3 – De Bertioga a Beijing : consciência política e consolidação do Movimento de Mulheres Negras

Em grande medida, foram os congressos e encontros nacionais de mulheres que possibilitaram a organização das mulheres negras. No III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, ocorrido em Bertioga, SP, em 1985, a organização autônoma do MMN no Brasil deu seus primeiros passos (RIBEIRO, 1995, ROLAND, 2000). O Encontro contava com a participação de 850 mulheres, formalmente inscritas, sendo que 116 mulheres

declararam-se negras e mestiças. O foco central do encontro era feminismo e racismo.

No entanto, um grupo de mulheres negras ligadas a movimentos de bairro (favelas e periferia) vindo do Rio de Janeiro não havia feito inscrição e declarava não ter dinheiro para fazê-la. Um desentendimento sobre o direito ou não desse grupo de mulheres participar do encontro sem ter feito inscrição provocou uma discussão acirrada entre os vários grupos que estavam assistindo ao Encontro. A comissão organizadora do evento optou por impedir a participação dessas mulheres que, por sua vez se mantiveram acampadas em frente ao hotel onde se realizava o Encontro, gerando um enorme conflito. A organização dizia que desconfiava que essas mulheres estavam sendo manipuladas por lideranças políticas do Rio de Janeiro que pretendiam acabar com o movimento feminista.

Em um relatório sobre esse encontro, Alvarez (1990:25-26) afirma o seguinte:

O que houve durante o resto do encontro foi uma intensa polarização de opinião entre as participantes. A comissão de organização assumiu a posição de que todas se submeteriam às mesmas normas, ou seja, ninguém poderia entrar sem pagar a taxa de registro. Elas tentaram assegurar às participantes de outros países que aquela decisão fora assumida por desconfiança de manipulação política e não como resposta às mulheres do ônibus, com as quais simpatizavam.

E mais, “além do fato de as faveladas terem seu ingresso negado, o aspecto mais infeliz do incidente foi que as discussões centraram-se na questão do ônibus e não nas questões de **raça** e **classe** provocadas por ele” (ALVAREZ, 1990:26. Grifo no original). Esses conflitos configuraram a necessidade de se pensar sobre a organização de um movimento autônomo

em que as especificidades das mulheres negras tivessem tratamento prioritário.

Ainda segundo Alvarez (1990), Bertioga também significou o início de articulações de mulheres associadas a categorias como orientação sexual, raça, profissão, classe, idade, tempo de movimento e por qualquer outra característica que pudesse formar um grupo distinto, havendo, assim, o início do processo de pluralização do movimento feminista que se acentuou nos anos 90.

Luiza: E... tem uma coisa que, também em retrospecto eu acho que é importante, foi o encontro feminista Latino-Americano e do Caribe, 3º Encontro que aconteceu em 1985, em Bertioga. Foi um encontro feminista de muito peso é... nós éramos, naquele encontro, cerca de 800 mulheres dessas duas regiões, mas um número muito pequeno de mulheres negras aqui do Brasil. E... nos encontros feministas tinha uma coisa interessante que as feministas não permitiam que as mulheres levassem filhos, pra os encontros, né? Porque era uma coisa da mulher e então ela não devia ficar submetida a essas tarefas da maternidade etc e tal... e aí nesse encontro de Bertioga você já deve ter ouvido essa história do ônibus das faveladas do Rio de Janeiro que foram e foram impedidas de entrar no encontro. Eu acho que aquele encontro de Bertioga, ele tem uma importância muito grande na formação do movimento de mulheres negras, porque aquilo ali foi a expressão mais visível do tipo de recusa que as feministas tinham sobre a realidade que as mulheres negras traziam pra dentro do movimento. E nós outras mulheres negras que entramos e participamos do encontro, passamos lá o tempo todo tendo embates muito sérios, né? Com essas feministas, e fomos o tempo todo muito questionadas, “você não são feministas na verdade!” Não sei o quê! “você não conseguem radicalizar nas questões!”, E não tinha como! A gente não podia ter um tipo de análise sobre a questão da maternidade, sobre a questão da família do mesmo modo que as feministas tinham, a gente não tinha nem família nuclear dentro da comunidade negra, entendeu? Essa coisa de famílias chefiadas por mulheres é uma realidade que historicamente é muito antiga entre nós negras, mulheres negras chefes de família. Quer dizer, então, isso era uma diferença muito grande da forma como elas tratavam, né? Uma diferença muito grande. E... então... ahn... com essas tensões, esses conflitos todos que aconteceram no encontro de Bertioga, eu acho que isso acabou fortalecendo nas mulheres negras a idéia de que elas tinham que ter um movimento em separado, que a gente não devia mais ficar insistindo pra ser parte daquele movimento de mulheres, né? Não é à toa que tipo... três anos depois acontece o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras em 88, né? Que já vem assim, efetivamente, como uma resposta, e não é à toa também o fato de que esse 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras tenha partido é... teve um protagonismo

muito grande das mulheres negras do Rio de Janeiro, exatamente aquelas que organizaram o tal ônibus que foi recusado em Bertioga. Elas tiveram uma presença muito grande na organização desse 1º Encontro Nacional. E aí, com o primeiro encontro nacional, agora eu não lembro se o Geledés já existia ou não naquele período, ou se foi criado logo em seguida, parece que sim... 88, é, ele foi criado mais ou menos nesse período também. E também, exatamente nesse período da segunda metade dos anos 80 pro final é... o CEAP no Rio de Janeiro é... o grupo de mulheres que havia dentro do CEAP acabou saindo pra formar a Criola, né? Então começa a haver esse processo que é um processo de autonomização dos grupos de mulheres, né?

Foi durante o IX Encontro Nacional Feminista, ocorrido em 1987, em Garanhuns (PE), que a articulação de mulheres negras ganhou características próprias e autônomas. Nesse encontro, as mulheres negras demonstraram que não se sentiam contempladas nas plataformas de luta do movimento feminista e deliberaram sobre a realização de um Encontro Nacional de Mulheres Negras (SOARES, 1994, RIBEIRO, 1995, PACHECO, 2002).

Assim, no ano seguinte foi realizado em Valença, Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, do qual participaram 450 mulheres de dezessete estados do país. Segundo Ribeiro (1995), esse encontro foi severamente criticado por setores dos movimentos negro e feminista, que acusavam as mulheres negras de promoverem um “racha” nos movimentos sociais. No entanto, a autora destaca que se tratava antes da busca por um referencial próprio para as mulheres negras, apoiado numa dupla militância no movimento negro e feminista, mas sem estar subordinado a pauta de nenhum dos dois movimentos.

Esse processo em que as mulheres negras vão construindo as bases de um novo movimento social, com características e reivindicações próprias, pode ser entendido como um momento de passagem para uma consciência política. Ou seja, elas percebem que há entre mulheres negras e mulheres brancas, por

exemplo, um nível de entendimento sobre as estruturas de dominação que é completamente díspar, o que significa afirmar que o papel dado a questões como liberdade sexual, direito reprodutivo, maternidade, patriarcado e racismo não poderia ser alvo de um consenso mesmo que precário e provisório. Podemos dizer que Bertioga e seus desdobramentos configuram o “momento histórico” do movimento de mulheres negras, em que elas passam a se definir como um NÓS, com uma identidade coletiva própria, forjada pelo modo específico com que racismo e sexismo operam em suas vidas, em relação a um ELES, no caso mulheres brancas e homens negros, que viam na expressão política das mulheres negras o divisionismo, o particularismo. Contra tal argumento as mulheres negras acenam com o fato de que não queriam mais estar submetidas e subordinadas às pautas “gerais” quer do movimento negro, quer do movimento feminista, mas almejavam criar novas referências, tornarem-se porta-vozes de suas próprias idéias para entrar ao lado dos homens negros e das mulheres brancas em posição de igualdade na luta contra a opressão (RIBEIRO, 1995). Assim, entre os anos de 1988 e 1991 há uma crescente organização e mobilização através de fóruns em todo país refletindo a mudança de atitude das mulheres negras quanto a sua luta (RIBEIRO, 1995, ROLAND, 2000).

IV.3.1 – Autonomia, a que será que se destina?

Por virem de experiências político-organizativas as mais diversas, desde os movimentos negros e feministas, passando pelos movimentos de bairro e favela, pelos sindicatos, pelos partidos políticos e pela academia, as mulheres negras que compõem o Movimento de Mulheres Negras tinham, e ainda têm,

grandes dificuldades em estabelecer as bases sobre as quais se assentariam a autonomia do movimento. Desde o princípio houve setores do movimento de mulheres negras que não se desvincularam organicamente do movimento negro, como ocorreu, por exemplo, como o GM (Grupo de Mulheres) do MNU da Bahia; houve outros grupos que se articularam em ONG's, como foi o caso do Geledés e da Casa de Cultura da Mulher Negra, no Estado de São Paulo; o Criola, no Rio de Janeiro e o Maria Mulher, no Rio Grande do Sul; e houve ainda mulheres negras que permaneceram mais ligadas ao movimento de mulheres.

Nesse aspecto, para além de uma identidade coletiva de “mulheres negras”, o MMN não conseguiu consolidar uma noção de autonomia que contemplasse todos os segmentos que participavam do mesmo. Retomando o que já foi dito acerca das rupturas entre o MMN e os movimentos negro e feminista e às primeiras articulações entre gênero e raça podemos pensar em como o processo de autonomização do movimento esteve diretamente imbricado com essas questões.

Nos estados ou regiões em que as mulheres negras estiveram desde o início mais fortemente vinculadas ao Movimento Negro Unificado ou a organizações mistas, os embates se centravam na disputa por espaços de poder dentro das entidades e no direcionamento político dado a essas entidades a partir desses espaços. Não por acaso as militantes baianas não sentiram necessidade de construir uma organização de mulheres negras autônoma em relação ao MNU, na medida em que conseguiram acessar espaços de poder e decisão dentro do movimento, garantindo-lhes uma certa

tranqüilidade em relação ao que viviam as mulheres negras em outras organizações e em outras regiões do país.

Porém, as militantes baianas eram criticadas por suas companheiras do Sudeste exatamente por não terem se desvinculado das organizações mistas, uma vez que uma corrente de pensamento sobre a autonomia do MMN partia da premissa de que estar associada a uma organização mista significaria submeter a especificidade da mulher negra a uma agenda geral o que, em última instância, representaria um retrocesso para um pensamento e práticas de um feminismo negro.

Em princípio, as mulheres negras do Sudeste, sobretudo as do Rio de Janeiro e de São Paulo, vivenciaram uma experiência de inclusão política que gerou muitos conflitos com os homens negros e, concomitante à sua participação em esferas dos governos municipais, estaduais e federal, também foram criando grupos e instituições específicos de mulheres negras que permitissem uma interlocução com o Estado e com grupos de apoio externos ao Movimento Negro, o que não ocorreu, ou ocorreu em menor escala, no Nordeste do país.

A criação do Geledés, hoje a principal ONG de mulheres negras do Brasil, exemplifica um pouco essas diferenças no processo de autonomização das organizações de mulheres negras. As mulheres que construíram o Geledés foram as mesmas que criaram o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, como forma de acessar o Conselho Estadual da Condição Feminina. Diante dessa experiência de participação no Estado e em sua interface com o movimento feminista, essas mulheres perceberam que havia se configurado, em finais da década de 1980, um fechamento do Estado, tanto em nível

estadual, quanto em nível federal para as questões de gênero e, conseqüentemente, às questões relativas às mulheres negras.

E, a partir de contatos que suas militantes haviam estabelecido com instituições e ONG's internacionais, como a *International Women's Health Coalition* e a Fundação Ford, que financiaram respectivamente o primeiro programa de saúde e o projeto SOS-Racismo, o Geledés pôde se firmar como uma instituição de peso entre as demais organizações de mulheres negras que surgiam naquele momento.

A relação com o Estado, as instituições internacionais de fomento e o peso dado ao binômio gênero-raça constituíram os principais conflitos vividos pelo nascente Movimento de Mulheres Negras no final da década de 80. Enquanto as mulheres vinculadas ao movimento negro acusavam as mulheres de ONG's de terem se vendido ao imperialismo americano, estas acusavam-nas de se submeterem ao controle masculino das organizações mistas, não sendo capazes de se legitimarem como sujeitos políticos autônomos.

No bojo desses conflitos em relação à autonomia do MMN são realizados os primeiros dois Encontros Nacionais de Mulheres Negras. O primeiro, com já dito anteriormente, se realizou em Valença (RJ), em 1988; e o segundo em Salvador (BA), em 1991. Os principais pontos debatidos em ambos os encontros foram o processo de organização nacional do movimento (como estruturar o movimento? Por que caminho construir uma plataforma única?) e suas estratégias de luta unificadas contra o racismo e o sexismo. Os debates internos demonstraram as diversas concepções políticas, revelando que as mulheres negras também não formavam um grupo homogêneo. Entretanto, a percepção da pluralidade do então nascente MMN não se

expressou no campo das representações políticas: formou-se um Conselho Nacional de Mulheres Negras em que se elegeu uma representante titular e uma suplente para todas as organizações, pretendendo representá-las de forma federativa, mas sem a autonomia dos estados. Dessa maneira, tal conselho “não garante as diversidades das forças políticas que emergem neste processo” (RIBEIRO, 1995:452). Muitas participantes citaram a troca de experiências entre mulheres negras de todo país como algo positivo, porém, identificaram a heterogeneidade e as divergências de caráter ideológico, de concepção de movimento, regionais e político-partidárias, como fatores negativos (PACHECO, 2002). A conclusão do Relatório Final do Encontro afirma o seguinte:

[...] todas nós somos frutos dessa estrutura social e educacional que nos conduz a práticas e ações às vezes determinadas por nossa formação. A organização de mulheres negras não está isenta destas interferências. Por isso, não constituímos um grupo unitário tanto a nível de concepção política quanto de metodologia de trabalho” (RIBEIRO, 1995:452).

Ainda no II ENMN, sugeriu-se a realização de Seminários Nacionais precedidos de regionais ou municipais que articulassem sempre raça, gênero e classe social. O I Seminário Nacional de Mulheres Negras realizou-se de 12 a 15 de novembro de 1993, em Atibaia, São Paulo. Contou com a participação de 48 mulheres de nove estados. Tinha em vista duas questões principais: a primeira, a reunião de mulheres que estiveram envolvidas no emergente processo nacional para um debate sobre os encontros e desencontros do MMN; e a segunda, a necessidade de se consolidar uma organização mais criativa do movimento, por exemplo, através da criação de uma Rede Nacional de Mulheres Negras (Ibidem). Desse seminário sai uma definição unificada de que o MMN vem se construindo a partir do cruzamento entre gênero, raça e

classe social devendo ser autônomo, independente, composto por mulheres de diversos setores da sociedade e de diferentes movimentos sociais. Devendo também se articular preferencialmente com o Movimento Negro e Feminista “na medida em que estes incorporem e apóiem a luta das mulheres negras, mantendo suas especificidades” (Ibidem: 453).

IV.3.2 – Itapecerica da Serra

Itapecerica da Serra é um marco da organização política de mulheres negras. O Geledés – Instituto da Mulher Negra – organizou, entre os dias 21 e 22 de agosto de 1993, o Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos, que fazia parte da série de eventos preparatórios para a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994.

O seminário contou com a participação de 55 lideranças ligadas a organizações de mulheres, organizações negras, organizações feministas, universidade e serviços públicos de saúde. Desse seminário saiu a emblemática Declaração de Itapecerica da Serra, acusando o Estado de se exercer basicamente no sentido de tratar a reprodução como questão pública e os meios de manutenção da vida como questão privada (RIBEIRO, 1995, ROLAND, 2000). Essa declaração é considerada um marco para o MMN na medida em que foi assinada por praticamente todas as forças políticas atuantes do movimento.

Consideramos que há três principais motivos pelos quais a Declaração de Itapecerica da Serra é um documento fundamental para os rumos do

Movimento de Mulheres Negras. Em primeiro lugar, trata-se do primeiro momento em que o MMN logra construir um documento em que publiciza uma posição política controversa, afirmando que:

O papel do Estado tem se dado basicamente no sentido de tratar a reprodução como uma questão pública e os meios de manutenção da vida – habitação, saúde, educação, alimentação e trabalho – como uma questão privada. Compreender essa inversão de papéis é fundamental nessa conjuntura preparatória da Terceira Conferência Mundial de População [...]. **Liberdade reprodutiva é essencial para as etnias discriminadas.** Portanto, precisamos lutar para que a reprodução possa ser decidida no mundo do privado, cabendo ao Estado garantir os direitos reprodutivos e assegurar condições para a manutenção da vida (Declaração de Itapetecica da Serra, 1993:03. Grifo nosso).

A afirmação de que liberdade reprodutiva é fundamental para as mulheres negras representa uma grande ruptura política com o pensamento hegemônico do Movimento Negro sobre a questão dos direitos reprodutivos e em relação aos procedimentos de esterilização cirúrgica empreendidos pelo Estado em larga escala àquele momento. A questão dos direitos reprodutivos e controle da natalidade vinha enfrentando críticas tanto do Movimento Negro, no sentido de que a mulher negra não pode se sujeitar ao controle da natalidade, pois o controle via Estado representaria um processo de genocídio da população negra; quanto das feministas, no sentido de que estas defendiam a completa desregulamentação das práticas de controle de natalidade. Todavia, a preocupação das mulheres negras está relacionada ao direito de escolha que nunca tiveram:

Esse debate político acerca da esterilização, que não foi consensual no interior do MMN, constitui-se talvez, um debate embrionário acerca das possibilidades do MMN vir a ser um sujeito em si, capaz de produzir uma visão própria, diferenciada das matrizes teóricas tanto do Movimento Negro quanto do Movimento Feminista (ROLAND, 2000:247).

O segundo ponto que torna a Declaração de Itapeçerica da Serra um marco é o fato de que a primeira vez que o MMN logrou elaborar um documento em conjunto e com grande penetração social foi no campo da saúde, o que nos leva a pensar sobre o impacto que a temática da saúde e direitos reprodutivos passou a ter no interior das organizações do movimento. A partir desse seminário, a maioria das ONG's e grupos de mulheres negras passou a ter programas de saúde da mulher negra como um dos seus principais focos de atenção, recebendo financiamentos para desenvolver projetos nessas áreas das mais diferentes agências, tais como o Ministério da Saúde, ONG's Internacionais de Mulheres, Fundação MacArthur, Fundação Ford, ONU, entre outras. Nesse sentido, a centralidade da temática saúde para as organizações de mulheres negras pode ser entendida a partir do impacto dessa declaração, da disponibilidade de recursos para o desenvolvimento de atividades referentes à temática, da influência de centros de pesquisa como o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), que produziam dados sobre a situação de saúde da mulher negra e da importância que a temática de saúde sempre teve para o movimento feminista, um importante interlocutor do MMN.

Por fim, a Declaração de Itapeçerica da Serra estabeleceu, se não o primeiro, o mais importante e profícuo espaço de interlocução entre o MMN, o Estado brasileiro e os Organismos Internacionais de Regulação. Embora algumas mulheres tivessem participado, por exemplo, da organização do *Planeta Fêmea* na Conferência Internacional de Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) e da Conferência Internacional de Direitos Humanos (Viena, 1993), tal participação não teve um caráter coletivo, contando com

objetivos e estratégias definidas. Foi somente a partir dos preparativos para a Conferência do Cairo que houve uma maior sistematização dessa participação em termos de organização coletiva.

A Declaração de Itapeverica da Serra propiciou a participação de um grupo de mulheres negras no encontro “Nossos Direitos no Cairo”, em Brasília, em 1993 e na Conferência “Saúde Reprodutiva e Justiça”, no Rio de Janeiro, em 1994. Alguns itens da Declaração foram incorporados ao documento oficial do governo brasileiro enviado ao Cairo e a Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos indicou uma mulher negra para ser sua representante na Conferência (RIBEIRO, 1995, ROLAND, 2000).

IV.3.3 – O Processo de Beijing e as novas articulações entre gênero e raça

Nesse período, o Movimento passava por uma situação controversa, ao mesmo tempo em que ganhava representatividade no cenário nacional e internacional, interrompia um processo de articulação interna. O *II Seminário Nacional de Mulheres Negras – Respostas Organizativas das Mulheres Negras no fim do século*, realizou-se de 9 a 11 de setembro de 1994, dando continuidade ao debate sobre os rumos do movimento em relação ao processo de organização de uma Rede Feminista de Mulheres Negras como um instrumento político igualitário na articulação com a sociedade e para fortalecer os Fóruns Estaduais de Mulheres Negras. No entanto, diante dos impasses políticos, constatou-se a impossibilidade de implantação pelo ceticismo ou descontentamento de alguns setores do MMN em relação a essa forma de organização (RIBEIRO, 1995, ROLAND, 2000). Nesse sentido, foi proposta uma Articulação Nacional de Mulheres Negras, com forma de organização que

seria definida posteriormente, o que de fato não chegou a acontecer. Esse seminário teve como resultado uma desarticulação do processo que teve impulso em Itapecerica da Serra e no I Seminário de Mulheres Negras, ocorrido em Atibaia.

Do ponto de vista das pautas reivindicatórias e dos projetos desenvolvidos pelas mulheres negras observa-se que:

O acúmulo de discussão reflete a complexidade entre o ser mulher e o ser negra. As bandeiras de luta para além da necessidade da conquista de melhores condições de vida e cidadania, expressam a garantia de educação anti-racista e anti-sexista, o desenvolvimento de programas de combate à violência sexista e racial, a legalização do aborto e, ainda, a implantação de ações no serviço público de saúde, como a introdução do quesito cor nos formulários de saúde, a atenção à realidade específica da mulher negra no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM, e medidas em relação à anemia falsiforme, à prevenção e tratamento de doenças de maior incidência na população negra, como hipertensão e miomatoses (RIBEIRO, 1995:453).

Ainda no ano de 1994 as mulheres começaram a se organizar para a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (QCMM) – Beijing, 1995, promovida pela ONU, revelando, desse modo, um crescente esforço de envolvimento nos processos de articulação e intervenção na sociedade civil mundial.

A mobilização em torno da QCMM e do 2º Encontro da Rede de Mulheres Afro-Caribenhas e Afro-Latinas determinou a dinâmica do Movimento nesse período, a despeito de seus problemas de organização política interna. As mulheres negras participaram de todos os fóruns estaduais preparatórios para a Conferência Mundial, conseguindo ampla visibilidade para suas questões. Além disso, também compareceram em número expressivo na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, que aconteceu no Rio de Janeiro, em junho de 1995. Dessa forma conseguiram que a temática racial

fosse incorporada aos documentos da Conferência de Mulheres Brasileiras para Beijing e também no documento oficial do governo brasileiro.

De acordo com Alvarez (2000:394)

As mulheres afro-latino-americanas, cujas trajetórias cruzavam amiúde tanto o movimento negro quanto as organizações feministas, participaram do processo de Beijing em números expressivos, proclamando que 'qualquer estratégia para o desenvolvimento, a paz e a igualdade deve necessariamente levar em conta as particularidades das mulheres negras'.

Na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, a intervenção das mulheres negras possibilitou ampliar a discussão acerca da questão racial em nível mundial. Explicitou-se que o racismo manifesta-se com mais ou menos intensidade em todas as sociedades, hierarquizando a relação entre as raças, privilegiando a raça branca em detrimento das demais. Considerou-se que o racismo não está circunscrito a uma região ou cultura, sendo, na realidade, fator determinante da exclusão social.

Houve grande visibilidade sobre a questão racial, articulando feministas brancas e negras no convencimento da necessidade de inclusão de propostas na Declaração Oficial, visando o desmascaramento do racismo e a construção de uma plataforma de ação baseada na conquista de plena cidadania a todos os povos (RIBEIRO, 1995:456).

Paralelamente a esses eventos, outros encontros internacionais foram realizados. Justamente pela falta de uma organização nacional, capaz de aglutinar todas as informações obtidas nesses eventos, tem-se dificuldade em avaliar quais têm sido as contribuições das mulheres negras nesses eventos e, por outro lado, como esses eventos contribuem para a organização de uma pauta feminista negra. Ainda assim, também podemos perceber, a partir do processo de Beijing, mas não como decorrência dele, um amadurecimento das

mulheres negras em relação às articulações entre as categorias gênero e raça. Há um deslocamento, pelo menos em nível teórico, da idéia de somatório de discriminações, tão presente nos escritos das militantes na década de 80, para uma perspectiva de ponto de vista (*standpoint*) e/ou do feminismo negro norte-americano¹².

O princípio de somatório de discriminações tem pouco poder explicativo da realidade e especificidade das mulheres negras, aproximando-se mais de uma *palavra de ordem* que necessariamente uma discussão teórica sobre a práxis do movimento. Ao pensar em termos de somatório também se poderia fazer como nas equações matemáticas e buscar reduzir uma equação a seus elementos e, a partir daí, decompor o peso de cada elemento na formação da equação final. Ou seja, se a especificidade de ser mulher negra é a tripla discriminação, por ser mulher + negra + pobre, poderíamos nos perguntar: mas qual desses elementos é o mais importante ou que tem mais peso na conformação dos processos discricionários a que estão submetidas as mulheres negras? E mais, se fosse possível responder a essa questão, o movimento perderia sua legitimidade política, pois poderia ser incorporado a uma bandeira geral, quer de gênero, raça ou classe.

Diante desse impasse, as mulheres negras, amplamente impactadas pelo feminismo negro norte-americano, passam a discutir a insuficiência de algumas concepções teóricas do feminismo para articular diferentes formas de opressão. As visões mais conhecidas do feminismo, como radical, liberal e

¹² As perspectivas do *black feminism* e de *standpoint* surgem nos Estados Unidos a partir das críticas de feministas não-brancas acerca da noção de identidade coletiva amplamente atrelada às práticas feministas. O embate se dá entre as feministas negras e brancas, em que aquelas buscam inserir as categorias raça e classe como articuladoras do conceito de gênero. Trata-se de perspectivas de deslocamento de identidades coletivas, apresentando-as como formas controversas, precárias e contingentes de relação com a estrutura social. Isso explica por que mesmo entre as mulheres negras não há uma unidade e um consenso perenes, pois a condição de especificidade não é dada, é construída e legitimada na luta política.

socialista, não conseguiram dar conta de questões tais como o racismo dentro do Movimento Feminista porque herdaram três questões do feminismo radical: mulher (branca, heterossexual, classe média), experiência (usada para definir o que une todas as mulheres) e política pessoal (desconsidera categorias como raça, classe e sexualidade). Nesse sentido, haveria uma universalização da categoria mulher sem levar em conta sua construção socioistórica. Na tentativa de transcender esse tipo de feminismo, duas alternativas se impuseram: a primeira é o feminismo socialista, para o qual as relações de subordinação seriam dadas pela “soma” entre as diferentes formas de subordinação:

A aceitação, mais ou menos acrítica, de que existiriam grupos “mais” discriminados que outros resultou da incapacidade de oferecer uma formulação que evidenciasse como somos, todas e todos, afetados pelo sexismo em suas diversas formas – homofobia, machismo, misogenia (BAIRROS, 1995:461).

Já a perspectiva do ponto de vista feminista (*feminist standpoint*) afirma que a opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação em que raça, gênero e classe social se interceptam em diferentes pontos. E, assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida, mas experimenta a opressão a partir de um lugar, que lhe proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser negra numa sociedade racista e desigual. Dessa maneira, tornam-se desnecessárias as discussões a respeito de qual seria a prioridade do Movimento de Mulheres Negras (lutar contra o racismo ou sexismo?), já que o binômio gênero e raça não pode ser decomposto (Ibidem).

IV.4 – Articulando políticas de reparação: Marcha Zumbi dos Palmares e Conferência de Durban

O amadurecimento teórico-prático do MMN é representado nos anos 90 pela crescente visibilidade das mulheres negras em determinados setores da sociedade, como o governo, os organismos internacionais, a mídia e outros movimentos sociais, ao mesmo tempo em que ainda encontram algumas dificuldades internas no que tange à organização formal do movimento (ROLAND, 2000).

Se no início dos anos 80 o diálogo com o Movimento Feminista se mostrava emperrado e com muitas dificuldades, a partir dos anos 90 iniciou-se um processo de síntese das lutas de ambos os movimentos, em que o movimento feminista foi qualificando seus discursos e ações, incluindo a questão racial, tal como ficou exposto no processo preparatório de Beijing (RIBEIRO, 1995, CARNEIRO, 2003). Assim, a segunda metade dos anos 90 é de fundamental importância para a reorientação das relações raciais na sociedade brasileira. Nesse contexto, o ano de 1995 pode ser considerado um divisor de águas para o movimento negro, como um todo, e também para o movimento de mulheres negras.

Naquele ano as diversas organizações negras do país iniciam um processo de debates e comemorações em torno dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, procurando assegurar a importância de o país assumir de vez a temática racial como central para a definição de um projeto de nação. Para além de uma simples comemoração pelo dia nacional da consciência negra, as organizações negras brasileiras empreenderam discussões sobre

reparações e políticas de ação afirmativa, assumindo de vez uma postura de confronto em relação à falsa neutralidade do Estado brasileiro frente às desigualdades raciais. Se, até o início da década de 1990, o foco do movimento negro estava em se desmascarar o mito da democracia racial, a partir de agora há uma mudança para se pensarem políticas de promoção da igualdade racial e o acesso de negros e negras a espaços de decisão e poder.

Já fizemos todas as denúncias. O mito da democracia racial está reduzido a cinzas. Queremos agora exigir ações efetivas do Estado – um requisito de nossa maioria política [...]. Sem prejuízo da pluralidade de concepções e ações políticas, coloca-se hoje, para a militância que combate o racismo, o enorme desafio de priorizar os anseios e os interesses maiores da população afro-brasileira. Através da formação de um amplo arco de força e aliança capaz de pautar a questão racial na agenda dos problemas nacionais (Documento Marcha Zumbi dos Palmares, 1995:3-4).

A preparação, organização e realização da “Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e a vida” consumiu todos os esforços de militantes negros(as) ao longo do ano de 1995. No dia 20 de novembro, cerca de trinta mil pessoas vindas dos mais diversos estados brasileiros foram a Brasília manifestar pelo fim das desigualdades raciais e exigir do governo políticas de promoção da igualdade racial. Nesse mesmo dia, integrantes da Executiva Nacional da Marcha Zumbi dos Palmares entregaram ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, um documento com as principais reivindicações do Movimento Negro, em que denunciavam o racismo e apresentavam propostas concretas de políticas públicas de inclusão de afro-descendentes na sociedade brasileira. O documento se inicia da seguinte forma:

Estamos apostando hoje na possibilidade de disputar não mais um espaço dentro de outros projetos para as nossas questões, que são

tidas como menores. Mas nós estamos apostando na possibilidade de que, através de nossas questões, nós consigamos efetivamente tocar, e tocar muito fundo, nas questões que dizem respeito a sociedade como um todo (Documento, 1995:2).

Por ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares, o governo federal assinou um decreto criando o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI). A função desse grupo era discutir e propor políticas de ação afirmativa para a população negra nos mais diversos âmbitos do estado e sociedade civil, com especial atenção para políticas na educação, mercado de trabalho, saúde, cultura e comunicação.

Outra iniciativa que, em meados dos anos 1990, propiciou uma crescente politização das questões raciais no Brasil e, juntamente com as conseqüências da Marcha Zumbi dos Palmares, contribuiu para o papel protagônico desempenhado pelas organizações negras de um modo geral e das mulheres em específico durante os preparativos para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, foi o programa Iniciativa das Relações Humanas Comparadas, patrocinado, a partir de 1995, pela *Southern Education Foundation*, uma organização sem fins lucrativos com sede em Atlanta, EUA. Esse programa visava examinar as relações de poder entre pessoas de ascendência européia e africana no Brasil, África do Sul e Estados Unidos, procurando contribuir para superar as desigualdades raciais e de gênero nesses países.

IV.4.1 – O Processo de Durban

Na história recente do Movimento de Mulheres Negras o processo preparatório para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação

Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (III CMR), realizado de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul, é também um marco fundamental, tanto pelos seus desdobramentos quanto por materializar, em certa medida, um processo de consolidação e visibilidade política das mulheres negras que se iniciou no início dos anos 90.

A luta por reparações e políticas de ação afirmativa, que foi ganhando corpo dentro das organizações negras ao longo da década de 90, tornou-se central a partir da III CMR, em que as mais diversas organizações se aglutinam em torno de tais reivindicações, tornando o diálogo com o Estado cada vez mais intenso.

O processo preparatório para Durban acentuou o protagonismo das mulheres negras que tinham garantido, graças às relações com o movimento feminista, sua participação em outros eventos internacionais nos anos 90 e sua forma de articulação em ONG's, e adquirido bastante experiência de atuação nesses espaços. Na série de Conferências Preparatórias (PrepCom) para a III CMR as mulheres negras foram demonstrando sua capacidade organizativa, seu conhecimento dos mecanismos para influenciar os processos de negociação e, dessa forma, se posicionando como sujeitos políticos de maior destaque dentro do movimento negro na atualidade.

No entanto, esses eventos preparatórios não se deram sem rupturas e conflitos internos. Desde a PrepCom Regional das Américas, realizada em Santiago do Chile, em dezembro de 2000, até a Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, realizada no Rio de Janeiro, em julho de 2001, ocorreram muitas disputas políticas dentro do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro.

Uma das questões que, posteriormente à realização da II CMR vai se tornar um foco de conflitos dentro do MMN, foi a criação da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras para influenciar no processo de Durban que vai disputar, a partir de 2003 com o Fórum Nacional de Mulheres Negras, um espaço de poder político no interior do MMN, ressaltando as dificuldades desse movimento em conseguir se articular nacionalmente a partir de uma forma minimamente consensual.

Outra questão geradora de conflitos esteve relacionada à alocação de recursos para as ONG's participantes do processo de Durban, que acabou sendo centralizada nas mãos de poucas organizações do Sudeste, evidenciando as disparidades de poder político e econômico entre os mais diversos grupos que compõem o MMN.

Tal fato pode ser revelado pelas falas de Nilma Bentes (2002:231), militante negra do Pará, e de Edna Roland, presidente da ONG Fala Preta!:

Estava ciente de que quem tivesse conhecimento de outras línguas, sobretudo o Inglês, as entidades mais bem organizadas e com experiência em conferências mundiais, teriam, certamente, maiores possibilidades de garantir a participação, inclusive com certa antecedência. Não teriam que esperar, por exemplo, o apagar das luzes, para saber se viajariam ou não para Durban.

Edna: eu... só não fui na primeira PrepCom. Não, não fui convidada, não participei. Eu julgava que não ia ter espaço de participação na Conferência de Durban porque, a Fundação Ford tinha concentrado os recursos nas mãos do Geledés e... em seguida, nas mãos do... do Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, em Brasília, que era aliado do Geledés. Então, ah, a minha avaliação política, ao se iniciar Processo Preparatório de Durban, é: "A Fala Preta não tem nenhuma possibilidade. Nós não teremos nenhum espaço no Processo de Durban, não temos recursos, as portas, é, serão fechadas e... num tem possibilidade, né?!" E... e aí o espaço que, afinal, é... a gente conseguiu ter se deveu ao fato de que Genebra, o Alto Comissariado de Direitos Humanos, é, em setembro me convidou para escrever um trabalho, escrever um artigo sobre, é... a, a condição dos afro-americanos na América Latina e no Caribe. E eu tinha duas semanas pra fazer isso. E eu cometi a loucura de aceitar. Porque, diante dessa avaliação de que eu não teria nenhum espaço político para atuar, eu dizia: "Pelo menos eu vou escrever esse artigo. Esta é a contribuição,

é, que eu vou fazer para o Processo em Durban, pelo menos eu boto esse tijolinho. Eu vou fazer isso". Mas é... aquele, aquilo que era, digamos, que eu via como o único grão possível quer dizer, que ia dar pra fazer por causa do, do... do cenário político interno do Brasil, foi o que abriu portas. E, a partir daí, o governo brasileiro me convidou, foi me convidando a cada etapa, né?!

Ainda que contando com inúmeros conflitos, a participação do Brasil, e das mulheres negras brasileiras em específico, foi expressiva durante os eventos preparatórios e na III CMR propriamente dita. A delegação brasileira foi a maior entre todas as delegações presentes em Durban, contando aproximadamente seiscentos integrantes; o segundo cargo na hierarquia da Conferência Mundial contra o Racismo, o de Relatora Geral, ficou a cargo de uma mulher negra brasileira, e a consolidação do termo afro-descendente de forma consensual para definição dos descendentes de africanos negros escravizados fora da África, bem como a proposição de políticas reparatórias para os afro-descendentes foram conseguidos graças ao protagonismo de militantes brasileiros.

A aprovação da Declaração e do Programa de Ação de Durban, em que a maioria das reivindicações consensuadas na Conferência Preparatória Regional das Américas, ocorrida em Santiago do Chile é incorporada, representa de maneira inequívoca esse protagonismo das mulheres negras brasileiras, já que foram elas as principais responsáveis pela influência para que a Declaração de Santiago contivesse a exigência por reparações, por exemplo. Sendo assim, o parágrafo 5 do Programa de Ação da Conferência de Durban recomenda aos Estados e Organismos Internacionais que “elaborem programas voltados para os afro-descendentes e destinem recursos adicionais aos sistemas de saúde, educação, habitação, eletricidade, água potável e às medidas de controle do meio ambiente, e que promovam a igualdade de

oportunidades no emprego, bem como outras iniciativas de ação afirmativa ou positiva” (Declaração e Programa de Ação de Durban, 2001).

A III CMR também reconhece os problemas específicos das mulheres negras e as múltiplas formas de discriminação a que estão submetidas. Nesse sentido, o parágrafo 9 do Programa de Ação aconselha aos Estados que “reforcem as medidas e políticas públicas em favor das mulheres e jovens de origem africana, dado que o racismo os afeta de forma mais profunda, colocando-os numa condição maior de marginalidade e situação de desvantagem”. E o parágrafo 10 “Insta os Estados a assegurarem o acesso à educação e a promoverem o acesso a novas tecnologias que ofereçam aos africanos e afro-descendentes, em particular, a mulheres e crianças, recursos adequados à educação, ao desenvolvimento tecnológico e ao ensino à distância em comunidades locais”; ainda, “insta os Estados a promoverem a plena e exata inclusão da história e da contribuição dos africanos e afro-descendentes no currículo educacional” (Declaração e Programa de Ação de Durban, 2001).

Os documentos aprovados em Durban contribuem para que os movimentos sociais exijam do Estado brasileiro o cumprimento das metas estabelecidas no Programa de Ação da Conferência, abrindo um amplo espaço para discussão sobre medidas reparatórias, políticas específicas para mulheres negras, entre outras questões fundamentais para se atingir a igualdade racial no país.

Para sair do papel e se refletir efetivamente em políticas de promoção de igualdade racial, o documento também recomendou uma série de medidas em nível internacional, sendo uma delas o estabelecimento de uma comissão de

acompanhamento composta por cinco pessoas eminentes de várias regiões para trabalhar com o Alto Comissário de Direitos Humanos das Nações Unidas e outros órgãos da ONU a fim de ajudar a implementar a Declaração e Programa da Ação. Entre os integrantes dessa comissão há uma militante brasileira do Movimento de Mulheres Negras.

IV.4.1.1 – Atividades de monitoramento pós-Durban e Estatuto da Igualdade Racial

Durban tem um papel muito importante na implementação de medidas promotoras da igualdade racial no Brasil. Trata-se de um marco, pois ainda que o movimento negro e o movimento de mulheres negras já viessem construindo um acúmulo de discussões em torno dos efeitos perversos do racismo e do sexismo sobre a população negra, a passagem do campo das discussões para o campo das proposições e implementações de políticas públicas específicas para afro-descendentes se deu no processo preparatório para Durban e em seus desdobramentos posteriores.

No que concerne à participação das mulheres negras nos espaços políticos do Estado brasileiro, Durban também representa uma modificação em termos de mobilização política. Até então a participação das mulheres junto ao Estado ainda se dava sem uma construção propositiva de reivindicações. A partir do impacto de Durban, o Movimento de Mulheres Negras tem tido uma ação no sentido de buscar ampliar os espaços de interlocução com agentes governamentais, não para serem integradas ao sistema político, mas por perceberem, a partir das negociações políticas que, para além de exigirem medidas específicas, seria fundamental terem condições de interferir na

agenda governamental em amplos espaços, para que as questões raciais e de gênero sejam tomadas em todas as esferas do governo.

Pesquisador: Como é que é a relação do Movimento de Mulheres Negras com o Estado brasileiro?

Nilza: Então, a gente tem feito, a... primeiro, primeira providência, quando esse governo tomou posse, na primeira semana de posse, a Articulação de ONG's de Mulheres Negras fez um dossiê e visitou todos os ministérios dizendo: - Bom dia! Não queremos emprego. Nós somos uma articulação de mulheres negras, essas são nossas propostas pra sua pasta e nos colocamos à disposição, pt, saudações. Fizemos isso naquelas esferas estratégicas: previdência, trabalho, saúde, educação, etc. Definindo prioridades. A partir daí, por exemplo, é que a Articulação é chamada pra ir pro Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico. Entendeu? Fizemos esse, essa via-sacra, a SEPPIR não existia ainda, mas na Secretaria da Mulher, aí nascem os conselhos dentro da SEPPIR e da Secretaria da Mulher.

Pesquisador: Vocês não estão inseridas dentro da secretaria ou dentro do governo. Mas vocês têm uma relação de reivindicação, de cobrar.

Nilza: De reivindicação, de controle social e de/ contribuição. Quer dizer, não é só jogar pedra. Quer dizer, olha, a gente acha que pode ir por aqui, por aqui, agora, nos limites de não abrir mão de ser sociedade civil, a gente não quer se confundir.

O Movimento de Mulheres Negras tem sido incansável em sua luta pela implementação e monitoramento dos compromissos de Durban. Dentre as atividades do MMN a esse respeito, se destacam:

- Estratégia de Comunicação para dar visibilidade às desigualdades de gênero e raça e aos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro em Durban. Sobretudo a Articulação de ONG's de Mulheres Negras tem investido grandes esforços em *media advocacy* e em produzir matérias e documentos que sirvam de base para implementação de políticas governamentais. Dentre alguns materiais, foi produzida uma revista de circulação nacional, distribuída para ativistas do movimento de mulheres negras, movimento feminista, movimento negro, parlamentares e outras autoridades.

- Participação das mulheres negras na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras na qual, pela primeira vez, foi incorporado um capítulo específico sobre a questão racial na Plataforma Feminista.
- Participação das mulheres negras na elaboração do Relatório da Sociedade Civil sobre o cumprimento da CEDAW (Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres) pelo Governo Brasileiro.
- Seminário *Reformas: Raça, Gênero e Políticas de Inclusão Social*, Brasília, 13 de maio de 2003. Promovido pela Articulação de Mulheres Negras e o Senado Federal, o evento buscou a sensibilização dos setores públicos e a participação das mulheres negras no processo de discussão sobre mecanismos para incluir as dimensões de gênero e raça nas reformas.
- Participação do Movimento de Mulheres Negras nas Conferências Estaduais e na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Brasília, entre os dias 30 de junho e 2 de julho de 2005, que visava unir esforços entre governo e sociedade civil para implementação de políticas de promoção da igualdade racial, discutindo a proposta do Estatuto da Igualdade Racial.

Juntamente com as discussões em torno da implementação do Programa de Ação de Durban, o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras também trabalharam para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que se encontrava em tramitação no Congresso Nacional desde 1998. O Estatuto da Igualdade Racial

é um marco político por condensar muitas reivindicações históricas do movimento negro. Ele é amplo e prevê, em seus capítulos, questões como pesquisa, formas de prevenção e combate de doenças prevalentes na população negra (tais como a anemia falciforme); direito à liberdade religiosa e de culto, especialmente no que diz respeito às religiões afro-brasileiras; reconhecimento e titulação das terras remanescentes de quilombos; inclusão no mercado de trabalho, através da contratação preferencial de profissionais negros, tanto na administração pública quanto nas empresas privadas; adoção de políticas de ação afirmativa em concursos públicos e instituições de ensino superior (públicas e privadas); a apresentação de candidaturas pelos partidos políticos e a participação de artistas e profissionais negros na televisão, publicidade e cinema (Estado e Sociedade promovendo a igualdade racial, 2005).

O Estatuto tem uma orientação no sentido de que todas as políticas de desenvolvimento econômico e social devem conter a dimensão de superação das desigualdades raciais. É uma orientação para se redefinirem as políticas universalistas. Ele também tem como diretriz, portanto, as ações afirmativas e, dentro delas, uma medida especial que é o sistema de cotas.

IV.5 – Dilemas, avanços e conquistas do Movimento de Mulheres Negras

O Movimento de Mulheres Negras completa, no ano de 2006, dezoito anos de institucionalização, se tomarmos como ponto de partida a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Desde então, esse movimento tem se revelado contraditório e polissêmico em suas ações públicas, dinâmica interna e relações com os demais movimentos sociais, demonstrando, como afirma Melucci (1996), que não há uma unidade ou substância própria ao movimento, pelo contrário, são sistemas cotidianos de luta social com sentidos múltiplos e com formas diversas de sociabilidade.

Mais uma vez nos apoiando nas proposições desse autor, o MMN pode ser compreendido como um laboratório de reinvenção de experiências do presente, e a sua aparente unidade é sempre sustentada pelas negociações, decisões conflitivas, trocas simbólicas constantemente ativas, mas não aparentes na superfície da ação. Isso nos permite compreender o fato de que, mesmo vivendo dilemas internos em relação à sua forma de organização nacional, as diferentes concepções acerca da autonomia do movimento, os conflitos entre setores e organizações do MMN, entre outros, este conseguiu se consolidar como um importante interlocutor na esfera pública nacional.

IV.5.1 – Principais dilemas do Movimento de Mulheres Negras

Ainda hoje os principais embates internos do MMN estão relacionados às possibilidades de se constituir uma organização nacional que represente adequadamente todos os setores do movimento. Os principais empecilhos a uma organização nacional de mulheres negras podem ser resumidos nos

seguintes pontos: as diferentes concepções acerca do MMN; e as dificuldades de relacionamento entre as diversas tendências existentes no MMN e de validação e legitimação de lideranças.

As questões relativas às diferentes concepções de direcionamento do movimento de mulheres negras, de sua autonomia e formas de organização já foram tratadas aqui e, para não ficar por demais exaustivo, será feita uma breve discussão sobre as duas reuniões nacionais de mulheres negras, ocorridas em Belo Horizonte nos anos de 1997 e 2001, procurando observar como nesses espaços se configurou a forma de disputa política que atualmente ocorre entre a Articulação de ONG's de Mulheres Negras por um lado e o Fórum Nacional de Mulheres Negras por outro.

Diante do protagonismo das mulheres negras no cenário nacional e internacional a partir de meados da década de 90, elas começaram a estabelecer contatos com a Rede de Mulheres Afro-Caribenhas e Afrolatino-americanas, sendo que, inclusive, a partir do processo de Beijing as mulheres negras se comprometeram a indicar duas representantes brasileiras para comporem a Rede. No entanto, diante das dificuldades internas do MMN, a participação de mulheres negras brasileiras no 2º Encontro da Rede, embora expressiva (foram 29 mulheres à Costa Rica participar do Encontro) não contou com o posicionamento coletivo destas e tampouco puderam aceitar sediar a Rede para o triênio seguinte (ROLAND, 2000).

Esses dilemas internos levaram as mulheres negras a organizarem em 1997 duas reuniões nacionais. A primeira, realizada de 19 a 20 de abril, em Campinas, contando com a participação de 58 mulheres de oito estados. A intenção dessa reunião foi avaliar a II Reunião da Rede de Mulheres Afro-

Caribenha e Afrolatino-americana, tendo se definido, por ocasião dessa reunião três representantes brasileiras e ficando para a reunião de Belo Horizonte a definição de mais três. Em setembro do mesmo ano, ocorreu em Belo Horizonte, a II Reunião Nacional de Mulheres Negras contando com 69 participantes de dez estados, dando continuidade aos temas abordados anteriormente, mas tendo como principal foco a definição de um claro formato de organização nacional do movimento, uma vez que desde 1994 as mulheres negras não mais haviam conseguido estabelecer um consenso sobre as formas de organização do movimento.

O Relatório final do encontro apresenta os seguintes objetivos da Reunião de Belo Horizonte:

- Discutir formas de organização das mulheres negras;
- Discutir as bandeiras de lutas identificando objetivos comuns;
- Discutir a forma de relacionamento do movimento brasileiro de mulheres negras com a Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatino-americanas e proceder a eleição de mais três representantes (Relatório Final, 1997:02),

À época da Reunião de Belo Horizonte havia acontecido uma ruptura no interior do Geledés, principal organização de mulheres negras do Brasil, sendo que algumas ex-militantes fundaram nesse mesmo ano a ONG Fala Preta!. Eram justamente as representantes da Fala Preta! conjuntamente com a Criola, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro as principais defensoras de uma Rede Nacional de Mulheres Negras, com uma forma de funcionamento – Rede – tomada de empréstimo às formas organizativas já bem estabelecidas pelo movimento feminista. Por outro lado, havia setores do movimento que defendiam o formato de uma Articulação de Mulheres Negras. O excerto apresentado a seguir, retirado do Relatório Final da Reunião,

demonstra o clima de tensão entre essas duas perspectivas de organização do movimento:

[...] temos um sentimento generalizado de frustração, particularmente em relação ao nosso processo organizativo. O sistemático aborto destas propostas de constituição, seja de Comissões ou Articulações ou Redes de Mulheres Negras de caráter nacional, faz supor que, instintivamente, perseguimos algo que não se encontra suficiente maduro para se revelar enquanto uma forma de organização política coletiva que tenha efetivamente o nosso rosto. Talvez tais impasses no plano organizativo se devam ao fato de que historicamente temos proposto formas organizativas tomadas de empréstimo do Movimento Negro – grandemente influenciado pelos modelos organizativos de esquerda – ou temos defendido experiências organizativas do Movimento Feminista, supostamente mais horizontais, como as Redes temáticas. [...] isto se deve à realidade de que a agenda política das mulheres negras tem sido determinada por estes dois movimentos, então as nossas opções organizativas decorrem da maior ou menor proximidade em relação a cada um deles (Relatório Final, 1997:03-4).

Para Roland (2000), tal indefinição quanto às formas de organização nacional do MMN, ocorre na medida em que há setores que não incorporam a dimensão de gênero e propõem a organização das mulheres negras no interior do Movimento Negro via CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), há setores que procuram diminuir a articulação autônoma de mulheres negras e que pretendem influenciar o MMN através de redes feministas gerais e, por último, há setores que não apóiam a organização autônoma de mulheres negras.

Em relação à Reunião de Belo Horizonte, o dado mais anacrônico é que, embora as mulheres negras brasileiras tivessem apoiado a formação de uma Rede Latino-americana e Caribenha de Mulheres Negras e, inclusive indicado seis representantes brasileiras para comporem a diretoria da mesma, internamente negaram de forma veemente essa mesma forma organizativa, uma vez que 42 mulheres votaram por não definir uma forma de organização nacional de mulheres negras e apenas oito, das quase setenta mulheres

presentes à Reunião, apoiaram a constituição de uma Rede de Mulheres Negras. Assim, em termos organizativos, a II Reunião Nacional de Mulheres Negras deliberou o seguinte:

Consideramos legítima a participação das mulheres negras em diferentes instâncias organizativas, em âmbito local, regional, nacional e continental. Logo, é legítima a participação das pessoas em caráter individual ou como membro de um grupo/entidade em todas as formas de organização apontadas, tais como: rede, fórum, CONEN, articulação, etc. (Relatório Final, 1997:13).

Outra deliberação da reunião foi a proposta de realização do III Encontro Nacional de Mulheres Negras para antes do ano 2000. Porém, tal encontro veio a ocorrer entre os dias 26 e 29 de julho de 2001, também em Belo Horizonte, em pleno processo preparatório para a III CMR de Durban. Os objetivos do Encontro, mais uma vez, foram a reflexão em torno da organização das mulheres negras e o combate ao racismo e à opressão de gênero, considerando-se a pluralidade e diversidade cultural e histórica das mulheres negras (Documento do III ENMN, 2001).

A trajetória desse encontro não é muito diferente da trajetória dos demais encontros, seminários e reuniões de mulheres negras ao longo da década de 90. Ou seja, não consolidou uma pauta política unificada e nem tampouco conseguiu estabelecer uma forma organizativa consensual. Um agravante, no caso específico desse encontro, foi o fato de já se estar constituindo àquele momento uma Articulação Nacional de ONG's de Mulheres Negras que, inicialmente, objetivava servir de instrumento político para que as mais diversas organizações de mulheres negras tivessem um papel protagônico na II CMR. No entanto, a Articulação de Mulheres Negras foi, aos poucos, auto-legitimando como “instância representativa das mulheres negras”, sem que, no entanto, essa legitimidade tivesse se estabelecido a partir dos

mais diversos segmentos que compõem o MMN, o que gerou, a partir de 2003, a consolidação do Fórum Nacional de Mulheres Negras, congregando outras organizações de mulheres negras e com uma visão de direcionamento político por vezes divergente e conflitante em relação à Articulação de Mulheres Negras.

IV.5.2 – Articulação e Fórum de Mulheres Negras

Para compreender as disputas políticas e os pontos de convergência entre a Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras e o Fórum Nacional de Mulheres Negras é importante apresentarmos um debate/disputa que, até o momento, não foi sistematizado no interior do movimento de mulheres negras. Trata-se das relações entre associações/grupos de voluntariados e ONG's de mulheres negras.

Como já expresseo ao longo deste trabalho, o MMN herdou formas organizativas e políticas do Movimento Feminista e do Movimento Negro, construindo, assim, uma forma híbrida de articulação entre esses movimentos. As mulheres negras do Sudeste (especialmente as do Rio de Janeiro e São Paulo) consolidaram como forma primordial de atuação política as organizações não-governamentais.

Ao final da década de 80, quando ainda não havia a explosão de ONG's as mais diversas, algumas entidades do movimento de mulheres negras já nascem com esse *status*. Esse é o caso, só para citar algumas organizações, do Geledés, primeira instituição a se consolidar como uma ONG de mulheres negras; a Casa de Cultura da Mulher Negra, de Santos; a Criola, organização

de mulheres negras do Rio de Janeiro e Maria Mulher, do Rio Grande do Sul. Essas entidades, que posteriormente foram acompanhadas por inúmeras outras, partilham as seguintes características: são organizações da sociedade civil, estatutárias e constituídas na forma da lei, são prestadoras de serviços, sem fins lucrativos e mantêm compromissos de solidariedade para com o Movimento de Mulheres Negras, embora haja uma controvérsia se são, ou não, parte do movimento ou se apenas contribuem para ele.

As grandes vantagens das ONG's em relação às associações de voluntariado estão em sua capacidade de mobilizar recursos financeiros, a partir de agências de fomento que as reconhecem como espaço legítimo da sociedade civil, em sua possibilidade de se relacionarem com organismos internacionais de regulação, como a ONU, por exemplo, que também legitimam essa forma de atividade, e também por profissionalizarem seu quadro de militantes, garantindo-lhes acesso a informações e ferramentas de intervenção fundamentais para a manutenção das atividades das ONG's.

Já as associações e grupos baseados no voluntariado formam, efetivamente, a base do movimento social, na medida em que promovem o espaço de conscientização política dos militantes, têm maior capilaridade e não funcionam a partir da prestação de serviços, ou seja, não estão submetidas a um foco de atuação específica, sendo capazes de oferecer o caráter de mobilidade e polissemia às ações e práticas que são indispensáveis para a sobrevivência do movimento social.

Luiza: Mas efetivamente, existe uma diferença entre se organizar como ONG e se organizar como um grupo ou uma entidade do movimento social, né? Existe uma diferença, né? E que no Movimento Negro se cochicha muito a respeito disso, mas não se discute efetivamente, né? Agora, ao mesmo tempo, eu... acho que as ONG's não poderiam existir se não houvesse essas outras organizações que são do tipo informal. Que eu diria que são mais, propriamente, organizações do Movimento

Social, entendeu? Por que um Movimento/ ... Mo-vi-men-to/ ele se forma é assim mesmo, por grupamentos que vão espontaneamente, provocados pela conjuntura e etc, se reunindo e fazendo coisas. O que dá sustentação pra existência das ONG's é a existência desses milhares de grupos que existem espalhados pelo Brasil todo, percebe? Por quê? Toda vez que uma ONG vai fazer um balanço do que é a situação sobre a qual ela quer intervir etc., etc., ela tem que se referir ao quê? Ela tem que se referir ao Movimento das Mulheres Negras, ao Movimento Negro, percebe? Que é formado por isso! Por esses grupos que existem por aí. São eles é que dão possibilidade de existência desta organização mais formalizada, né? São eles é que garantem, digamos, aos olhos de quem se organiza enquanto ONG, essa possibilidade de que concretamente existe no Brasil uma população negra que se preocupa com sua própria situação e que busca, de algum modo, fazer alguma coisa pra que isso se modifique. Não é? Então o que tá faltando pra gente, eu acho, em primeiro lugar humildade, né? Pra poder reconhecer que existe, entre essas duas formas de organização, uma complementariedade que não pode ser descartada de maneira nenhuma, porque é mais fácil as ONGs deixarem de existir do que essas centenas de milhares de organizações informais, entendeu? Ao passo que as ONGs não resistiriam sem a existência dessas pequenas organizações, né? Então acho que tem que haver um pouco mais de humildade, né? Da maneira como a gente olha isso.

Luiza: E, pra mim, a diferença tá como eu vejo, tá numa coisa que chama formação de consciência, vamos dizer assim. Ahn... os grupos é... dos Movimentos Sociais, eles têm ... um crítico mais apressado olha e diz assim "não tão fazendo nada, não tem papel específico", mas eles fazem uma coisa que é fundamental, que é manter viva essa consciência sobre o papel do racismo na sociedade brasileira. São esses grupos que fazem o trabalho político, vamos dizer assim, mais político por excelência, né? Quer dizer, não necessariamente é um trabalho que passa por uma prestação de um serviço pra comunidade, mas ele vai passar por essa possibilidade de ter as pessoas reunidas, discutindo a sua situação, pensando é... as suas possibilidades, pensando os seus limites como... coletividade e coisas desse tipo, né? E a ONG não, a ONG ela tem uma pauta que é dirigida, uma coisa pra produzir resultados dentro de áreas que são áreas bem definidas. Então se eu tenho um projeto pra capacitar professores, aquilo é dirigido pra uma determinada população etc., etc. quando eu tô fazendo esse trabalho, não necessariamente eu tô fazendo um trabalho que é pra angariar militância pra o Movimento Negro ou coisa desse tipo. Não! Muitas vezes eu tô fazendo um trabalho que é para oferecer às pessoas determinadas competências na área de se lidar com a questão do racismo.

No entanto, o que pode ser verificado no Movimento de Mulheres Negras é que entre essas formas de atuação política e organizativa há disparidades muito grandes, sendo que: "Uma contradição freqüente é a contradição regional, que se estabelece entre os estados do Norte-Nordeste e

os do Sul-Sudeste [...]. O maior acesso a informações e recursos que, por vezes, marca os grupos do Sudeste é vivido como uma ameaça pelos grupos do Nordeste” (ROLAND, 2000:252).

Essas contradições que são ao mesmo tempo regionais, organizacionais e políticas desembocam no paradoxo vivido pelo movimento de mulheres negras na atualidade. Ao mesmo tempo em que o MMN se vê reconhecido como ator social importante e digno de reconhecimento, tendo sido capaz de trazer a público as questões da especificidade da mulher negra, não consegue consolidar e validar lideranças que representem, ainda que provisoriamente, os anseios das militantes, em específico, e das mulheres negras brasileiras de um modo geral. Além disso, há um maior acesso das mulheres negras militantes da região sudeste aos espaços de interlocução governamental, por exemplo, e também às agências de fomento, permitindo que elas possam se dedicar ao Movimento de Mulheres Negras de uma maneira bastante privilegiada em relação às militantes de associações de voluntariado e de estados fora do eixo Rio – São Paulo.

É a partir dessas contradições entre ONG's e associações de voluntariado, entre distintas regiões do país e entre concepções sobre o direcionamento político do movimento que podemos analisar o surgimento e as disputas entre Fórum e Articulação de Mulheres Negras.

A Articulação surge, como já dito, no ano de 2000, tendo como foco inicial angariar recursos e fazer *advocacy* para as causas defendidas pelas mulheres negras. A primeira atividade da Articulação foi a realização de um Seminário Nacional coordenado pelas ONG's Geledés - Instituto da Mulher Negra/SP, Criola/RJ e Maria Mulher/RS, que reuniu no Rio de Janeiro 25

mulheres pertencentes a ONG's de mulheres negras de todas as regiões do país, com algumas especialistas em Conferências da ONU. Desse encontro nasceu a Articulação de ONG's de Mulheres Negras rumo à III CMR, que produziu a Declaração de Mulheres Negras Brasileiras, documento com uma análise preliminar sobre as condições de vida e saúde das mulheres negras brasileiras, que serviu de subsídio para vários encontros regionais, nacionais e latino-americanos para a III CMR (Projeto Articulação, 2002).

A Articulação de Mulheres Negras congrega apenas ONG's/Grupos específicos de mulheres negras e, segundo o Projeto Articulação de Mulheres Negras, tem como focos principais o desenvolvimento e o empoderamento das ONG's de mulheres negras, como apresentado abaixo:

Objetivo Geral:

Ampliar e consolidar a intervenção da Articulação no cenário nacional e internacional, a partir da construção de uma plataforma de ação em defesa das mulheres negras na sociedade brasileira.

- Contribuindo para o fortalecimento das ONG's de mulheres negras;
- Propondo e implementando o monitoramento dos resultados da III CMR;
- Construindo estratégia para inserção de temas e diálogo com a mídia nacional;
- Expandindo as parcerias locais, estaduais, nacionais e internacionais;

Objetivos Específicos:

- Estabelecer infraestrutura de funcionamento da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras;
- Contribuir para o fortalecimento das ONG's de mulheres negras;
- Propor a implementação e monitorar os resultados da III CMR;
- Construir estratégia para inserção de temas de interesse das mulheres negras na mídia nacional
- Ampliar e consolidar a intervenção da articulação no cenário nacional e internacional e expandir as parcerias em todos os níveis;
- Elaborar a plataforma política das mulheres negras para a sociedade brasileira.

Estratégias

- Atuação descentralizada em rede, com as organizações integrantes da Articulação e com os demais movimentos sociais nacional e internacionalmente.
- Participação democrática das diferentes atrizes na construção de uma plataforma de ação e no desenvolvimento das ações políticas.
- Inclusão no debate político nacional e internacional das organizações de mulheres negras de vários estados.

- Desenvolvimento da capacidade de influir nas políticas públicas em todas as fases (elaboração, execução e monitoramento).
- Diálogo permanente com organizações comprometidas com a luta anti-racista e antisexista (Projeto Articulação, 2002).

Diante dos objetivos e estratégias descritos, a Articulação tem procurado ocupar os mais diversos espaços político-institucionais nacionais e internacionais, com vistas a promover não apenas um debate sobre as questões relativas à situação da mulher negra como para poder influir na agenda de Estado, principalmente nas questões que dizem respeito ao desenvolvimento social e econômico e nas destinações orçamentárias que contemplem políticas específicas para mulheres negras.

Já o Fórum Nacional de Mulheres Negras se consolidou no ano de 2003 e, diferentemente da Articulação, congrega mulheres negras militantes em quaisquer entidades negras, sejam elas específicas, ou não, de mulheres. No Fórum de Mulheres Negras apenas duas ONG's participam e o restante das organizações é basicamente de caráter voluntário. Assim, o Fórum não tem o mesmo impacto político que a Articulação, não conseguindo acessar os espaços político-institucionais e promover de forma satisfatória sua visão política sobre o direcionamento do movimento de mulheres negras.

A disputa entre Fórum e Articulação está no campo da legitimidade e representatividade. A Articulação se legitimou enquanto instância política das mulheres negras, mas, por não contar em seus quadros mulheres negras de associações de base, não se pode dizer que ela seja representativa dos interesses dessas mulheres, ao passo que o Fórum congrega mulheres negras de associações de base, mas não consegue se legitimar, sobretudo na esfera político-institucional, como interlocutor válido.

Edna: É a partir da reunião de, de Belo Horizonte que, então, se resulta nesta realidade lamentável de hoje em dia, na, na minha avaliação, em

que você tem Fórum Nacional de Mulheres Negras de um lado e a Articulação de ONGs de Mulheres Negras de outro. A Articulação de ONGs com muito mais acesso à visibilidade, acesso a recursos, internacionalização, etc. e tal, entendeu?, em que a coordenação da Articulação não consulta aos membros da Articulação. Não há consulta. Não há processo democrático dentro da Articulação. [...] E o problema dum Fórum, por outro lado, são as imensas dificuldades de organização, né, a grande maioria dos grupos que fazem parte do Fórum são grupos com um, um, um precário grau de organização, né, sem acesso à internet, sem acesso a computador, sem acesso à informação, sem profissionalização, etc., etc., etc. Então essa é uma divisão que é terrível para o movimento de mulheres negras, né?! É... é absolutamente fundamental e necessário e, e, e... e ambos, é um lado execrando o outro. Eu não sei se já tá se conseguindo superar um pouco, é... esse tipo de coisa. Mas é absolutamente essencial que o Movimento de Mulheres Negras supere esta estupidez dessa divisão, né?! É preciso que é, é, as mulheres que estão nas ONGs, é, deixem de ter DESPREZO, porque é esta a palavra, pelas organizações de base, pelas mulheres que estão no Fórum Nacional. E é preciso que as mulheres que estão no Fórum Nacional reconheçam a importância e a necessidade de um diálogo com as mulheres que estão nas ONGs! Porque não há salvação para o Fórum Nacional de Mulheres Negras se não puder contar, é, é, com a participação, a presença e a influência das mulheres que estão nas ONGs. E não há representatividade para a Articulação, é, é, de ONGs e mulheres negras se elas não puderem contar com a, com a legitimidade das organizações que estão no Fórum Nacional de Mulheres Negras. A solução só pode ser superar essa questão.

IV.6 – Avanços e conquistas do Movimento de Mulheres Negras

Com toda a diversidade em relação à origem, aos processos de constituição do MMN, as diferentes concepções sobre autonomia e organização do movimento, a relação com o Estado, a praticamente ausência de apoiadores externos, o Movimento de Mulheres Negras tem reconhecidamente contribuído no debate e na construção de uma sociedade mais igualitária do ponto de vista das relações raciais e de gênero. Nesse sentido, pode-se efetivamente pensar que esse tem sido um movimento vitorioso ainda que, como diz Melucci (1996), o sucesso de um movimento social não possa ser medido, uma vez que transcende a dimensão

empiricamente observável. E muitos dos entraves em relação às conquistas e avanços do movimento de mulheres negras, do movimento negro e de sua capacidade de transformar as condições de existência da população negra brasileira são em decorrência do racismo e do imobilismo próprios à nossa sociedade que, como um teto de vidro, impendem a completa integração de negras e negros nos mais diversos âmbitos da vida social, política, cultural e econômica deste país.

Nessa perspectiva, como procuramos afirmar ao longo deste trabalho, a afirmação das mulheres negras enquanto sujeitos políticos de direitos traz uma constituição identitária relacionada às condições objetivas/materiais de vida, ao reconhecimento social e às relações que constroem no âmbito do movimento e com o Estado. Ou seja, em que medida as condições materiais de existência conformam as identidades das mulheres negras? Em que medida políticas de reconhecimento identitário e de visibilização das especificidades dessas mulheres promovem mudanças em suas vidas cotidianamente e alteram as relações entre elas, os homens negros, as mulheres brancas e os homens brancos? E o Estado, em que medida garante políticas promotoras de igualdade racial ou mesmo acena com mudanças estruturais que afetem, direta ou indiretamente, as condições materiais em que vive a maior parte da população negra brasileira?

A relação entre as mulheres negras e essas distintas, mas interligadas, esferas de sociabilidade são marcadas pela desigualdade e, portanto, se constituem em relações de poder, num complexo jogo em que gênero e raça são expressões ao mesmo tempo materiais e imateriais de reificação dessas desigualdades. Como afirma Melucci (1996), tais relações de poder afetam as

capacidades comunicacionais/informacionais, as oportunidades de mobilizar recursos e as possibilidades de autodefinição individual e coletiva dessas mulheres.

Diante disso, o Movimento de Mulheres Negras, ao inscrever-se no espaço público como sujeito coletivo, baliza sua identidade coletiva a partir do modo como racismo e sexismo ordenam a vida social de homens e mulheres, negros e brancos, sugerindo que, para além de práticas e pertencimentos (ser mulher negra), busquem também o reconhecimento da diferença (a especificidade desse pertencimento), articulando em sua construção identitária reivindicações do discurso democrático e de direitos de outros sujeitos sociais oprimidos, construindo o que Mouffe (1988) define como redes de equivalência.

A partir do exposto, apresentaremos uma discussão sobre avanços e conquistas do MMN, procurando articular como esses avanços se relacionam ao campo identitário, ao espaço de constrições e oportunidades políticas e ao processo de lutas emancipatórias empreendidas pelas mulheres negras. Procuraremos apresentar e discutir os avanços do MMN a partir de quatro eixos temáticos: 1 - Interno e Organizativo; 2 – Político-Institucional; 3 – Redes de Solidariedade com outros Movimentos Sociais; e 4 – Da produção acadêmica.

O processo de consolidação do sujeito político mulheres negras traz como uma de suas conseqüências mais perceptíveis, no que estamos considerando o eixo interno e organizativo de seus avanços, uma mudança nas formas organizativas do próprio movimento negro, ou pelo menos uma reflexão sobre novas possibilidades de ação política e mobilizatória. Como as

mulheres negras puderam acessar de maneira mais ou menos livre tanto o movimento feminista quanto o movimento negro, elas conseguiram constituir entidades que, do ponto de vista organizativo, representam, ainda que de forma discutível, um avanço em relação às entidades tradicionais do movimento negro. Ou seja, com as mulheres negras chegam com mais rigor as chamadas ONG's, com pautas de trabalho que são mais definidas que a de outros grupos negros, gerando possibilidades de atuação e intervenção não tematizadas até então pelo movimento negro.

Além disso, a emergência desse sujeito coletivo – mulheres negras – nos permite a possibilidade de pensar em redes de equivalência, nas quais, a partir de um complexo jogo de se relacionar igualdade e diferença, se constroem práticas articulatórias entre demandas distintas, e os agentes sociais se tornam mais democráticos na medida em que aceitam a particularidade e limitação de suas reivindicações. O que as organizações de mulheres negras trazem de fôlego novo ao movimento negro é a possibilidade de se pensar a categoria negro como um articulador central, mas que também não é um dado homogêneo e isento de divergências internas.

Na verdade, falar em Movimento Negro implica no tratamento de um tema cuja complexidade, dada a multiplicidade de suas variantes, não permite uma visão unitária. Afinal, nós negros não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis [...] apesar da redução à 'igualdade', imposta pela escravidão, já nos levam a pensar em diversidade [...]. Agora, se a gente junta tudo isso (e muito mais), uma pergunta se coloca: será que dá pra falar do Movimento Negro? É claro que se a gente coloca a perspectiva acima delineada não dá. Como não daria para falar de Movimento de Mulheres, por exemplo. No entanto, a gente fala. Exatamente porque está apontando para aquilo que os diferencia de todos os outros movimentos; a sua especificidade (GONZALEZ; HASEMBALG, 1982:19).

A possibilidade que há atualmente de se viver a negritude e de se constituírem movimentos que tomam a categoria negro como articulador central, mas a relacionam a outras formas de opressão como gênero, geração, orientação sexual, religiosidade, práticas culturais, ou seja, essas diferentes formas de organização política da identidade negra, revela que, embora pautados pela especificidade, esses distintos modos de se pensar e articular a categoria raça acenam com a universalidade dos princípios democráticos¹³.

Por essa perspectiva podemos observar como o discurso da especificidade da mulher negra ensejou a possibilidade de o movimento negro deter-se sobre suas fronteiras identitárias, em que há uma articulação permanente na codificação das diferenças internas encerradas nas estratégias políticas do “específico”.

O segundo eixo temático diz respeito às modificações do ponto de vista da interface do Movimento de Mulheres Negras com os aparatos político-institucionais. Na medida em que as feministas foram ganhando espaços institucionais, as mulheres negras também as acompanharam nesse processo, participando, por exemplo, do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, do Conselho da Condição Feminina de São Paulo, e dos Conselhos da Mulher de outros lugares. Essa participação garantiu dentro das discussões, em alguns momentos mais e em outros menos, uma preocupação de implementação de políticas públicas que atendam minimamente as mulheres negras. A própria participação de mulheres negras em Conferências Internacionais da ONU e a criação e consolidação de Secretarias e Coordenadorias para Assuntos da

¹³ Não por acaso observamos ao longo da década de 90 o aparecimento de vários “movimentos negros” como, por exemplo, os movimentos de juventude negra, os movimentos de universitários negros, os movimentos ligados à cultura de periferia dos grandes centros urbanos, vinculados ao hip-hop e ao funk, os grupos de padres e diáconos negros, os movimentos quilombolas, entre outros.

Comunidade Negra, em diferentes cidades e estados do país, a criação de uma Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial junto ao governo federal e, mais recentemente, a criação de Coordenadorias de Gênero e Raça em alguns municípios brasileiros revelam quanto o discurso das mulheres negras tem conseguido, apesar de suas fragilidades internas e do racismo ainda persistente na sociedade brasileira, estabelecer espaços de interlocução capazes de promover algum nível de mudança no cotidiano das mulheres negras.

O terceiro eixo, o das redes de solidariedade estabelecidas entre o MMN e outros movimentos sociais, também é elucidativo em relação às redes de equivalência de direitos. O MMN tem procurado estabelecer contato com os mais diversos movimentos sociais, mas mantendo uma centralidade em suas articulações com o movimento negro e o movimento feminista. Em relação a este, se a lógica no início dos anos 80 era de confronto, hoje em dia há uma delimitação de pautas comuns e as feministas brancas têm incorporado a dimensão racial em suas discussões, em seus encontros regionais, etc.

Pesquisador: Pra você, o Movimento de Mulheres Negras ele tá próximo ao movimento feminista, ou é um movimento feminista?

Nilza: Ele tá próximo, e hoje o movimento feminista assimila mais. A... tá muito mais próximo das atividades, eu acho que a gente tá bem próximo, bem próximo. A Articulação tem feito um trabalho em todos os níveis com o movimento feminista. Obviamente, de vez em quando tem tensões que eu acho que são saudáveis. Atualmente, nesse momento, nós tamo propondo uma/ reunião nacional com, pra discutir feminismo e feminismos. O que é que nos une, o que é, quais são as arestas, mas a grande maioria das atividades nós temos feito, trabalhado com o movimento feminista em cooperação, em parceria, eu acho que avançamos muito. Você tem mulheres negras hoje em postos de mando dentro do movimento feminista. Você tem a Fátima Oliveira que é de B.H. e dirige uma rede que é uma das mais importantes redes de mulheres no Brasil, que é a rede de saúde, feminista. Você tem na AMB, Articulação de Mulheres Brasileiras, hoje, a..., tá tomando posse a Nalva que é uma afro-descendente, então, você tem hoje, ocupando postos dentro do feminismo, mulheres negras, que não falam mais hoje

só pelas negras, mas falam pelo conjunto de mulheres. Então há uma mudança qualitativa nessa relação.

Rosa Margarida: O movimento feminista brasileiro é um parceiro, ainda não com toda a força que deveria existir, porque dentro do movimento feminista, as mulheres em geral, estão lutando pela sua inserção, né, nesse universo político. Mas dentro do movimento feminista brasileiro, existe um movimento feminista das mulheres negras. E ainda precisa sensibilizar o movimento feminista como um todo que existe um recorte racial dentro desse universo que elas estão lutando. Existe um movimento feminista, ele deve existir, mas acoplado a esse movimento feminista é preciso que haja um movimento também de visibilidade das mulheres negras. Tem que ser feito um recorte étnico-racial nesse movimento feminista.

A parceria com o movimento feminista foi crucial para que em 1995, na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, se aprovasse no texto oficial das Nações Unidas o reconhecimento de que o racismo era um impeditivo para a completa igualdade de oportunidade entre as mulheres.

Outro espaço de solidariedade que as mulheres negras estabeleceram foi em relação às trabalhadoras domésticas, por exemplo. As mulheres negras foram bastante importantes para a constituição de um movimento mais forte das trabalhadoras domésticas em diversos estados do país. Além disso, o MMN está em contato direto com a Rede Afro-Caribenha e Afrolatino-Americana de Mulheres Negras, recebe aportes financeiros de ONGs norte-americanas e Européias de mulheres, de algumas instituições financeiras para projetos específicos, como o *Bank of Boston*.

Mas, não se pode dizer que o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento Negro contem, efetivamente, com apoiadores externos para suas causas e reivindicações. No caso do MMN os apoios financeiros, por exemplo, são destinados quase que exclusivamente às ONG's e se destinam a realização de projetos de prestação de serviços, não necessariamente

significando uma aproximação político-ideológica entre as instituições fomentadoras e o MMN. Diferentemente dos EUA, onde o movimento por direitos civis contou com fortes redes de solidariedade internas e externas ao movimento, no caso do Brasil, essas lutas por direitos para a população negra têm sido levadas sem nenhum grande apoio de setores da elite intelectual, econômica ou política do país, o que torna as conquistas e avanços representados pela ação do movimento negro e do movimento de mulheres negras dignos de grande respeito e reconhecimento.

Luiza: pra mim a maior prova de que o discurso do Movimento Negro celebrou é essa questão das comunidades quilombolas, porque nós, inclusive, o Movimento Negro sempre caracterizou por ser um Movimento Urbano... e, no entanto, tá lá, essas coisas tão lá... de alguma maneira é... reproduzidas e reinterpretadas nos termos da própria comunidade, né? Se tu considera, por exemplo, que o próprio RAP e outras manifestações musicais que existem e que são mais ou menos típicas de comunidades negras urbanas pobres, e esse discurso da questão racial tá lá presente também. Então eu acho que tá, acho que a gente conseguiu, a mensagem chegou pra muita gente [...]. Tu chega num determinado espaço da população e as coisas vão se reproduzindo a partir daquilo ali, né? Então, qual é a diferença? Por quê? Continuam morrendo jovens negros, morrem mais jovens negros do que morriam antes, muito provavelmente o desemprego dentro da comunidade negra hoje é maior do que já foi há mais tempo etc e tal. Mas o ganho, na verdade, ele é um ganho político. É uma comunidade que cada vez mais sabe o porquê que morre, é uma comunidade que cada vez mais sabe o porquê que ela fica mais fora do mercado de trabalho mais facilmente, pelo menos mais fora do mercado de trabalho mais formal.

Pesquisador: Pelo menos o poder de nomeação das formas de opressão a gente ainda tem?

Luiza: Lógico, já tem, e eu acho que isso é um ganho muito grande. Isso não pode ser desprezado. Principalmente em função daquilo que eu tava falando hoje, é um movimento que conseguiu isso como resultado sem nenhum apoio de outros setores que teriam na mão os meios de comunicação, os aparelhos de produção de conhecimento e por aí vai. Eu acho isso um grande feito, acho isso um grande feito. Do ponto de vista material, que também tá muito em cena, o impacto ainda é localizado naqueles setores da comunidade negra que já estavam um pouco melhor preparados pra poder é... se agarrar a determinadas oportunidades, especialmente essas oportunidades ligadas ao nível de escolaridade, mas acho também que uma mudança do ponto de vista material da comunidade negra, ou em outras palavras, mudanças mais estruturais é... do ponto de vista da inserção social dos negros, ela só vai poder vir junto com outras mudanças estruturais que ocorram no

interior da sociedade brasileira, isso aí não tem por onde correr. Isso aí não tem por onde correr.

O quarto eixo em que discutimos os avanços e conquistas do Movimento de Mulheres Negras se refere ao da produção acadêmica. Ou seja, as mulheres negras também têm sido não apenas sujeitos de sua própria história como têm, ainda de forma incipiente, sido tomadas como objeto de estudo dentro da academia brasileira, justamente pelo lugar de visibilidade que conseguiram construir pela sua militância e atuação política. Do ponto de vista do que é produzido academicamente, há uma busca por compreender esse tema, essa especificidade.

Normalmente essa busca por produzir academicamente sobre o papel político das mulheres negras na sociedade brasileira tem partido delas próprias, na medida em que buscam estabelecer um diálogo entre academia e militância (no processo de construção deste estudo tivemos acesso a dois outros trabalhos sobre o Movimento de Mulheres Negras, as também dissertações de mestrado de Rosália Lemos e Eliane Borges da Silva, ambas militantes do movimento), demonstrando, assim, a assertiva de Gramsci, para quem todo grupo social produz seus próprios intelectuais.

Outro ponto que revela o impacto do movimento negro e do movimento de mulheres negras sobre a produção acadêmica diz respeito ao fato de muitas pessoas negras que se inseriram mais recentemente na academia terem ido buscar estudar temas relacionados à questão da negritude, da identidade negra, da família negra, entre tantos outros temas de relevo para nos apresentarmos e delimitarmos nosso papel em uma sociedade que sempre nos invisibilizou. A própria emergência de referências negras

contemporâneas como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento e Milton Santos, por exemplo, é uma importante abertura para o reconhecimento por parte da academia, de que nós negros também somos produtores de conhecimentos relevantes e para que negras e negros de um modo geral possam se ver para fora dos estereótipos usuais. Então, todas essas mudanças se dão por conta desse sujeito político, na medida em que se busca entendê-lo, em saber mais quem são as pessoas, quem são as referências. Tanto para dentro, como para fora da comunidade negra, há um reconhecimento de que esse sujeito político existe.

Edna: Então, eu acho que em alguns momentos, é... o impacto... é, da nossa... do nosso trabalho e da nossa atuação... é... tem sido, talvez, muito maior do que as nossas condições reais, né?! Eu às vezes tenho essa, essa percepção. E que... a coisa reverbera, vai para além da nossa... ah... da nossa capacidade real, entendeu, do... da nossa força numérica, e tudo isso, né?! Coisa que também acontece com o Movimento de Mulheres, não é?! Ah... às vezes eu acho que as coisas se dão, apesar de nós. [...] Talvez nós tenhamos sido capazes de tocar a sociedade em alguns pontos nevrálgicos que provocam reverberações e torna possível as mudanças, né?! Porque... ah... naquele artigo lá do... do "Tirando a Máscara" eu falo de... de como a gente tinha conseguido certas inserções, certa visibilidade na mídia, certos impactos junto ao governo e junto às agências internacionais apesar das nossas fragilidades, né, quer dizer, se você pensar nós não temos uma Rede Nacional de Mulheres negras, né?! Nós não temos, é, é, um espaço, ou um Fórum Nacional poderoso, entendeu?! Com, com que, que, conte, com já com toda a capacidade instalada do Movimento de Mulheres Negras, né?! Você num tem uma articulação de ONGs que de fato tenha, digamos, é... procedimentos amplos, abertos, democráticos na sociedade. Mas, apesar de todas essas limitações, é... a gente tem conseguido processos de mudança a partir, digamos, de, certas inserções políticas que nós fomos capazes de fazer. Por exemplo, se você é... pensar que na Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. É... que foi organizada pela Secretaria, né, Nacional. Ah... se contou com uma mulher negra que assessorou o processo da Conferência. Mas o fato é que se você ler as conclusões da Conferência Nacional... é... de Políticas para Mulheres do Brasil, a presença da temática racial ela se faz de cabo a rabo, né? É praticamente assim... "o que falta pra gente ser respeitado". Quer dizer, nós chegamos a uma situação...

Pesquisador: Que o discurso de vocês transcendeu uma...

Edna: Transcendeu, ele penetrou a sociedade ou a militância, ah, de mulheres de tal forma que há lugares em que nós não estamos presentes, mas as mulheres feministas já se encarregam de incluir a questão, porque foi incorporada a questão. Ah... o, agora, por exemplo,

uma tendência que está havendo a nível local, e muitas vezes parte desse processo inclusive, né, que são a criação, é... de coordenadorias de gênero e raça, em que as duas temáticas, é, estão sendo ou serão trabalhadas em conjunto, né? Quer dizer, isso é uma coisa que resulta da atuação inegável das mulheres negras, quer dizer, quando você cria uma coordenadoria de gênero e raça, é quase obrigatório que quem vai ser a cabeça dum negócio desse é uma mulher negra, né?

O que ainda falta a essas mudanças, que são visíveis, é saber se elas têm sido capazes de produzir um impacto mais efetivo no cotidiano das pessoas. Mas as mudanças estão presentes, com a capacidade de, em algum momento, se consolidarem na vida cotidiana de negras e negros brasileiros. Muitos dos avanços do movimento negro de um modo geral são decorrentes, por exemplo, da dedicação de mulheres negras, como é o caso das experiências vinculadas à educação, à violência e à saúde da mulher negra. Ou seja, de fato as mulheres negras conquistaram, com muita luta, o direito de falarem, de pensarem e de se construírem a partir de seus próprios referenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a partir de uma relação mais próxima com o Movimento de Mulheres Negras suscita compreender diferentes significados das ações coletivas e práticas político-mobilizatórias de mulheres negras e contribuir para entendermos como sujeitos sociais colocados em situação de invisibilidade social irrompem a cena pública e tematizam suas questões solicitando políticas de reconhecimento e redistribuição como indissociáveis para sua afirmação como sujeitos plenos de direitos.

Partindo do pensamento de Mouffe (1988), podemos observar como o Movimento de Mulheres Negras demonstra uma das possibilidades de emergência de antagonismos dentro da sociedade capitalista. Trata-se da situação em que sujeitos coletivos construídos em subordinação por uma série de discursos são, ao mesmo tempo, interpelados enquanto iguais por outros tantos discursos. Trata-se de uma interpelação contraditória, em que a subordinação da subjetividade é negada, abrindo espaço para sua desconstrução e conseqüente contestação.

Nesse processo de transformar em reconhecimento o que antes era invisibilidade, as mulheres negras tiveram que traduzir um problema relativo a uma dada esfera da sociedade a um problema, primeiro de interesse para os movimentos sociais, e depois para a sociedade como um todo. O sucesso em traduzir essas demandas específicas propiciou uma conversação com a sociedade, com o problema entrando em definitivo na vida pública (ALEXANDER, 1998).

Ao longo deste trabalho pretendemos, a partir do estudo do Movimento de Mulheres Negras e de uma construção teórica que sintetizasse diversas contribuições do campo de estudos sobre movimentos sociais, compreender em que medida a existência de uma perspectiva de crítica a uma identidade reificada, quer de gênero, quer racial, foi incorporada à agenda de outros movimentos sociais (notadamente o movimento negro e o feminista), construiu novas identidades coletivas e também incidiu sobre espaços político-institucionais. Tratou-se da reflexão em torno da emergência de novos atores sociais, quais suas formas de expressão, quais seus significados primordiais e suas novas formas de fazer política.

A pesquisa procurou estabelecer um constante diálogo entre perspectivas mais sociológicas de entendimento das ações coletivas e a Psicologia Social, na medida em que compreender um movimento social como o movimento de mulheres negras, com demandas transversais entre os já destacados movimentos negro e feminista não é possível com base apenas em categorias como estrutura de oportunidades políticas e mobilização de recursos, por exemplo. Há que se pensar nessa passagem de uma noção de subordinação para um princípio de opressão, e os espaços mediacionais entre tais esferas explicativas da realidade social só podem ser compreendidos a partir de um referencial psicossociológico.

É esse referencial psicossociológico que nos permitiu observar como as mulheres negras constroem sua identidade coletiva por meio de uma complexa relação entre autoconceito e reconhecimento (ou não reconhecimento) exterior (TAYLOR, 1994). Dentro da sociedade a relação entre os indivíduos e grupos se dá de forma interativa e segundo parâmetros sociohistóricos de expectativas

recíprocas e, assim, a constituição de uma identidade coletiva, como no caso das mulheres negras, se revela a partir de práticas cotidianas e redes de relação social que oferecem um sentido de continuidade aos padrões de injustiça e negação do princípio de dignidade por via do seu pertencimento étnico-racial e de gênero.

Ao reivindicarem sua integração na sociedade enquanto sujeitos coletivos de direitos, as mulheres negras se orientam em torno de um sentimento de NÓS que é construído tanto por compartilharem a mesma categorização social e pela elaboração de elementos passados (história comum de opressão, linguagem, religião) quanto por estabelecerem um projeto coletivo de futuro para si e para a sociedade como um todo (MELUCCI, 1996). A identidade coletiva, nesses termos, também estabelece um conflito com um adversário, um ELES, politizando, assim, os espaços de lutas sociais para a transformação das relações de opressão em princípios de justiça e solidariedade.

Outro aspecto a ser ressaltado é que enquanto o movimento feminista branco logrou tomar de assalto a academia, influenciando enormemente as produções que passaram a teorizar sobre o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade brasileira, sua ascensão social, seus processos de descentralização do sujeito coletivo tradicional, a partir de práticas políticas inovadoras, entre outros temas, o papel da articulação entre raça e gênero e o modo específico com que racismo e sexismo incidem sobre as mulheres negras tem sido praticamente “esquecido” pela academia brasileira. Então, se por um lado há centenas de publicações acadêmicas sobre mulheres, relações de gênero e movimento feminista, por outro, as poucas produções sobre

mulheres negras e o movimento de mulheres negras estão a cargo das próprias militantes negras, como se apenas elas fossem marcadas pela raça (AZEREDO, 1994).

Nesse sentido, este estudo se deteve sobre um campo ainda recente na academia brasileira, sobretudo em se tratando do fato de ser uma produção construída por pessoas não militantes. Muitas das dificuldades encontradas em compreender as especificidades desse movimento, em analisar a sua trajetória de formação e consolidação, bem como seus dilemas internos se devem a essa precariedade de estudos sobre a temática.

O próprio uso de uma metodologia que adotou a estratégia de tomar alguns artigos de militantes históricas do movimento de mulheres negras como documento é sintomático dessa necessidade de se buscar apreender o objeto em suas múltiplas facetas. Ao observarmos que determinados artigos e textos militantes, para além de sua qualidade acadêmica, foram fundamentais para a formação de um quadro militante, estabelecendo os primeiros espaços de discussão sobre racismo e sexismo para muitas mulheres negras, optamos por tomá-los como documentos históricos, dada sua importância na construção de um pensamento feminista negro entre as mulheres negras militantes do MMN.

Diante do exposto, pudemos perceber que o movimento de mulheres negras, embora pautado por reivindicações redistributivas, também representa uma quebra com essa idéia de um sujeito coletivo único e homogêneo, não se constituindo em simples resposta negativa às estruturas de dominação, mas reconhecendo também que conflito e solidariedade são criados por padrões comuns de representação. As relações entre o movimento e o sistema social não podem ser reduzidas à lógica interna da dominação (TOURAINÉ, 1988;

MELUCCI, 1996). A demarcação de fronteiras entre o NÓS e o ELES reconhece que a relação antagônica que estabelecem é irreconciliável, porém, ambos possuem o direito de transformar o espaço social em um espaço de luta política e mantêm relações de reciprocidade, seja por via do reconhecimento positivo ou negativo de suas posições identitárias.

As relações de opressão são tanto sociais – em torno do jogo de interesses e negociações – quanto intersubjetivas – nos diferentes âmbitos das relações sociais. O rompimento com uma identificação negativa e a produção de uma reflexividade capaz de produzir uma crítica à sociedade e, ao mesmo tempo, estabelecer novas formas de solidariedade permitem ao movimento social a delimitação de um campo de luta política propondo o redimensionamento da noção de cidadania e direitos na busca pela emancipação social.

No caso do racismo e sexismo, o Movimento de Mulheres Negras procura demonstrar como as reivindicações por uma sociedade que reconheça as mulheres negras enquanto iguais em termos de direitos de cidadania e, ao mesmo tempo, ofereça ampla possibilidade para que se mostrem diversas, específicas encontram-se, sobretudo, integradas ao ideal de uma sociedade democrática e pluralista. Esses conflitos são de identidade porque transgridem as regras compartilhadas do sistema, referenciando-se tanto em recursos materiais quanto simbólicos. Trata-se de uma luta para afirmar a identidade que seus oponentes lhes negam, para se reapropriar de algo que lhes pertence (MELUCCI, 1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, M. L. M; RODRIGUES, C. S.. Políticas de reconhecimento e Ação Afirmativa. *Psicologia Política*, 3(6), 2003, p. 267-287.
- ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 13, (37), 1998, p. 05-31.
- ALVAREZ, S. *Feminismos na América Latina*. São Paulo: Edições Rede Mulher, 1990.
- ALVAREZ, S. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o próximo milênio. In: ALVAREZ, S; DAGNINO, E.; ESCOBAR, (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.383-426.
- ALVARO, J. L.; GARRIDO, A. *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. Madrid: McGraw-Hill, 2003.
- AZERÊDO, S. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*. N. E. 1994, p. 203-216.
- BAIRROS, L. Mulher negra: o reforço da subordinação. In: LOVELL, P. (Org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.
- BAIRROS, L. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*. N. 02, 1995, p. 458-463.
- BAIRROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. C. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro, Criola/Pallas, 2000.
- BANDEIRA, I. M. Feminismo: memória e história In: SALES, C. M. V.; AMARAL, C. C. G.; ESMERALDO, G. S. (Orgs.). *Feminismo: memória e história*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.
- BARRETO, R. A. Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas da libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História). Rio de Janeiro: PUC, 2005.
- BENTES, N. BRASIL-DURBAN-BRASIL: um marco da luta contra o racismo. *Revista Estudos Feministas*. N. 01, 2002, p. 229-236.
- BENTO, M. A. S. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*. N. 02, 1995, p. 479-488.
- BLEE, K.; TAYLOR, V. Semi-Structured Interviewing in Social Movement Research. In KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. *Methods of Social Movement Research. Social Movements, Protest, and Contention*. Vol. 16. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- CALDWELL, K. L. *Ethnographies of Identity: (Re)Constructing Race and Gender in Contemporary Brazil*. Tese de Doutorado. Austin: University of Texas, 1999.
- CARNEIRO, Sueli. A perspectiva da mulher negra. Belo Horizonte, *Estado de Minas*, caderno de opinião, 8, set 1997.
- CARNEIRO, S. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*. N. 01, 2001, p. 209-214.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 2003, p. 117-132.

- CARNEIRO, S.; SANTOS, T. *Mulher negra*. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- COHEN, J.; ARATO, A. *Sociedad Civil y Teoría Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- CONSELHO Nacional dos Direitos das Mulheres. Mulher trabalhadora, Brasília, nov 1986.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social Movements - an introduction*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.
- DEL PRETTE, A. *Movimentos Sociais em uma Perspectiva Psicológico-Social: o Movimento de Luta contra o Desemprego*. 1990. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- DIANI, M., The concept of social movement. *The Sociological Review*, 40 (1), 1992, p. 1-25.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- ENGEL, S. M. *The unfinished revolution: social movement theory and gay and lesbian movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- FALS BORDA, O. *La ciencia e el pueblo – nuevas reflexiones sobre la investigación-acción*. Bogotá, Asociación Colombiana de Sociología, v. 18, 1989.
- FARR, R. *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1964.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2002, 245-282.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GAMSON, W. The Social Psychology of Collective Action. In MORRIS, A.; MUELLER, C. *Frontiers of Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- GOFFMAN, E. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1974.
- GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes 2002. *Original publicado em 1959*.
- GOHN, M. G. *Teorias dos Movimentos Sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOHN, M. G. *História dos Movimentos e Lutas Sociais*. 2. ed. São Paulo, Loyola, 2001.
- GOLDBERG, A. Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: *Relações sociais de gênero x relações de sexo*. Departamento de Sociologia, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 1989.
- GOLDBERG, A. Feminismo no Brasil contemporâneo: O percurso intelectual de um ideário político. In: *Bib.* Rio de Janeiro 28, 2º sem. 1989, p. 42-70.
- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. (Org.) *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C., Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982a.

- GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: Ciências Sociais Hoje, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos ANPOCS, 1983.
- GONZALEZ, L. *The Black Woman's Place in the Brazilian Society*, 1984. Disponível em www.lesiagonzalez.org.br. Acesso em 01 de fevereiro de 2006.
- GUIMARÃES, A. S. A. Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho. In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2002, p. 387-414.
- GUTMANN, A.; THOMPSON, D. *Democracy and Disagreement*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- HANCHARD, M., *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 1995, p. 07-41.
- JAVALOY, F.; RODRÍGUEZ, A.; ESPELT, E. *Comportamiento colectivo e movimientos sociales*. Madrid: Prentice Hall, 2001.
- JOHNSTON, H. A Methodology for frame analysis: from discourse to cognitive schemata. In: JOHNSTON, H.; KLAMDERMANS, B. (ed). *Social Movements and Culture. Social Movements, Protest, and Contention*. V. 4. Minneapolis. University of Minnesota Press, 1995.
- JOHNSTON, H. Verification and Proof in Frame and Discourse Analysis. In KLAMDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. *Methods of Social Movement Research. Social Movements, Protest, and Contention*. V. 16. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- JOHNSTON, H.; KLAMDERMANS, B. The Cultural Analysis of Social Movements. In JOHNSTON, H.; KLAMDERMANS, B. (ed.). *Social Movements and Culture. Social Movements, Protest, and Contention*. V. 4. Minneapolis. University of Minnesota Press, 1995.
- KLAMDERMANS, B. Mobilization and participation: social-psychological expansions of resource mobilization. *American Sociological Review*, 49, 1984, p. 583-600.
- KLAMDERMANS, B. The formation and mobilization of consensus. In: KLAMDERMANS, B.; KRIESI, H.; TARROW, S. (Eds.). *From structure to action: comparing social movement research across the cultures*. Greenwich: Jai Press, 1988.
- KLAMDERMANS, B.; GOSLINGA, S. Media discourse, movement publicity, and the generation of collective action frames. Theoretical and empirical exercises in meaning construction. In: MCADAM, D.; MCCARTHY, J.; ZALD, M. *Comparative Perspectives on Social Movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- KLAMDERMANS, B. *The Social Psychology of the Protest*. Cambridge: Blackwell, 1997.
- KLAMDERMANS, B.; STAGGENBORG, S.; TARROW, S. Conclusion: Blending Methods and Building Theories in Social Movement Research. In:

- KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. *Methods of Social Movement Research. Social Movements, Protest, and Contention*. V. 16. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. *Methods of Social Movement Research. Social Movements, Protest, and Contention*. V. 16. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- KLANDERMANS, B.; TARROW, S. Mobilization into social movements: synthesizing European and American approaches. In: KLANDERMANS, B.; KRIESI, H.; TARROW, S. (Eds.). *From structure to action: comparing social movement research across the cultures*. Greenwich: Jai Press. 1988.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony & Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.
- LANE, S. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In LANE, S.; CODO, W. (Org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LICHTERMAN, P. Seeing Structure Happen: Theory-Driven Participant Observation. In KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. *Methods of Social Movement Research. Social Movements, Protest, and Contention*. V. 16. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- LIMA, M. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. *Revista Estudos Feministas*, n. 02, 1995, p. 489-495.
- MAIA, R. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação política. In: *Mídia. Br*. Livro do XII COMPOS. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- McADAM, D. *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- McADAM, D. Movement Strategy and Dramaturgic Framing in Democratic States: The Case of the American Civil Rights Movement. In CHAMBERS, S.; COSTAIN, A. *Deliberation, Democracy, and the Midia*. London: Rowman & Littlefield Publishers, 1996a.
- McADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. *Comparative Perspectives on Social Movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996b.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Dynamics of contention*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- MELUCCI, A. Individualization and Globalization; new frontiers for collective action and personal identity. *Hitosubashi Journal of Social Studies*, 27, 1995a, 129-142.
- MELUCCI, A. The Process of Collective Identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (ed.) *Social Movements and Culture. Social Movements, Protest, and Contention*. Vol. 4. Minneapolis. University of Minnesota Press, 1995b.
- MELUCCI, A. *Challenging Codes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MELUCCI, A. *Acción colectiva, vida cotidiana e democracia*. México: El Colegio de México, 1999a.
- MELUCCI, A. Esfera publica y democracia en la era de la información. *Revista metapolítica*, 3(9), 1999b, p. 57-67.
- MENDES, J. M. *Perguntar e Observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. Oficinas on line, 2003.

- www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/oficina.php. Acesso em 11 de março de 2005.
- MORRIS, A. ; MUELLER, C. (Org.) *Frontiers of Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- MOSCOVICI, S. *Psicología Social I – influencia e cambio de atitudes, individuos y grupos*. Bracelona: Paidós, 1985.
- MOUFFE, C. Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy. In: NELSON, C., GROSSBERG, L. *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1988.
- MOUFFE, C. *The Return of the Political*. London: Verso, 1993.
- MOUFFE, C. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- MOURA, C. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo, Ática, 1989.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO 1978-1988 10 anos de luta contra o racismo. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.
- NASCIMENTO, E. L. *O Sortilégio da cor. Identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo, Selo Negro Edições, 2000.
- PACHECO, A. C. L. Raça, gênero e política na trajetória de uma mulher negra chamada Zeferina. In: ALMEIDA, H. B.; COSTA, R. G.; RAMIREZ, M. C.; SOUZA, E. R. (Orgs.) *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EUSF, 2002.
- PAOLI, M. C. Movimentos Sociais, Cidadania, Espaço Público: perspectivas brasileiras para os anos 90. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33, 1991, p. 115-133.
- PIVEN, F.; CLOWARD, R. Normalizing Collective Protest. In MORRIS, A.; MUELLER. (Org.) *Frontiers of Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- PRADO, M. A. M. *(Des)Razão: sujeitos da consciência e políticas de identificação: mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas*. 2000. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP.
- PRADO, M. A. M. Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. *Psicologia Política*, 1(1), 2001, p. 173-195.
- PRADO, M. A. M. Da Mobilidade Social à constituição da Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*. 8(11), 2002, p. 59-71.
- RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing. *Revista Estudos Feministas*. N 02, 1995, p. 446-457.
- RODRIGUES, C. S.; AFONSO, M. L. M. Identidade étnica e ascensão social: um estudo com estudantes universitários negros e a construção de sua identidade étnica. *Relatório de pesquisa*. Belo Horizonte: UFMG/FAPEMIG, 2002.
- ROLAND, E. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SANDOVAL, S. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. *Psicologia e Sociedade*, 7, 1989a, p. 61-72.

- SANDOVAL, S. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. *Educação e Sociedade*, 34, 1989b, p. 122-129.
- SANDOVAL, S. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In CAMINO, L.; LHULLIER, L.; SANDOVAL, S. (Orgs.). *Estudos sobre comportamento político*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2002, p. 63.
- SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, B. S. (org.) *Reconhecer para Libertar - os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, J. R. O movimento negro e a crise brasileira. *Revista de Política e Administração*. V. 2, n. 2, jul./set. 1985, p. 287-307.
- SARDENBERG, C.; COSTA, A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola: 1 ed., v.1, 1994, p. 81-113.
- SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- SMIGAY, K. Feminismo de terceira geração. *Revista de Psicologia Política* 2005, p. 5-9.
- SILVA, J. C. História de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia. In: REIS, J. J. (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.
- SILVA, P. B. G. Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas: situando-nos enquanto mulheres negras. *Cadernos CEDES*, 19(45), 1998, p. 19-45.
- SINGER, P. *São Paulo em Movimento*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SNOW, D.; BENFORD, R. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. In: KLANDERMANS, B.; KRIESI, H.; TARROW, S. (eds.). *from structure to action: comparing social movement research across the cultures*. Greenwich: Jai Press, 1988.
- SNOW, D.; BENFORD, R. Master frames and cycles of protest. In MORRIS, A.; MUELLER, C. (org.) *Frontiers of Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- SNOW, D.; OLIVER, P. Social movements and collective behaviour: social psychological dimensions and considerations. In: COOK, K.; FINE, G. A.; HOUSE, J. S. (Eds.). *Sociological perspectives on Social Psychology*. Boston: Allyn and Bacon, 1995.
- SOARES, V. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas*. N. E., 1994, p. 11-24.
- SOARES, V. O verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil. In: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SOUZA, T. R. P. Movimentos Identitários Contemporâneos: o duplo sentido do nós nas sociedades multiculturais. *Cadernos de Psicologia*, 12, 2002, 77-95.

- STOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TAJFEL, H. Grupos Humanos e Categorias Sociais: estudos em Psicologia Social. Vol. I. Lisboa: Horizontes, 1983.
- TAJFEL, H. Grupos Humanos e Categorias Sociais: estudos em Psicologia Social. Vol. II. Lisboa: Horizontes, 1983.
- TARROW, S. *Power in Movement: Social movements, Collective Action and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- TAYLOR, V.; WHITTIER, N. Collective Identity in Social Movement Communities: Lesbian Feminist Mobilization. In: MORIS, A.; MUELLER, C. (org.) *Frontiers of Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- TAYLOR, C. The Politics of Recognition In: GUTMANN, A. (Ed.), *Multiculturalism. Examining the Politics of recognition*, Princeton (NY), Princeton University Press, 1994, p. 25-73.
- TOURAINE, A. *Return of the Actor - Social Theory in Postindustrial Society*. Minneapolis. University Minnesota Press, 1988.
- TOURAINE, A. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WIESENFELD, E.; SÁNCHEZ, E. Introduction: The Why, What and How of Community Social Psychology in Latin America. *Applied Psychology: an International Review*, 40(2), 1991, p. 113-117.